

# QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2010

**PRESIDÊNCIA: BUZEK**

*Presidente*

## 1. Abertura do período de sessões

*(A sessão tem início às 09H10)*

## 2. Declarações da Presidência.

**Presidente.** – Senhoras e Senhores Deputados, chegou-nos a triste notícia da morte recente do polícia francês Jean-Serge Nérin, baleado pela ETA. Este acontecimento recorda-nos que o problema do terrorismo ainda não foi resolvido. Em nome do Parlamento, e em meu nome pessoal, gostaria de expressar as minhas condolências à família do polícia assassinado. Espero que a polícia espanhola e a polícia francesa levem a julgamento não apenas os próprios homicidas, mas também as pessoas que ordenaram o assassinato.

Há uma segunda notícia preocupante: a detenção, em Cuba, de 30 participantes numa manifestação do grupo “Mulheres de Branco”. As “Mulheres de Branco” são mães e cônjuges de activistas da oposição detidos. Em 2005, o Parlamento atribuiu às “Mulheres de Branco” o Prémio Sakharov. Juntamo-nos hoje a essas mulheres heróicas e pensamos nelas e na sua situação difícil.

## 3. Relatório anual 2008 do BCE - Relatório sobre a Declaração Anual sobre a área do euro e as finanças públicas referente a 2009 (debate)

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o debate conjunto sobre:

- o relatório do deputado Scicluna, em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, sobre o Relatório Anual 2008 do BCE (2009/2090(INI)) (A7-0010/2010), e

- o relatório do deputado Giegold, em nome da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, sobre o relatório sobre a declaração anual sobre a área do euro e as finanças públicas referente a 2009 [COM(2009)0527 - 2009/2203(INI)] (A7-0031/2010).

**Edward Scicluna, relator.** – (EN) Senhor Presidente, os últimos dois anos foram certamente os mais complexos para o BCE, no seu papel de garante financeiro e da estabilidade dos preços, desde a sua criação. O meu relatório sobre o relatório anual 2008 do BCE foi elaborado neste contexto.

O relatório centra-se na resposta continuada do BCE à crise, nas suas propostas sobre a estratégia de saída da crise, nos crescentes desequilíbrios na área do euro, nas reformas da arquitectura financeira da UE e, finalmente, em questões relacionadas com a governação e a responsabilidade desta instituição. Espero que tenha sido encontrado um equilíbrio adequado.

A crise financeira e económica é testemunha do pior declínio económico global desde a década de 1930. Após um período relativamente favorável de crescimento económico na maior parte da Europa, a maioria das economias dos Estados-Membros foi sujeita a “testes de esforço”, não através de modelos de simulação mas em tempo real e com consequências penosamente reais. O resultado foi um crescimento do PIB de apenas 0,7% em 2008, a que seguiu uma contracção de 4% em 2009. Entretanto, Estados-Membros em toda a UE têm previsto um regresso muito ligeiro e desigual ao crescimento em 2010 e 2011.

A maioria dos Estados-Membros regista aumentos dos défices orçamentais e das dívidas públicas. A previsão económica da Comissão, no Outono de 2009, antecipava, para o conjunto da área do euro, défices orçamentais médios de 6,4% e uma dívida pública média de 78,2%, valores que, por sua vez, se espera virem a aumentar em 2010. Poderá demorar vários anos até que estes números, provocados pela crise financeira e económica, regressem aos níveis anteriores à recessão.

Entendo que o BCE respondeu de forma bastante positiva à crise. A função principal do BCE é manter a estabilidade dos preços. Apesar de a inflação se ter situado muito acima do limite máximo que o BCE impôs a si próprio ao atingir os 4% em Junho e Julho de 2008, daí em diante as taxas descenderam abruptamente. O

BCE também reduziu as taxas de juro de um máximo de 4,25% em Junho de 2008 para a taxa actual de 1% em Maio de 2009, numa tentativa de revitalizar a concessão de crédito e estimular a economia europeia.

O papel suplementar do BCE durante a crise foi expandir a provisão de liquidez através do recurso a medidas não convencionais. Sem esse suporte financeiro vital, muitas instituições financeiras responsáveis pelas poupanças e pensões de muitos cidadãos europeus teriam, sem dúvida, sucumbido.

Pode sugerir-se, naturalmente, que as reduções das taxas de juro operadas pelo BCE foram menos radicais do que as levadas a cabo por outros bancos centrais, como a Reserva Federal dos EUA e o Banco de Inglaterra.

De igual modo, embora as significativas injeções de fundos tenham evitado o colapso de muitas instituições, a realidade é que muitos bancos não passaram essa liquidez para os clientes, prejudicando particularmente as pequenas e médias empresas, nas quais assentará a recuperação económica. Em vez disso, muitos bancos utilizaram a liquidez para reforçar as suas próprias posições. A liquidez permitiu-lhes também pagar prémios, o que provocou a indignação justificada do público.

Não posso deixar de fazer uma breve referência às respostas políticas necessárias para enfrentar os actuais desequilíbrios orçamentais, um assunto que está rodeado de grande confusão e que exige acção oportuna e determinada. Contudo, deixarei talvez que os meus colegas aqui presentes desenvolvam este tema.

Tal como relatores anteriores, creio que o diálogo entre este Parlamento e o BCE é construtivo e evolui positivamente. Devemos tirar partido desse facto. Entendo que o Parlamento deve participar mais activamente nas nomeações dos membros da Comissão Executiva do BCE – incluindo o próximo presidente do BCE – seguindo o precedente recentemente criado pelo procedimento adoptado na nomeação do novo vice-presidente da instituição.

O BCE é responsável perante os cidadãos europeus através do Parlamento Europeu. Temos de reforçar essa responsabilidade. Acima de tudo, a crise demonstrou que os mercados, se forem deixados sem regulação, nem sempre se autocorrigem e são vulneráveis ao risco sistémico. Por este motivo, é importante apoiar e completar o amplo conjunto de reformas na arquitectura financeira da UE e, em particular, a criação de um Conselho Europeu do Risco Sistémico, um organismo destinado a actuar como vigilante, que emita alertas rápidos sobre eventuais riscos sistémicos de instabilidade no domínio financeiro...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Sven Giegold, relator.** – (DE) Senhor Presidente, o documento que aborda o relatório sobre a declaração anual sobre a área do euro e as finanças públicas referente a 2009 foi elaborado durante um período em que a área do euro enfrentava desafios muito sérios, e este período ainda não chegou ao fim.

A situação económica é motivo de grande preocupação para os cidadãos da Europa e para todos nós. Neste momento, o relatório foi adoptado pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários num espírito de excelente cooperação e por uma ampla maioria. Gostaria de apresentar o relatório neste contexto. Por um lado, a proposta correspondente da Comissão e as recomendações que o Parlamento e a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários apresentam aqui na sessão plenária demonstram claramente que a situação económica tem de ser estabilizada. Por outro lado, a crise, que atingiu um certo nível de estabilização graças a uma ligeira recuperação dos dados relativos ao crescimento, entrou numa segunda fase, representada por enormes défices das finanças públicas. Este é o preço a pagar para sair da crise. A mensagem do relatório é muito clara a este respeito. Temos de regressar ao caminho do Pacto de Estabilidade e Crescimento o mais rapidamente possível. Não podemos deixar este nível de dívida aos nossos filhos e aos nossos netos.

Todavia, o relatório também afirma muito claramente que as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento não são suficientes. Não existem medidas correspondentes para melhorar a coordenação na área do euro e é importante resolver os desequilíbrios nessa área e aumentar a coordenação entre a política orçamental e fiscal.

As pessoas com responsabilidade nestes domínios na área do euro são agora confrontadas com o importante desafio de encontrar uma solução para estes problemas. Isto significa que está fora de questão que cada país continue a insistir nos seus privilégios individuais num contexto de política regionalista. A Comissão, em particular, e também os países da área do euro, têm uma enorme responsabilidade na introdução das medidas necessárias nesta situação. Resumirei sucintamente as nossas propostas nesta matéria.

Em primeiro lugar, precisamos de instrumentos eficazes para a coordenação económica. Em segundo lugar, é necessário pôr fim à dependência estrutural da área do euro face a recursos finitos. Não podemos correr o

risco de voltar à recessão quando houver outro aumento, já previsto, no preço do petróleo e dos recursos. Em terceiro lugar, é essencial que os mercados financeiros sejam eficazmente regulamentados após esta crise. Contudo, vemos actualmente Estados-Membros a impedir que sejam feitas propostas sensatas pelas autoridades centrais, como, por exemplo, organismos de supervisão. Em quarto lugar, é inaceitável que, numa crise deste tipo, a tónica não seja colocada no objectivo da coesão social, como determinam os valores da União Europeia. Ao invés, espera-se que cada Estado-Membro utilize taxas de juro ridículas para financiar as suas dívidas. É por isso que apelamos no relatório a que sejam aplicadas euro-obrigações ou medidas semelhantes, a fim de ajudar os Estados-Membros mais fracos através da solidariedade. Mais importante ainda, as alterações necessárias na política fiscal não podem ser efectuadas à custa de uma diminuição enorme do poder de compra. A solução mais simples, que nos permitiria evoluir correctamente neste domínio, é a cooperação eficaz no domínio da fiscalidade.

A Comissão tem de preparar rapidamente, de uma vez por todas, algumas propostas sobre uma matéria colectável comum consolidada para as empresas. O relatório apela também à criação de um sistema de comunicação em cada país no que respeita à tributação das empresas. Solicitamos que os senhores apresentem uma proposta adequada. Em geral, o princípio da cooperação fiscal deve ter prioridade em relação à concorrência fiscal, em particular no contexto do trabalho realizado pelo senhor Comissário Monti e da revitalização do mercado interno. É necessário que os senhores elaborem propostas eficazes para não termos de sair da crise com dívidas ainda mais elevadas. Uma forte cooperação económica entre os Estados-Membros vai ajudar-nos a assegurar que os nossos filhos não herdem dívidas, mas uma área do euro em que os países colaboram entre si em vez de serem enfraquecidos pela concorrência.

**Jean-Claude Trichet**, *Presidente do Banco Central Europeu*. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, congratulo-me por estar aqui convosco durante o debate da resolução sobre o Relatório Anual 2008 do BCE.

Em resultado das eleições parlamentares do ano passado, o debate deste ano foi adiada durante um longo período. Contudo, este facto dá-me a oportunidade de discutir a actual situação no final do debate.

(FR) Senhor Presidente, como o senhor sabe, o Banco Central Europeu valoriza os laços muito estreitos com o Parlamento, que, aliás, ultrapassou amplamente as obrigações previstas no Tratado. Ao longo dos anos, empreendemos um diálogo muito frutuoso, e eu diria que os excelentes relatórios que os senhores deputados Scicluna e Giegold acabaram de apresentar constituem mais uma prova dessas boas relações.

Hoje, na minha declaração, irei analisar sucintamente a evolução económica observada no passado e as medidas de política monetária tomadas pelo Banco Central Europeu. Em seguida, abordarei alguns pontos que foram levantados na proposta de resolução e direi algumas palavras sobre a situação actual.

(EN) Em primeiro lugar, falarei sobre a evolução económica e a política monetária no último ano. Em 2009, como referiu eloquentemente o senhor deputado Scicluna, o Banco Central Europeu trabalhava num ambiente que futuros historiadores da economia descreverão certamente como o mais difícil para as economias avançadas desde a Segunda Guerra Mundial.

Após a profunda intensificação da crise financeira no Outono de 2008, 2009 iniciou-se com uma queda livre contínua e sincronizada da actividade económica em todo o mundo. Até aproximadamente Abril do ano passado, a actividade económica diminuía todos os meses. Durante este período, a imagem de marca que se revelou vital para manter a confiança – nomeadamente a imagem de marca do BCE – foi a capacidade para tomar as decisões imediatas e excepcionais que eram necessárias mantendo, ao mesmo tempo, a inflexibilidade associada ao nosso primeiro objectivo de manter a estabilidade dos preços a médio prazo.

Em geral, as nossas medidas de política monetária não convencionais, que são conhecidas por todos como formas de reforçar o apoio ao crédito, serviram bem, assim o esperamos, a economia da área do euro. Ajudaram o funcionamento do mercado monetário, contribuíram para melhorar condições financeiras e permitiram um fluxo do crédito na economia real melhor do que teria sido conseguido apenas através de reduções das taxas de juro. De um modo geral, os bancos têm passado as taxas de juro bastante mais reduzidas do BCE para os agregados familiares e para as empresas.

Em princípio, desde que a situação regresse ao normal, manter estas medidas em vigor durante mais tempo do que o necessário pode alterar o comportamento dos participantes no mercado financeiro de uma forma indesejável, e nós não queremos gerar dependência.

Foi por isso que, em Dezembro de 2009, começámos a eliminar gradualmente as nossas medidas extraordinárias em matéria de liquidez, tendo em conta as melhorias nos mercados financeiros. Em particular,

reduzimos o número, a frequência e a maturidade das operações de refinanciamento a longo prazo. Ao mesmo tempo, comprometemo-nos a manter um apoio à liquidez plenamente favorável ao sistema bancário na área do euro até, pelo menos, Outubro deste ano.

O nosso Conselho entende que o actual posicionamento da política monetária é adequado e que o reforço contínuo e firme de expectativas sobre a inflação augura bons resultados na estabilidade dos preços a médio prazo.

Passaria agora a algumas das questões que os senhores levantaram na resolução e que foram mencionadas no relatório.

No que toca à responsabilidade e à transparência, valorizamos muito o diálogo regular com o Parlamento Europeu e o espírito construtivo que caracteriza este intercâmbio.

Saúdo, pois, o apoio constante da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários ao nosso diálogo monetário numa base trimestral. Penso que, como foi dito também de forma muito eloquente pelo relator, somos responsáveis perante a população da Europa, ou seja, perante o Parlamento.

Consideramos que o BCE é um dos bancos centrais mais transparentes do mundo. A nossa prática de realizar todos os meses uma conferência de imprensa imediatamente após a reunião do Conselho sobre política monetária continua a ser uma iniciativa pioneira que ainda não foi replicada pelas maiores instituições homólogas. Com a publicação da nossa declaração introdutória em tempo real, explicamos as decisões políticas e a sua fundamentação.

Durante a crise, como os senhores sabem, intensificámos os nossos esforços de comunicação e ajudámos, desse modo, a atenuar reacções dos mercados financeiros, a aumentar a confiança e a lançar as bases para a recuperação.

Os senhores interpelaram também o BCE sobre a possibilidade de criar uma câmara de compensação para contratos de *swaps* de risco de incumprimento (CDS) no interior da área do euro. Gostaria de dizer que a robustez dos mercados de CDS denominados em euro tem relevância directa para o Eurosistema no que respeita ao controlo da sua moeda e à estabilidade financeira na área do euro.

A compensação de contrapartes centrais é muito importante, não apenas para proporcionar transparência, mas também para diversificar e partilhar a exposição ao risco e reduzir os incentivos para a assunção de riscos excessivos. Alguns instrumentos financeiros que foram introduzidos para cobertura de risco não devem ser utilizados abusivamente para especulação. Os reguladores devem ser capazes de realizar investigações sobre possível conduta imprópria e, neste ponto, parece-me que estamos bastante sintonizados com as preocupações do Parlamento.

Permitam-me que dedique apenas uma palavra à perspectiva sobre a UEM em períodos difíceis. Está em curso uma recuperação económica, mas isto não significa que a crise tenha terminado. Sabemos, por um lado, que o ritmo da recuperação será desigual e que não podemos excluir revezes.

Por outro lado, ainda enfrentamos numerosos desafios no tocante à reforma do nosso sistema financeiro. As finanças têm de desempenhar um papel construtivo, e não destrutivo, nas nossas economias. O teste decisivo a uma função construtiva é saber se as finanças servem a economia real. Para assegurar esse papel, ainda precisamos de melhorar consideravelmente o funcionamento dos sistemas financeiros.

Até ao momento, tem sido dedicada muita atenção ao sector da banca. As reformas eficazes têm também de analisar muito atentamente as instituições financeiras não bancárias e a criação e o funcionamento dos mercados financeiros. Temos de preparar mecanismos e incentivos que impeçam o descontrolo das finanças da mesma forma destrutiva que observámos imediatamente antes da crise.

É necessário conter perturbações sistémicas que conduzam a dificuldades económicas para a população da Europa. A criação do Comité Europeu do Risco Sistémico, cuja legislação está a ser estudada pelo Parlamento, insere-se na resposta correcta a este desafio.

Há outros desafios que se colocam à economia europeia, associados às finanças públicas, como foi novamente salientado pelo relator, e à solidez financeira soberana.

Na União Económica e Monetária da Europa, existe uma clara atribuição de responsabilidades. No que respeita a essa atribuição de responsabilidades, todos podem contar com o empenho do BCE em manter a estabilidade dos preços no conjunto da área do euro a médio prazo.

Com base nas nossas projecções para este ano, teremos no final deste ano, após 12 anos do euro, uma inflação média anual de 1,95%. Este número é conforme à nossa definição de estabilidade dos preços: menos de 2%, mas próxima dos 2%.

O compromisso do BCE, a estratégia do BCE e o seu percurso são coerentes. O bom funcionamento da União Económica e Monetária da Europa não reside apenas na união monetária, mas também na união económica. Os decisores políticos a nível nacional têm de manter as finanças públicas harmoniosas e as suas economias competitivas.

Nas actuais circunstâncias, em que a Europa enfrenta decisões essenciais, é mais importante do que nunca reconhecer que uma união próspera exige acção determinada a todos. A união monetária na Europa é, na minha opinião, muito mais do que um plano monetário. É uma união com um destino partilhado.

*(O orador acrescenta em francês e alemão: “Partilhamos um destino comum.”)*

Este destino promove o nosso bem comum e representa a visão dos nossos pais fundadores. A união monetária não é uma questão de conveniência. É uma parte de um amplo processo de integração das pessoas na Europa que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial.

Penso que desvalorizamos frequentemente o resultado que a Europa alcançou. Muitas vezes, criticamos com demasiada facilidade as nossas instituições e os nossos processos. Contudo, eles funcionaram globalmente bem, mesmo nos períodos mais difíceis. Creio que as instituições e os processos europeus mantiveram a eficácia durante a crise financeira.

Neste lado do Atlântico, evitámos acontecimentos dramáticos que poderiam ter desencadeado uma nova intensificação da crise, que teve início nos Estados Unidos em Setembro de 2008. É no presente contexto que valorizo o compromisso dos Estados-Membros da área do euro, assumido por ocasião da última Reunião do Conselho Europeu, de tomar medidas determinadas e coordenadas, em caso de necessidade, para salvaguardar a estabilidade financeira da área do euro.

Aproveitaria também a minha presença no Parlamento para expor o que já mencionei na audição perante a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, na segunda-feira. O Conselho do BCE tenciona manter o limite mínimo de crédito do quadro de activos de garantia no nível de notação de investimento (BBB-) além do ano de 2010. Em paralelo, introduziremos, a partir de Janeiro de 2011, um sistema de classificação das margens de avaliação, que continuará a proteger adequadamente o Eurosistema. Apresentarei os pormenores técnicos quando comunicar as decisões tomadas pelo Conselho na nossa próxima reunião, em 8 de Abril.

Vou concluir. A introdução da moeda única há pouco mais de uma década representa a maior conquista, na minha opinião, da história da integração europeia até ao momento – um processo que assegurou paz e prosperidade na Europa.

A crise financeira global trouxe consigo novos desafios, a que nós, na Europa, soubemos responder. A nossa união monetária e as nossas ligações muito estreitas, no seio do mercado único, às economias de todos os Estados-Membros da UE evitaram que a crise fosse agravada por crises monetárias, como se verificou no início da década de 1990.

Hoje, a Europa enfrenta decisões cruciais. A nossa tarefa comum é continuar a promover paz e prosperidade, transformar a nossa união num local ainda mais atractivo para viver e trabalhar.

Para isso, necessitamos de supervisão reforçada, como foi referido novamente pelos relatores, e de maior cooperação. Temos igualmente de reavivar este sentido de objectivo comum, os ideais partilhados que motivaram os nossos pais fundadores. O seu empreendimento foi visionário, e tudo o que vemos hoje no mundo confirma a sua lucidez.

**Olli Rehn**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de lhe agradecer pela oportunidade de discutirmos a nossa declaração anual sobre a área do euro referente a 2009. Quando preparámos esta declaração anual, sabíamos que as questões seleccionadas seriam actuais. Contudo, talvez se tenham tornado, em certa medida, demasiado actuais nos últimos tempos.

Permita-me que felicite os dois relatores, senhores deputados Edward Scicluna e Sven Giegold, pelos seus excelentes relatórios. Para respeitar a independência do Banco Central Europeu, centrar-me-ei no relatório Giegold, que presta um contributo muito substantivo para o actual debate sobre coordenação e governação económica na área do euro.

Na minha opinião, o amplo apoio recebido pelo relatório Giegold na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários é, na verdade, um testemunho da pertinência e do equilíbrio da sua abordagem e das questões tratadas. Concordo inteiramente com o senhor Presidente Trichet quando afirma que o euro não é apenas um plano monetário técnico, mas o projecto político central da União Europeia, que tem de ser defendido e desenvolvido neste espírito europeu, nomeadamente hoje e amanhã, em que o Conselho Europeu se reúne num momento bastante crítico.

Desde 1999, a área do euro tem sido sobretudo uma zona de estabilidade económica. Protegeu os nossos cidadãos de turbulências económicas. Contudo, desde o final de 2008, a área do euro está a ser duramente atingida pela crise financeira global. Apesar das políticas de recuperação económica e do forte estímulo fiscal, os mercados financeiros permanecem voláteis e o grau de incerteza continua a ser excepcionalmente elevado. Algumas oscilações recentes no mercado puseram seriamente à prova a estabilidade financeira e a governação económica na área do euro, especialmente em relação à Grécia.

Gostaria de dizer que a Grécia está agora no bom caminho para cumprir a meta de 4% de redução do défice este ano, depois das medidas corajosas e convincentes que o Parlamento grego decidiu tomar no início deste mês e que estão agora em vigor. Este momento pode constituir, efectivamente, um ponto de viragem na história fiscal e no desenvolvimento económico da Grécia.

Contudo, nem a Grécia nem a área do euro estão ainda totalmente a salvo, uma vez que continua a haver preocupações relativas à estabilidade financeira na área do euro. Por conseguinte, a Comissão instou firmemente todos os Estados-Membros da área do euro a tomarem uma decisão política sobre um mecanismo que assegure estabilidade financeira no conjunto da área do euro, um mecanismo que possa ser rapidamente activado se for necessário, em conformidade com o Tratado e com a sua cláusula de não co-responsabilização financeira, e sem qualquer dispositivo automático integrado.

Pela nossa parte, posso dizer-vos que a Comissão está preparada para pôr em prática esse quadro europeu para assistência coordenada e condicional, que poderá ser utilizado se for necessário e se for solicitado. Trabalhamos de forma estreita e intensa com todos os Estados-Membros da área do euro e com o BCE a fim de alcançarmos a solução esta semana, no contexto do Conselho Europeu.

Todavia, além da gestão imediata da crise, temos de analisar formas de evitar situações semelhantes para nunca mais termos problemas como os que afectam actualmente da Grécia. A crise grega demonstrou a necessidade de governação económica reforçada. Este facto já foi reconhecido e a base jurídica já foi incluída no Tratado de Lisboa. Consequentemente, estamos a preparar propostas para a execução do artigo 136.º do Tratado de Lisboa e a Comissão fará, nas próximas, semanas, uma proposta para reforçar a coordenação da política económica e a vigilância dos países.

Concordamos consigo, Senhor Deputado Giegold, quando lamenta, no parágrafo 28, a falta de compromissos vinculativos entre os governos para reforçar a coordenação dentro da área do euro. É necessária, pois, uma abordagem integrada e progressista centrada em acção política e planos operacionais claros. Em primeiro lugar, temos de evitar défices públicos insustentáveis e, como tal, devemos ser mais capazes de controlar as políticas orçamentais a médio prazo dos Estados-Membros da área do euro. Temos de conseguir formular recomendações mais rigorosas para que os Estados-Membros tomem medidas de correcção. Conto também com o seu apoio nesta matéria.

Podemos ainda utilizar melhor os instrumentos em vigor. É possível que o Conselho dirija recomendações a Estados-Membros cujas políticas económicas comprometam o bom funcionamento da União Económica e Monetária. Este método já foi utilizado no passado, provavelmente com pouca frequência. Com o novo Tratado de Lisboa, nos termos do artigo 21.º, a Comissão pode dirigir advertências semelhantes directamente a um Estado-Membro. Temos de o fazer para ajudar os Estados-Membros a abordar problemas económicos emergentes numa fase muito mais precoce.

Uma vez que já terei ultrapassado o meu tempo, vou passar aos desequilíbrios macroeconómicos nas minhas observações finais. Esse é o segundo elemento central da governação económica reforçada. Em geral, partilho das opiniões do relator a este respeito.

Quero apenas concluir dizendo que a crise financeira demonstrou duramente que o crescimento económico contínuo das últimas décadas não pode ser visto como um dado adquirido. Hoje, o pior pode ter passado. A recuperação económica está em curso mas ainda é frágil e não é auto-sustentável. O desemprego ainda não melhorou. O mesmo se aplica à consolidação das finanças públicas, que é um requisito prévio para um

crescimento sustentável. Por muito importante que tenha sido o estímulo orçamental para a recuperação económica, os dois anos da crise apagaram 20 anos de consolidação das finanças públicas.

Estas nuvens vão ensombrar o nosso cenário económico nos próximos anos. Temos de envidar todos os esforços para desanuviar a situação e recuperar o crescimento. Por conseguinte, não podemos, de facto, continuar a agir como se nada se tivesse passado. Ao invés, é um tempo em que devemos alterar o rumo para promover crescimento sustentável e criação de postos de trabalho.

**Sophie Auconie**, *em nome do Grupo PPE*. – (FR) Senhor Presidente, caros Colegas, começaria por felicitar o relator, senhor deputado Giegold, e agradecer-lhe por ter proposto um trabalho de elevada qualidade e se ter disponibilizado para ouvir os relatores dos outros grupos.

Este relatório, a resposta do Parlamento Europeu à declaração anual da Comissão Europeia sobre a área do euro e as finanças públicas referente a 2009, contém numerosas análises e propostas. É claro que o documento fica marcado, em grande medida, pelo acontecimento mais importante de 2009, a crise financeira e económica, que é, sem dúvida, a crise mais grave que a União Europeia enfrentou desde a sua criação.

Retirei dois ensinamentos principais desta crise. Por um lado, a União Económica e Monetária demonstrou a sua utilidade. O euro, uma moeda comum estável, desempenhou o papel de um verdadeiro escudo monetário. Pertencer à área do euro permitiu a mais do que um país evitar uma desvalorização das suas moedas nacionais, que teria agravado ainda mais as consequências da crise. A área do euro tornou-se, portanto, mais atractiva, como mostra o caso da Islândia.

Além disso, a política monetária activa e flexível conduzida pelo BCE, aumentando as suas injeções de fundos líquidos nas instituições de crédito, teve um papel importante na sustentação dos bancos europeus.

O primeiro ensinamento é a circunstância de, apesar de dizermos frequentemente que a Europa foi construída sobre as crises, esta recessão ter demonstrado que a Europa económica é ao mesmo tempo eficaz e necessária.

Daqui retiro o segundo ensinamento, que é o facto de devermos reforçar a governação económica da Europa. Hoje, a única verdadeira política económica europeia é a política monetária. Há uma coordenação limitada das políticas orçamentais. Contudo, a área do euro, que – como foi mencionado novamente neste relatório – se destina a integrar todos os Estados-Membros da União Europeia, tem de instituir uma governação eficaz em todos os aspectos da política económica.

Essa política deve começar por uma vigilância macroeconómica, bem como financeira, que está a ser abordada no Parlamento. Tem de ser executada no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento como um verdadeiro instrumento de coordenação fiscal. Neste período de crise, a diminuição considerável da receita, as medidas de incentivo fiscal tomadas no contexto do plano de relançamento da economia e o funcionamento de estabilizadores económicos conduziram a uma deterioração dos saldos orçamentais dos Estados-membros.

Reduzir a dívida pública continua a ser um compromisso fundamental, porque diz respeito ao futuro dos nossos filhos. Sejamos austeros, mas sejamos também inventivos. Pensemos numa nova política fiscal europeia, pensemos nas euro-obrigações e sejamos corajosos na governação económica da Europa.

**Liem Hoang Ngoc**, *em nome do Grupo S&D*. – (FR) Senhor Presidente, caros Colegas, o relatório do senhor deputado Giegold é particularmente significativo no âmbito do actual debate macroeconómico. Este documento é ainda mais relevante pelo facto de o autor ser um eurodeputado alemão que pretendia chamar a atenção da Europa para os efeitos perversos sofridos pelos países da área do euro devido à estratégia alemã de reduzir os custos salariais no sistema da moeda única.

O Governo alemão prepara-se, de facto, para arrastar o euro e toda a União Europeia para uma deflação salarial generalizada com consequências macroeconómicas prejudiciais. Em particular, na ausência de Fundos Estruturais coerentes e de recursos orçamentais suficientes, e face à impossibilidade da desvalorizar a moeda, os Estados-Membros com balanças correntes deficitárias estão condenados, para conseguirem resistir, a diminuir os seus salários e a reduzir o perímetro dos seus sistemas de segurança social.

O resultado é, em primeiro lugar, um abrandamento da procura interna que, desde o segundo trimestre de 2008, conduziu a um crescimento negativo, ainda antes do início da crise de liquidez. Em segundo lugar, assistimos a um aumento na dívida privada de agregados familiares com rendimentos baixos e médios, cujo poder de compra deixou de aumentar. As dívidas que contraíram para adquirir casa foram alimentadas por toda a máquina financeira desregulada, em Espanha, no Reino Unido e na Irlanda, com as consequências desastrosas que observámos na crise do crédito hipotecário de alto risco.

Caros Colegas, ouvindo os debates na comissão, afigura-se que um número significativo de eurodeputados esqueceu os ensinamentos desta crise. A crise está longe do seu final. A recuperação em curso é ainda mais frágil devido ao facto de a Europa continuar em deflação salarial e de a Comissão, mas também o Presidente do Eurogrupo e o Presidente do Banco Central Europeu – que ouvimos na segunda-feira – apelarem aos Estados-Membros para que adoptem prematuramente políticas de saída da crise que são comparáveis a verdadeiros planos de austeridade.

Existe o risco de estas políticas cortarem o crescimento pela raiz logo após o seu regresso a valores positivos, apesar de as taxas de utilização da capacidade produtiva continuarem permanecerem baixas. Elas não conseguem reduzir os défices na Grécia, em Espanha noutros locais, porque as receitas fiscais previstas também não se vão materializar. Estas políticas irão agravar o desemprego e alimentar tensões sociais.

O relatório Giegold tem o mérito de chamar a atenção para alguns destes desequilíbrios macroeconómicos. Infelizmente, a versão final, alterada pelo Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e pelo Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, recusa-se a condenar a deflação salarial. Contudo, em geral, o debate aberto pelo senhor deputado Giegold poderá ser benéfico num período em que o dogma neoliberal posto em causa pela crise regressa em força ao Parlamento, ao Conselho e à Comissão.

**Ramon Tremosa i Balcells**, *em nome do Grupo ALDE*. – (ES) Senhor Presidente, começaria por felicitar os relatores, senhor deputado Scicluna – um grande conhecedor dos bancos centrais – e senhor deputado Giegold. Tivemos longas discussões com os colegas e, no final, chegámos a acordo sobre muitas alterações de compromisso.

Gostaria de vos falar hoje sobre o euro. Quero recordar que acabo de chegar à política: até há nove meses, dava aulas de macroeconomia na Universidade de Barcelona. No Outono de 2008, a minha família e eu vivíamos em Londres por motivos académicos, e eu testemunhei directamente a queda abrupta da libra esterlina, de 30%, em poucas semanas. Subitamente, todos os meus colegas ingleses estavam mais pobres, e a libra ainda não recuperou até hoje. Tendo em conta a dimensão da queda da libra, não quero sequer imaginar qual seria hoje o valor da peseta se ainda a tivéssemos nas nossas carteiras.

Estes dois anos de terrível crise económica global demonstraram que o euro nos proporcionou uma âncora firme de estabilidade. Trata-se, efectivamente, da única grande moeda ocidental que não deixou os seus utilizadores mais pobres.

O euro tem sido um porto seguro contra as ondas enormes das tempestades financeiras mundiais, para utilizar a imagem sugestiva do especialista britânico David Marsh. Eurocéptico convicto há muitos anos, este respeitado especialista em finanças públicas lançou, há 12 meses, um livro em que elogia o euro, reconhecendo-o como um sucesso e como a futura moeda global.

O euro não está hoje em crise: são as crises orçamentais de alguns Estados-Membros que provocam as dificuldades da moeda única. O euro é um excelente exemplo de uma união monetária que é estudada e admirada pelas elites económicas da China, Índia, Brasil e Rússia. O euro não coloca em risco as economias mediterrânicas. O euro é a oportunidade para a integração definitiva das suas economias nas práticas positivas, reformistas e avançadas da Europa Central.

O relatório que debatemos hoje inclui críticas severas à prática de intervenção estatal na moeda chinesa. A sua desvalorização artificial contribuiu para a criação dos enormes desequilíbrios globais que são uma das causas desta crise.

Nós, na área do euro, não podemos penalizar os países que mais exportam. A história das crises financeiras mostra-nos que, uma vez alcançada a saúde financeira, a recuperação económica se apoia nas exportações.

É verdade que a Alemanha tem de começar a consumir novamente e funcionar mais como motor do crescimento económico europeu. Contudo, a sua força exportadora não pode, em circunstância alguma, ser enfraquecida. Sou um deputado liberal da Catalunha, e a minha região – que é responsável por 28% das exportações em Espanha – também apresenta um rácio muito elevado de exportações em relação ao produto interno bruto: quase 30%. Quem consegue melhores resultados não pode ser penalizado.

Finalmente, o euro tem agora muito prestígio em todo o mundo, mas necessita de fazer um pequeno esforço suplementar em matéria de transparência. Senhor Presidente Trichet, os relatos integrais dos debates do Banco Central Europeu devem ser publicados, como acontece nos Estados Unidos, no Japão e na Suécia.



**Philippe Lamberts**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (EN) Senhor Presidente, uma vez que pretendo que o senhor Comissário me ouça alto e bom som, falarei em inglês.

Partindo da posição em que nos encontramos hoje, gostaria de olhar para o futuro. Onde estamos? Temos défices públicos gigantescos e insustentáveis e, note-se, os Verdes não apoiam este tipo de défice.

Em segundo lugar, não podemos ignorar o facto de já termos desigualdades sociais muito significativas, que se vão aprofundando. 16% dos europeus abaixo do limiar da pobreza não é um número pequeno; 40% dos jovens espanhóis com menos de 25 anos desempregados não é um número pequeno, e eu poderia citar mais casos.

Enfrentamos depois as alterações climáticas e a escassez de recursos, e tudo isto significa que é necessário investimento em infra-estruturas, no ensino, na investigação e inovação, etc.

Entendemos, portanto, que devemos realmente mudar a nossa velocidade.

O Presidente Herman Van Rompuy afirmou, após a cimeira de Fevereiro, que a coordenação da política macroeconómica tem de ser consideravelmente aumentada e melhorada. É evidente. O que significa isto? Significa, evidentemente, que em termos de despesa orçamental, necessitamos de mais análise entre pares, de mais controlo *ex ante*. A Grécia dedica 4% do seu PIB a despesas militares. Têm uma força aérea tão grande como a Luftwaffe. Sinceramente, como é possível? É um país tão pequeno e estão a armar-se de forma incrível.

Contudo, se olharmos apenas para o lado da despesa, não seremos bem-sucedidos. Precisamos de olhar, e muito atentamente, para a coordenação da nossa receita fiscal porque, na verdade, o que é preciso fazer? Temos de redireccionar a receita fiscal dos rendimentos do trabalho para outras formas de rendimento, incluindo os rendimentos do capital. É necessário promover uma contribuição empresarial efectiva – efectiva, não apenas no papel – e isso significa comunicação da matéria colectável comum consolidada do imposto por país, etc.

Temos de aplicar o imposto sobre as transacções financeiras; temos de aplicar o imposto sobre as emissões de carbono, para alterar comportamentos e gerar receita. E não podemos fazer isso simplesmente pedindo aos países que coordenem as suas políticas. Precisamos de mais integração. Se não o fizermos, os nossos governos revelar-se-ão incapazes de conciliar a necessidade de equilibrar os orçamentos com a satisfação de necessidades sociais e de investimento.

Acredito, pois, que a Europa está agora numa conjuntura crítica. A escolha é entre um maior grau de integração, não só de coordenação, e o declínio. O ensinamento que retirei de Copenhaga não é apenas a circunstância de termos falhado o acordo sobre o clima. É o facto de a Europa se ter mostrado irrelevante se não actuar como um todo. Gastamos demasiado tempo a coordenar e pouco tempo e actuar em conjunto. Esse seria, portanto, o nosso contributo para este debate.

**Kay Swinburne**, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, sendo eu proveniente de um Estado-Membro que não pertence à área do euro, não tenho a certeza de que as minhas opiniões sejam muito importantes para os meus colegas neste debate. Actualmente, muitos diriam que o problema da área do euro deve ser resolvido pelos seus membros.

Contudo, o euro não vive isolado. Vive no mercado global e foi afectado pela crise financeira e económica mundial como os países que não pertencem à área do euro. A forma como gerimos as nossas finanças públicas durante os anos favoráveis afectam decisivamente a nossa capacidade de reagir e recuperar hoje. Como referiram muitos intervenientes, existe um motivo para a Alemanha enfrentar hoje um défice público muito diferente do da Grécia. Embora os dois países estejam unidos por uma moeda comum, as atitudes face à poupança e à despesa diferem consideravelmente. Criar uma união monetária não uniu totalmente diferentes culturas e tradições de política orçamental.

A perspectiva do Reino Unido tem muito a dizer sobre as diferenças na política orçamental. Também avolumámos o nosso sector público, gastámos muito nos anos favoráveis, pedindo cada vez mais empréstimos e acumulando dívidas que nem reconhecíamos quando nos parecia que os melhores tempos tinham passado, e criando uma cultura em que um economista do Reino Unido, supostamente prestigiado, diz mesmo perante uma das nossas comissões que os governos podem fazer aparecer e desaparecer dinheiro como por magia.

Fundamentalmente, o dinheiro destinado a financiar o sector público não aparece por magia. Provém das receitas fiscais do sector privado. A Alemanha percebe esta realidade. As suas políticas centraram-se, no passado recente, na utilização de despesas e incentivos públicos para ajudar a estimular o sector privado.

Consequentemente, encontra-se agora numa posição forte para a recuperação. Em última análise, o sector público cumpriu a sua missão na crise. Salvou os bancos e apareceu quando o sector privado falhou. Agora é a vez do sector privado compensar o sector público.

O lado negativo das medidas de austeridade, que vão deixar pessoas trabalhadoras sem empregos no sector público, tem de ser transformado numa vantagem para as empresas em início de actividade, tirando partido do espírito empreendedor reduzindo os custos iniciais para as empresas para que elas possam criar o sector privado lucrativo que é necessário para retirar todos os nossos países do fosso em que nos encontramos agora. Todos os países que praticaram políticas económicas insustentáveis durante os últimos anos – incluindo o meu – têm de perceber que a mudança é essencial e inevitável.

**Jürgen Klute**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, caros Colegas, aproveitaria esta oportunidade para abordar novamente a situação na Grécia, porque entendo que a crise grega nos ajuda a compreender o estado político da área do euro. Contudo, em primeiro lugar, gostaria de fazer uma observação sobre os apelos da Chanceler alemã, senhora Merkel, à exclusão da Grécia da área do euro se isso for necessário.

O meu grupo, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde, considera esta proposta totalmente absurda. Por um lado, está em causa uma comunidade com um destino comum. Se levamos a sério esta ideia, não podemos apelar, por outro lado, a que um Estado-Membro seja excluído durante a primeira crise grave ou moderada que encontramos. Isso é escandaloso! Mais importante ainda, estaríamos a admitir um fracasso, o que significaria a submissão ao sector financeiro.

O sector financeiro deixou-se vergonhosamente resgatar da crise com o dinheiro dos contribuintes, mas agora pedem-nos que neguemos uma ajuda semelhante à Grécia. Será difícil explicar aos pensionistas e aos trabalhadores na Grécia, bem como a todos os outros países afectados – de acordo com a imprensa, Portugal é o próximo país a ser escrutinado – porque lhes pedimos que paguem agora, depois de já terem suportado os bancos com os seus impostos. Seguir este caminho equivaleria a conduzir o projecto da UE contra uma parede.

Apesar de todas as críticas justificadas à Grécia – e os deputados gregos entenderão que há muito por fazer no seu país – a crise não é, de todo, da sua exclusiva responsabilidade. Recordarei apenas que a maioria das decisões sobre política financeira na área do euro foi transferida para o Banco Central Europeu. O euro não pode dar resposta aos diferentes níveis de produtividade das várias economias. Grandes exportadores como a Alemanha estão a subjugar a política económica grega. Por conseguinte, esta situação também representa uma crise na política da UE em matéria económica e de concorrência.

Por isso apelamos a que a proibição de assistência financeira para Estados-Membros da UE seja levantada. Os Estados-Membros da área do euro devem disponibilizar empréstimos em euro-obrigações, o Banco Central Europeu deve comprar dívidas como fez o Serviço Federal Central nos EUA e devem ser proibidos os contratos de *swaps* de risco de incumprimento. É isto que pedimos.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

#### **PRESIDÊNCIA: SCHMITT**

*Vice-Presidente*

**Nikolaos Salavrakos**, em nome do Grupo EFD. – (EL) Senhor Presidente, 25 de Março é o aniversário da Europa e da Grécia. Em 25 de Março de 1957, nasceu a União Europeia através do Tratado de Roma. Em 25 de Março de 1821, nasceu a Grécia.

Hoje, no seu aniversário, a Europa e a Grécia são postas à prova; a Europa em matéria de coesão, e a Grécia no que respeita à sua economia. Todos os presentes nesta Assembleia sabem que, dos 15 países da área do euro, 6 têm dívidas públicas elevadas e défices orçamentais. Todos sabem que os 30 países que pertencem à OCDE têm uma dívida superior a 100% do PIB e 30% mais alta do que em 2008. Mesmo os Estados Unidos da América procuram, nesta enorme crise económica que vivemos, resolver os seus problemas sobretudo através da impressão de dinheiro.

Sabemos também que a Grécia introduziu fortes medidas de austeridade, a ponto de esgotar os seus cidadãos. Muitas pessoas dirão que a Grécia merece e deve pagar pelos seus erros. Concorro que algumas pessoas têm de ser responsabilizadas por esta situação. Contudo, não podemos esquecer que as importações gregas de produtos de outros países europeus, em especial da Alemanha, são superiores em 15 mil milhões de euros às exportações.

Pediria, pois, aos líderes da União Europeia para terem em conta que enfrentar a especulação criará uma situação geopolítica no contexto político mais amplo.

**Presidente.** – Obrigado, Senhor Deputado. O seu tempo esgotou-se. Peço respeitosamente que os senhores cumpram o tempo que vos é atribuído.

**Werner Langen (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, gostaria de fazer um ponto de ordem. Os colegas pretendem votar estes documentos mais tarde e teremos sérias dificuldades se não cumprirmos o nosso tempo de uso da palavra.

**Hans-Peter Martin (NI).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Trichet, começaria por felicitá-lo pelo que realizou nos últimos anos. Contudo, ao mesmo tempo, o senhor deve estar ciente de que milhões de pessoas ainda sustentam a respiração por estarem preocupadas com o euro, algo que não esperávamos ver nesta geração.

Em primeiro lugar, preocupa-nos o que acontecerá a seguir com as operações de refinanciamento semestrais e anuais e queremos saber se o senhor conseguirá retirar este pacote de medidas de liquidez extraordinárias. Apenas as pessoas com tendência masoquista em matéria de política financeira poderiam abster-se de lhe desejar boa sorte a este respeito. Contudo, a inflação é também motivo de preocupação e o senhor conseguiu progressos positivos neste domínio. Enquanto austríaco, critico a campanha negativa que é movida aqui contra a Alemanha. Todos devem saber que a Alemanha foi a fonte de muita estabilidade no passado. Não deve agora ser punida por ter alcançado melhores resultados do que outros países. Não é possível demonstrar solidariedade para com as pessoas que foram responsáveis por má gestão, desperdício e medidas administrativas excessivas.

**Burkhard Balz (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, na qualidade de relator-sombra do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) para o relatório sobre o Relatório Anual 2008 do Banco Central Europeu, regozijo-me com o documento que temos agora diante de nós. Em resultado da cooperação estreita e eficaz com o relator, senhor deputado Scicluna e, acima de tudo, com o senhor deputado Tremosa, do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, penso que elaborámos um comentário muito equilibrado ao Relatório Anual do BCE relativo a 2008. O senhor Presidente Trichet e o senhor Comissário Rehn foram da mesma opinião.

Creio que o BCE se deparou com tarefas particularmente difíceis em 2008, que foi o primeiro ano da crise. Perante estes desafios, o BCE actuou, na minha opinião, de forma eficaz e, sobretudo, muito prudente. O relatório do senhor deputado Scicluna reflecte esta abordagem. Todavia, o BCE não está numa situação fácil e é pouco provável que ela se altere no futuro próximo. Por um lado, estamos muito longe de ultrapassar a crise e, por outro lado, as medidas regulamentares previstas apresentam novos desafios e problemas para o BCE. É importante que o BCE continue a assegurar a estabilidade da área do euro nos próximos meses e anos. Como um petroleiro em alto-mar, o BCE tem de manter o rumo certo.

Por outro lado – Senhor Presidente Trichet, já mencionei este aspecto na penúltima discussão sobre política monetária – é necessário manter a independência do Banco Central Europeu, em particular devido à sua futura inclusão no Comité Europeu do Risco Sistémico. Esta questão é primordial porque o senhor, como Presidente, e outros membros do BCE participarão intensamente neste domínio. Este deve ser um critério importante para futuras avaliações de outras medidas tomadas pelo banco central. É essencial termos em mente este ponto na análise de outros relatórios nos próximos anos.

**Gianni Pittella (S&D).** – (IT) Senhor Presidente, Senhor Presidente Trichet, Senhor Comissário, caros Colegas, o rei vai nu! A gravidade da situação foi descrita com rigor. Agora, é útil concentrarmo-nos no tratamento, e o primeiro passo deste tratamento só pode ser a governação económica europeia, sem a qual o sistema económico não vai crescer e a dívida se vai tornar ainda menos sustentável.

É necessário apoiar e ajudar a Grécia e evitar um potencial efeito dominó no caso dos países europeus caracterizados por um baixo nível de competitividade e dívidas elevadas. Uma verdadeira governação europeia tem de cumprir três objectivos: 1) uma política de crescimento; 2) instrumentos financeiros adequados para sustentar esse crescimento; e 3) uma política para gerir situações de emergência.

Esta manhã, ouvi muitas intervenções que enalteceram as virtudes do euro. Muito bem, eu concordo, naturalmente, mas porque não pensar no euro como uma moeda que não apenas nos salva da inflação, mas também, através de uma pequena dívida saudável e garantida, nos assegura maior liquidez para lançar um

grande programa europeu de investimento emitindo euro-obrigações? Quanto à gestão de situações de emergência, concordo com a ideia de instituir um Fundo Monetário Europeu, que seria uma solução sensata.

Caros Colegas, o que gostaria de dizer em conclusão, e com clareza, é que, nesta fase, é inútil temporizar, derivar, esperar que a noite longa termine. De nada nos serve uma “Europa de Don Abbondio”. Se a Europa não revelar coragem hoje, quando o fará?

**Sharon Bowles (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, tivemos uma semana de pesos-pesados na comissão, com o Presidente do BCE, o Presidente do Eurogrupo e o vice-presidente indigitado do BCE. Todos concordamos que uma vigilância mais forte dos Estados-Membros, com estatísticas rigorosas que permitam uma intervenção precoce, é um requisito essencial.

Já se iniciou o trabalho sobre esta matéria, que inclui poderes de auditoria para o Eurostat, e a comissão está ansiosa por assumir o seu papel reforçado para poder ajudar.

Contudo, existem indicadores além do Pacto de Estabilidade e Crescimento que também devem ser respeitados. Uma maior coordenação em matéria orçamental associada a estabilidade macroeconómica é uma opção. Todavia, este método já foi, naturalmente, tentado. Recordemos a polémica em 2001 sobre o aviso do Ecofin à Irlanda durante uma fase de excedente orçamental. Sabemos, portanto, a lição: exercer disciplina em períodos de excedente é ainda mais difícil do que fiscalizar o défice. E, tal como nos mercados financeiros, se não o fizermos acabamos numa situação de crise.

Quanto a desequilíbrios entre Estados-Membros, a tónica deve ser colocada na perda de competitividade, frequentemente acompanhada por uma desaceleração no mercado único e pela incapacidade de abordar reformas estruturais, incluindo a das pensões. Este facto também não é necessariamente gerador de défice.

Finalmente, como referiu o senhor deputado Scicluna, a provisão de liquidez pelo BCE foi um instrumento valioso durante a crise, mas ainda não passou para a economia real. Muitas vezes, foi simplesmente reinvestida em activos com juros superiores. E atrevo-me a dizer que alguns destes activos foram mesmo reenviados através de recompra para o BCE. Não há dúvida de que em certos sectores, essa actividade é mesmo encarada como merecedora de um prémio. Digo, pois, o seguinte: devemos realmente ouvir os argumentos desses bancos sobre as novas datas de aplicação da adequação dos fundos próprios?

**Michail Tremopoulos (Verts/ALE).** – (EL) Senhor Presidente, começaria por dizer que este é um relatório importante, que encontra um equilíbrio meritório entre as tensões existentes no Parlamento Europeu. Identifica elementos de coesão social que não estão presentes em debates semelhantes no Parlamento Europeu. Gostaríamos igualmente que o documento assinalasse um importante ponto de viragem na política do conjunto da União Europeia.

É claro que o texto se refere a 2009, embora em 2010 tenha havido acontecimentos importantes que preocupam, evidentemente, o meu país, a Grécia. Podemos concluir que, além da união monetária, também precisamos de união económica e política, como disseram muitos oradores. O euro deve ser acompanhado por um indicador mínimo de segurança social para a coesão social.

Esse ponto é evidenciado pelas várias afirmações proferidas na Grécia, muitas das quais imprecisas. Por exemplo, não posso deixar de salientar o facto de a produtividade na Grécia não ter sido muito inferior à média da UE a 27. Isso é claro nas estatísticas do Eurostat: situou-se em aproximadamente 90% em 2007 e em 2008.

O aumento do défice orçamental e da dívida pública na Grécia durante os últimos dois ou três anos foi o resultado do colapso das receitas, da diminuição do rendimento recebido do exterior, como o turismo e o transporte marítimo, devido à crise e ao aumento da despesa pública. Existe, sem dúvida, desperdício, mas também estão a ser recrutadas pessoas para o sector público de várias formas.

É evidente que esta situação tem de mudar; devemos igualmente pedir protecção social e não nos contentarmos com apelos gerais para que não haja medidas que afectem excessivamente os baixos rendimentos. Importa controlar a despesa e o armamento, tal como tudo o que aumentou significativamente nos últimos dois anos, mas sobretudo as receitas, que diminuíram de forma igualmente significativa. O rendimento de amplas camadas da população, que se encontram no limiar da pobreza, não pode descer.

Existem, naturalmente, matérias que também dizem respeito à cimeira em curso hoje, aqui em Bruxelas. Contudo, o relatório Giegold deve assinalar uma alteração mais global e a incorporação destas posições no

Pacto de Estabilidade. Acima de tudo, não precisamos de obter recursos da inaceitável política do Fundo Monetário Europeu, que, além do mais, também apresenta um défice de viabilidade.

(Aplausos)

**Peter van Dalen (ECR).** – (NL) Senhor Presidente, o senhor Comissário Rehn e o senhor Presidente Trichet fizeram muito bem em falar sobre a presente situação. A posição grega na área do euro é muito frágil e, na minha opinião, a resposta encontra-se no Fundo Monetário Internacional (FMI). Neste momento, o FMI é a organização certa para ajudar a Grécia a sair da crise. Se isso não funcionar, teremos de ser decididos e cortar o nó górdio. Os países que não cumpram as regras da área do euro têm de abandonar o jogo.

Senhor Presidente, vamos tentar aprender com esta situação. Quando aderiu ao euro, a Grécia era tão imprevisível como o oráculo de Delfos. Os números que o país comunicou não eram claros nem fiáveis. Não é correcto que o Governo grego insista em que outros Estados-Membros apresentem a solução por terem sido, supostamente, co-responsáveis pela actual crise na Grécia. Isso é virar o mundo ao contrário. Quem apresenta dados não rigorosos não pode apontar o dedo a mais ninguém. Permitam-me, pois, que coloque ao senhor Presidente Trichet e ao senhor Comissário Rehn uma questão concreta: os senhores tinham conhecimento de que os dados apresentados pela Grécia quando aderiu ao euro eram imprecisos e incompletos? Em caso negativo, não era vosso dever ter conhecimento? Espero que me possam dar uma resposta directa a esta pergunta.

**Charalampos Angourakis (GUE/NGL).** – (EL) Senhor Presidente, gostaria de começar por desejar aos meus compatriotas as maiores felicidades para o dia 25 de Março.

A crise capitalista resultou numa deterioração galopante dos níveis de vida dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, deu ao capital a oportunidade de acelerar a execução de opções políticas antilaborais. Através de terrorismo estatal contra os trabalhadores, a plutocracia lançou uma verdadeira guerra contra direitos salariais e sociais básicos, numa tentativa de aumentar os lucros do capital.

O pilar fundamental da política antipopular que é exercida pela União Europeia e pelos governos dos Estados-Membros é o BCE. Trata-se de uma política severa exercida apenas com base no critério da rentabilidade do capital. Os apelos constantes, desde a sua fundação, para que reduzisse os salários e acelerasse as reestruturações do capital encontraram solo fértil na crise capitalista.

O BCE actuou como o assistente burguês da plutocracia, passando o ónus da crise para os trabalhadores. Esta instituição atribuiu mais de 1 bilião de euros aos bancos e aos grupos monopolistas. Hoje, todavia, pede aos trabalhadores para pagarem os prejuízos e amortizarem essa quantia.

Por isso é necessário intensificar a luta anti-imperialista, a luta para sair da União Europeia, a luta pelo poder do povo e por uma economia popular, a luta pelo socialismo.

**Godfrey Bloom (EFD).** – (EN) Senhor Presidente, sinto que tenho vivido numa espécie de universo paralelo quando ouço falar aqui sobre o sucesso do euro. E se descêssemos à terra só por um momento?

O desemprego, nomeadamente o desemprego dos jovens, na Península Ibérica e em muitos países da área do euro, é crónico. Situa-se em 30-40% há vários anos. Nada tem a ver com a crise. É um desastre completo. O PIB *per capita* nos EUA está muito acima do da União Europeia. O PIB na orla do Pacífico está muito acima do PIB da União Europeia.

Não, o euro não foi, de todo, bem-sucedido. Já está a falhar. Já se desmorona diante dos nossos olhos. Basta recorrer a algumas noções básicas de economia. Em última instância não há mutuantes, e é por isso que temos esta crise grega e uma crise portuguesa muito próxima. Não há mutuantes. Isto é impossível na gestão global, na gestão monetária, mesmo que esta seja uma excelente área monetária.

Não existe coordenação política em matéria orçamental, pelo que esta política está condenada ao insucesso e já está a falhar neste momento.

Permitam-me que recorde a todos um outro aspecto. Há dois tipos de pessoas: as criadoras de riqueza, pessoas que trabalham no sector privado e criam riqueza, e as outras que gastam a riqueza, nós, políticos e burocratas, que existimos em número excessivo. Claramente excessivo. Somos um peso para as economias e, enquanto estas zonas monetárias não começarem a reduzir a despesa pública, a situação vai agravar-se cada vez mais.

**Corneliu Vadim Tudor (NI).** – (RO) A máfia é a principal causa da crise. Vou apresentar alguns exemplos do meu país, a Roménia. Podem acreditar no que digo porque, enquanto escritor e historiador que dirige um jornal diário e uma revista semanal, sei muito bem do que estou a falar.

Desde 1990, aproximadamente 6 000 empresas avaliadas em 700 mil milhões de euros foram privatizadas de modo fraudulento. Infelizmente, apenas 7 mil milhões de euros, ou 1% desse montante, foi recebido até ao momento. Em muitos casos, não foi sequer realizada a privatização, substituída pela transferência de activos da propriedade do Estado romeno para a propriedade de outros Estados, por outras palavras, uma nacionalização. Esta já não é uma economia de mercado, mas uma economia selvagem.

Esta situação repete-se em vários países balcânicos onde a máfia local uniu forças com as máfias transfronteiras para formar um cartel dedicado à criminalidade organizada. Tal como há 100 anos, a península dos Balcãs está sentada num barril de pólvora. A chama do protesto social pode evoluir rapidamente da Grécia para outros países na região.

Embora no século XX tenhamos falado em exportar a revolução, no século XXI, podemos falar em exportar a bancarrota. A fome é o factor eleitoral mais poderoso da história. Temos de mudar a prioridade, passando do combate à corrupção, que é um conceito abstracto, para o combate aos corruptos.

O estado de espírito da população é cada vez mais sombrio e, se não conseguirmos pôr fim à fraude nos nossos países, o nobre projecto da União Europeia cairá como um castelo de areia.

Contudo, ainda há uma esperança de salvação: são necessárias soluções radicais numa encruzilhada tão histórica. Não é sob controlo que a máfia tem de estar, mas sob o solo.

**Werner Langen (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, começaria por agradecer muito calorosamente ao senhor Presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, pelo seu trabalho muito bem-sucedido durante os últimos seis anos. É claro que gostaria de agradecer também aos relatores por terem apresentado um relatório que recebeu apoio maioritário. Senhor Comissário Rehn, recordo-lhe que o senhor ainda tem algumas tarefas muito importantes pela frente. Espero que a Comissão tenha finalmente a coragem de analisar as insuficiências do Pacto de Estabilidade e Crescimento numa nova proposta. O modelo de governação económica liderado pelos ministros das finanças não é uma solução possível neste caso, porque estes ministros falharam no passado. Necessitamos de um sistema mais automatizado. Não precisamos de governação económica sob o controlo dos ministros das finanças. Ao invés, necessitamos de um sistema automático que dê resposta em caso de infracção, com o apoio e a liderança do BCE e da Comissão. Este pode ser o resultado da cimeira.

Gostaria de fazer duas observações sobre o que afirmou o senhor Presidente Trichet a propósito da área do euro. Saúdo convictamente o facto de o senhor ter referido a necessidade de sermos competitivos em todo o mundo. Não está em causa apenas um país do euro a competir com outro, mas a nossa capacidade de afirmação sobre os EUA e a Ásia.

Em segundo lugar, a UE conseguiu, em grande medida, equilibrar as suas contas, graças aos países com excedente. Se assim não fosse, o BCE teria de pôr em prática políticas muito mais austeras.

Em terceiro lugar, não há exemplos na história económica de países em declínio demográfico a gerar crescimento a longo prazo no mercado interno. Os países têm de exportar os seus produtos.

Quanto à Alemanha, teve um início fraco na União Económica e Monetária, mas recuperou e é agora um exemplo para muitos outros países. Isso não é suficiente. Já temos bastante trabalho na consolidação orçamental. É importante não subestimar o trabalho em questão. Quem é responsável pela ideia de sancionar os países com amplo sucesso e excluir os que não cumpriram as suas obrigações? Esta não é uma verdadeira política europeia. Gostaria, portanto, de desejar coragem à Comissão e de agradecer calorosamente ao BCE.

(Aplausos)

**Anni Podimata (S&D).** – (EL) Senhor Presidente, permita-me que comece por felicitar os dois relatores pelo trabalho que realizaram nesta conjuntura particularmente difícil.

O trabalho para uma cimeira crucial deve iniciar-se em breve e trocam-se ainda muitas palavras duras sobre a chamada questão grega e procura-se saber em que medida vamos adoptar um mecanismo europeu que funcione, em períodos de crise, como um indicador para a protecção económica necessário para a estabilidade da área do euro no seu conjunto.

Não há dúvida de que a responsabilidade essencial por esta situação é da Grécia, que o assumiu inteiramente. Todavia, existem outras responsabilidades – colectivas – nesta situação. A moeda comum produziu muitos resultados, mas também tem graves insuficiências. Em 11 anos de UEM, não quisemos ver nem reconhecer que a competitividade divide e que as desigualdades e desequilíbrios significativos entre as economias na área do euro não são compatíveis com a viabilidade e com a estabilidade da área do euro.

Os ataques especulativos que, até ao momento, visaram sobretudo a Grécia – mas que também resultaram na descida da notação de crédito de Portugal há poucos dias e que já visou outros países, como a Itália e a Espanha, sem que ninguém saiba quais serão as consequências – deixaram esse facto bem claro.

Por conseguinte, se queremos demonstrar capacidade para fazer face à situação, devemos avançar imediatamente para um modelo de cooperação e de governação económica novo e reforçado que, Senhor Deputado Langen, respeite as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, mas que, ao mesmo tempo, consiga evoluir da coordenação financeira em sentido estrito para uma coordenação económica com critérios adicionais associados e alcançar os objectivos da estratégia da UE em matéria de emprego e de desenvolvimento sustentável.

**Olle Schmidt (ALDE).** – (SV) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhor Presidente Trichet, o euro tem dez anos e passou, em grande medida, nos testes a que foi sujeito, apesar de a actual turbulência ainda não ter terminado. Estou certo de que, ainda hoje, assistiremos ao primeiro passo importante no sentido de uma solução europeia, com ou sem o Fundo Monetário Internacional. Partilhamos um destino comum, como afirmou, e bem, o senhor Presidente Trichet. A alternativa em caso de insucesso seria, naturalmente, assustadora.

O BCE tem sido um baluarte quando as tempestades financeiras nos atingem. Vale a pena repetir que a área do euro tem sido um êxito durante a crise financeira e uma âncora na Europa, mesmo para países fora da sua zona.

O euro proporcionou estabilidade e condições para a criação de milhões de novos postos de trabalho, e esse facto não pode ser esquecido neste período em que todos falam de uma crise. Os problemas da Grécia e de outros países da área do euro não podem ser imputados ao euro. O aumento descuidado da despesa pública gera problemas, independentemente da moeda escolhida. Pelo contrário, a crise económica teria sido consideravelmente pior se não tivéssemos a cooperação que o euro implica. Teríamos de fazer face a especulação e à desvalorização concorrencial entre mais de 20 moedas nacionais.

Muitos de nós viveram esta situação e eu próprio pertenci a uma comissão de finanças sueca quando a taxa de juro era de 500%. A crise na Grécia demonstra naturalmente o facto de ser necessário reforçar o pacto para manter o défice orçamental num nível baixo. O défice ainda permanece extremamente elevado. Necessitamos de melhor supervisão e coordenação da política económica a nível da UE, por outras palavras, coordenação financeira digna desse nome.

Gostaria de terminar dedicando uma palavra à especulação. Por vezes, quando os países são alvo de especulação, como foi o meu país na década de 1990, temos, efectivamente, uma boa oportunidade para organizar as medidas que tomamos. Quando estivemos numa situação difícil, em resultado da acção de George Soros, entre outros, sabíamos o que esperar e adoptámos as medidas necessárias. Esse é um ponto de reflexão para os colegas dos países que neste momento atravessam dificuldades.

**Ryszard Czarnecki (ECR).** – (PL) Senhor Presidente, evitarei a linguagem militar utilizada pelo orador anterior. A linguagem da guerra não se adequa ao estilo dos bancos. Sou um representante daquele que é provavelmente o único grupo político neste Parlamento em que a maioria dos deputados é proveniente de países não pertencentes à área do euro. Apenas dois pertencem a essa área. O meu ponto de vista será, portanto, diferente.

A intervenção do senhor Presidente Trichet pode ser resumida no número 36, porque este é o número de deputados ao Parlamento Europeu que a ouviram. Quer isto dizer que somos ociosos? Não – quer dizer, de facto, que os eurodeputados não acreditam realmente que o Banco Central Europeu possa ser uma solução, um tratamento, para a crise, nem uma tábua de salvação. O senhor Comissário Rehn afirmou que a área do euro tem valor em si mesma e depois falou sobre a crise na Grécia. Há aqui uma certa contradição. A Grécia atravessa uma crise por ter aderido muito cedo a um oásis de estabilidade. Devemos evitar essa incoerência.

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL).** – (EL) Senhor Presidente, concordo com os meus colegas que afirmaram que a crise não terminou. A situação económica em numerosos países é claramente negativa. O desemprego aumenta na maioria dos países. As medidas adoptadas para enfrentar os défices estão a agravar a crise.

Senhor Presidente Trichet e Senhor Comissário Rehn – faço esta pergunta do ponto de vista institucional – os senhores não previram a crise? Havia sinais. Quando a crise se iniciou, os senhores esconderam-se atrás da ideia de que todos teriam de resolver os problemas autonomamente. Agora, repetem aqui de forma monótona as palavras “controlar os défices” e “austeridade no Pacto de Estabilidade e Crescimento”.

Na minha opinião, o problema da União Europeia e da Grécia não reside na solidez das finanças. Os senhores sabem que, para cobrir os empréstimos, países como a Grécia são vítimas dos especuladores mas, ao mesmo tempo, eles revelam as lacunas institucionais e políticas na UEM.

Como tal, gostaria de dizer que o que importa verdadeiramente é alterar o Pacto de Estabilidade. Insistir na aplicação do Pacto de Estabilidade, especialmente numa recessão, vai claramente aumentar e agravar desigualdades regionais e sociais, aumentar o desemprego e eliminar quaisquer perspectivas de crescimento.

**Bastiaan Belder (EFD).** – (NL) Senhor Presidente, a situação em que se encontram, merecidamente, a Grécia e a área do euro é lamentável. A assistência financeira à Grécia deve ser prestada sobretudo pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O próprio FMI declarou estar em excelente posição para ajudar a Grécia. A criação de um Fundo Monetário Europeu (FME) parece ser motivado por considerações políticas, em particular para salvar a face da Europa no caso de a Grécia recorrer ao FMI. Contudo, não devemos lançar-nos impetuosamente na criação de um novo organismo como solução para o incumprimento das regras existentes. A necessidade e a utilidade de criar um FME são discutíveis. As sanções previstas no Pacto de Estabilidade e Crescimento têm de ser aplicadas de forma mais activa para fazer cumprir as regras. Na verdade, cabe agora ao Conselho tomar medidas. O Eurostat deve ter margem de manobra para inspecionar cuidadosamente os números orçamentais dos Estados-Membros da área do euro e, desse modo, fiscalizar a observância do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

**Csanád Szegedi (NI).** – (HU) Senhor Presidente, caros Colegas, o relatório tem uma falha grave: não menciona os responsáveis. Contudo, não conseguiremos pôr fim à crise económica enquanto esses responsáveis não forem identificados. Coloquemos finalmente a questão nestes termos: a crise não foi provocada pelas pessoas que vivem dos seus vencimentos ou dos seus salários, mas pelos bancos, pelas multinacionais e pelas companhias de seguros que secaram as sociedades europeias.

Neste momento, se uma empresa multinacional pretende instalar-se na Hungria, procede da seguinte forma: recebe graciosamente um terreno de uma autarquia local, beneficia de uma redução dos impostos e contribuições, emprega pessoas que recebem o salário mínimo e nem sequer lhes permite a inscrição num sindicato. Foram estas as condições que levaram a uma crise dos candidatos a emprego na Europa. Exigimos que as multinacionais, os bancos e as companhias de seguros cumpram o seu papel e assumam a tarefa de resolver e pôr termo à crise económica.

**Antolín Sánchez Presedo (S&D).** – (ES) Senhor Presidente, a crise que atravessamos é a pior em oito décadas e a mais significativa desde o lançamento do projecto comunitário.

Tudo começou com a crise do crédito hipotecário de alto risco na América do Norte, após o colapso do Lehman Brothers, encontra-se agora na sua terceira fase, depois de deixar a Europa com uma queda de 4% do PIB em 2009, mais de 23 milhões de desempregados e uma deterioração acentuada do estado das finanças públicas, com dívidas superiores a 80% do PIB.

O Banco Central Europeu desempenhou um papel decisivo na manutenção da liquidez no sistema, utilizando mecanismos não convencionais e cooperando estreitamente com as principais autoridades monetárias.

Agora que se prevê uma recuperação moderada e não existe pressão inflacionária, esta instituição deve continuar a apoiar a retoma do crédito e evitar comprometer a recuperação económica através da retirada precoce ou indiscriminada das medidas extraordinárias.

A crise demonstrou-nos que os pilares monetário e económico – a base da política monetária – têm de ser reforçados. É necessário acompanhar a evolução dos preços dos principais activos financeiros e do endividamento privado a fim de assegurar a estabilidade dos preços e da economia em geral.

Vinte Estados-Membros têm actualmente défices excessivos. O verdadeiro significado da consolidação das finanças públicas – uma tarefa inevitável, que tem de ser realizada de uma forma coordenada e inteligente –



é restaurar a procura, promover o investimento e favorecer reformas que permitam revitalizar a economia, aumentar o potencial para um crescimento sustentável e criar empregos. Uma maior união económica pode fazer a diferença.

É fundamental corrigir desequilíbrios globais. A União Europeia é umas das regiões mais equilibradas. Pode comprometer esse estatuto se não reforçar a sua competitividade e se não houver maior cooperação monetária internacional. Apenas conseguiremos melhorar a nossa capacidade de competir globalmente se reforçarmos a cooperação económica interna nos domínios da competitividade e da balança de pagamentos, a fim de corrigir os desequilíbrios e as diferenças existentes na área do euro.

Os esforços e a coragem da Grécia merecem um apoio claro e determinado. É uma questão de interesse comum, e a incerteza prejudica todos os europeus. A subsidiariedade e a solidariedade são dois lados da mesma moeda: a moeda europeia. Como afirmou o senhor Presidente Trichet em inglês, francês e alemão, o euro é mais do que uma moeda: é o nosso destino comum.

Eu repeti a declaração em espanhol, que é uma das línguas globais da União Europeia. Termino dizendo o mesmo em grego, que é a língua que melhor exprime a nossa vocação universal: Το ευρώ είναι το κοινό μας μέλλον.

**Pat the Cope Gallagher (ALDE).** – (GA) Senhor Presidente, a crise económica teve um impacto negativo nos Estados-Membros na União Europeia. As taxas de desemprego aumentaram drasticamente em toda a União, e são os jovens que mais sofrem. Os fundos públicos dos Estados-Membros diminuíram em resultado desta crise. Para fazer face a este problema, o Governo irlandês tomou medidas decididas nos anos de 2008 e 2009.

Antes de ser verificado, o défice da Irlanda caminhava para 14% do PIB. A acção do Governo estabilizou o défice em 11,6% do PIB em 2010. As medidas tomadas pelo Governo obtiveram reconhecimento em mercados internacionais. Desde o seu último orçamento, em Dezembro do ano passado, o custo dos empréstimos contraídos pela Irlanda, relativamente aos valores de referência, estabilizou. De facto, julgo saber que, na reunião da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários realizada esta semana, o Presidente do Banco Central reconheceu e elogiou as acções do Governo irlandês. Em muitos aspectos, a Irlanda está à frente de muitos países na sua consolidação orçamental. Países como o Reino Unido e os EUA, ambos com défices superiores a 10%, terão de realizar ajustes significativos para recuperarem a sustentabilidade das suas finanças públicas.

Diria, em conclusão, que a Irlanda ainda é um bom local para negócios, pois os fundamentais da economia irlandesa são adequados e vamos manter 12,5%...

*(O Presidente retira a palavra ao orador)*

**Zbigniew Ziobro (ECR).** – (PL) Senhor Presidente, a crise crescente na área do euro mostra os perigos a que podem estar expostos projectos económicos que não sejam apoiados por cálculos económicos, antes assentando em pressupostos ideológicos, especialmente quando a integração inclui a união económica de diferentes Estados-Membros com diferentes condições económicas.

Temos de perguntar se alguns Estados deviam ter aderido ao euro tão cedo. Em determinado momento, o projecto do euro deixou de ser primordialmente um projecto económico para se transformar, em grande medida, num projecto político, destinado a acelerar a integração europeia. Os contribuintes europeus em muitos países podem, hoje, pagar muito cara esta precipitação. Seria bom que retirássemos algumas conclusões deste ensinamento para o futuro. O euro não é uma resposta aos problemas estruturais de cada economia nem ao endividamento excessivo ou à falta de disciplina financeira. Os Estados-Membros são responsáveis pelo estado das suas finanças, e estes problemas devem ser resolvidos nos países onde surgiram.

**Marie-Christine Vergiat (GUE/NGL).** – (FR) Senhor Presidente, caros Colegas, li os relatórios com alguma surpresa, e as intervenções que ouvi esta manhã apenas reforçaram as minhas convicções.

Salvo algumas excepções, o que está ainda em causa são restrições orçamentais, contenção da inflação e o Pacto de Estabilidade e Crescimento, apesar de 20 dos 27 países já não cumprirem todos os critérios.

É verdade que muitas pessoas pedem uma governação económica. Contudo, nós pretendemos uma Europa política que assuma o controlo das suas escolhas económicas e sociais e seja capaz de intervir em matéria de escolhas monetárias.

A crise grega é reveladora: é a Alemanha que detém o controlo e impõe as suas exigências. Nos Estados Unidos, o banco central acaba de intervir directamente para financiar o orçamento do Estado comprando obrigações do Tesouro. Na Europa, o Banco Central Europeu apressou-se a prestar assistência aos bancos mas, no caso da Grécia, e mais em geral dos “PIGS”, ainda são os mesmos que têm de pagar a crise, por outras palavras, os trabalhadores por conta de outrem, os funcionários públicos e os pensionistas, apesar de os seus países também terem sido vítimas de especulação financeira.

Não precisamos de reformas menores, mas de uma Europa diferente, uma Europa económica e social em benefício da maioria, não apenas de alguns.

**Jaroslav Paška (EFD).** – (SK) O relatório sobre a gestão anual da área do euro e as finanças públicas referente a 2009 analisa pormenorizadamente a gestão da UE durante a crise financeira e económica global.

A descida do produto em vários países da UE conduziu a um aumento drástico no desemprego e a um aumento nas dívidas dos países europeus. O impacto da crise sobre os países foi variável e, consequentemente, as medidas com que cada país enfrentou a crise variaram em cada caso. Apesar dos esforços dos organismos da UE para adoptar medidas coordenadas e colectivas, parecia que, em determinados países, governos populistas sem o devido sentido de responsabilidade pela administração das finanças públicas cortejavam o desastre.

Foi por isso que o conjunto da União Europeia teve maiores dificuldades em fazer face ao impacto da crise do que outros grandes centros económicos, como os Estados Unidos, a China, o Japão e a Índia. Tornou-se evidente que o ambiente económico europeu em geral pode ser diversificado e amplamente regulado, mas em comparação com as economias concorrentes, é muito pesada. Por conseguinte, no período que se segue, além dos esforços para consolidar as finanças públicas na área do euro, temos de procurar reestruturar e simplificar bastante as regras do ambiente interno. Não devemos esquecer que é exclusivamente o sector produtivo que gera os recursos de que vive toda a sociedade.

**Enikő Győri (PPE).** – (HU) Caros Colegas, ao longo das suas actividades em 2008, o Banco Central Europeu foi confrontado com desafios sem precedentes quando a crise económica envolveu a Europa em Setembro de 2008. A crise financeira transformou-se numa crise da economia real, dado que os mercados ficaram sem reacção devido à desconfiança e as instituições financeiras não aumentavam o crédito concedido entre si ou às empresas. O BCE reagiu rapidamente e, na minha perspectiva, adequadamente a estes acontecimentos financeiros, mas quando avaliamos as medidas para mitigar a crise, não podemos fechar os olhos a um facto deplorável, nomeadamente a discriminação contra os países não pertencentes à área do euro.

Estou convencida de que o BCE actuou contra o espírito da União Europeia quando, no pior período da crise, em Outubro de 2008, não definiu condições iguais para o acesso a instrumentos de liquidez. O BCE organizou operações cambiais com os bancos nacionais sueco e dinamarquês a fim de proporcionar uma liquidez adequada em euros aos sistemas bancários destes dois países. Em contraste, com os bancos centrais húngaro e polaco, estava disposta a fazer o mesmo mas exigindo garantias.

Este comportamento do BCE contribuiu, infelizmente, para uma incerteza crescente nos mercados, agravando ainda mais as situações destes países. Agora, quando estamos num processo de desenvolvimento de um novo sistema financeiro, temos de tomar medidas para assegurar que, no futuro, sejam eliminadas desigualdades semelhantes. Não podemos, pois, introduzir regulamentos que tratem algumas partes da União de forma menos favorável do que outras. Devemos introduzir esta ideia quando falamos sobre o Comité Europeu do Risco Sistémico em que todos estamos a trabalhar. O BCE terá um papel importante neste domínio. A Presidência daquele comité será ocupada pelo Presidente do BCE, sendo necessário, portanto, que os países da área do euro – bem como os que não fazem parte, como os Estados da Europa Central e Oriental – recebam direitos de voto iguais na nova organização.

Se não fizermos ouvir a nossa voz contra a discriminação que já vivemos durante a crise, existirá o perigo de a desigualdade ser posta em prática nos novos organismos de supervisão financeira, e esta situação deve ser evitada a todo custo. Não podemos deixar que o ideal da reunificação seja gradualmente reduzido, substituindo-se a anterior desunião política por uma divisão económica.

**George Sabin Cutaş (S&D).** – (RO) Não constitui surpresa que as medidas excepcionais que tiveram de ser adoptadas pelo Banco Central Europeu num período de crise estejam no centro do seu relatório anual.

Neste contexto, é adequado, a meu ver, que o Banco Central Europeu continue a aumentar a provisão de liquidez para os bancos na área do euro. Contudo, não podemos esquecer que os Estados-Membros fora da

área do euro foram igualmente dos mais atingidos pela crise e que é necessária intervenção do Banco Central Europeu também neste domínio, sob a forma de facilidades de provisão de liquidez.

Além disso, verifica-se um aumento nos défices orçamentais, na dívida pública e na taxa de desemprego dos jovens com menos de 25 anos nos Estados-Membros da União Europeia. O Pacto de Estabilidade e Crescimento atravessa uma crise de identidade e perde credibilidade, o que impede a aplicação eficaz dos seus princípios.

Penso que é necessária uma execução menos automática e uniforme do pacto e uma abordagem que tenha em conta as circunstâncias de cada Estado-Membro, em que a tónica seja colocada muito mais na sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas e muito menos no défice orçamental.

O principal objectivo do pacto era a prevenção. Destinava-se a proporcionar uma supervisão multilateral do desenvolvimento orçamental utilizando um sistema de alerta rápido. É por isso que, no espírito do relatório do senhor deputado Scicluna, considero absolutamente necessário criar um Comité Europeu do Risco Sistémico, que cumprirá o objectivo de lançar um aviso rápido em caso de riscos sistémicos ou desequilíbrios que ameacem os mercados financeiros.

A actual crise financeira e o seu recente agravamento geral devem motivar uma explicação imediata dos mecanismos de apoio mútuo disponíveis a nível da UE, reforçando, ao mesmo tempo, os instrumentos de coordenação entre Estados-Membros para apoiar a governação económica comum. Um dos principais ensinamentos desta crise é a necessidade de maior responsabilidade orçamental e, por conseguinte, de procedimentos de acompanhamento económico para manter o equilíbrio orçamental.

**Roberts Zile (ECR).** – (LV) Obrigado, Senhor Presidente e Senhores Comissários, em Dezembro último, em Estrasburgo, o senhor Almunia, que era então o Comissário responsável pelos Assuntos Económicos e Monetários, afirmou que, salvo algum acontecimento significativo, no próximo Verão, a Estónia seria convidada a aderir à área do euro, com efeito a partir de 2011. Pois bem, houve acontecimentos significativos, não apenas para a Estónia, mas também para a área do euro. A Estónia é praticamente o único Estado-Membro da UE que cumpre actualmente os critérios de Maastricht. Que mensagem seria enviada se a Estónia não fosse aceite na área do euro, em conformidade com as regras? Na minha opinião, estaríamos a dizer ao mundo financeiro que a área do euro tem uma doença tão grave que é incapaz de aceitar um país pequeno mas responsável do ponto de vista orçamental. Por outras palavras, colocaríamos um aviso na porta do clube da área do euro a dizer: “O clube encerrou para uma grande renovação”. Contudo, que sinal seria transmitido aos novos Estados-Membros, como o meu país, a Letónia, que cumpre um programa do FMI e mantém uma taxa de câmbio fixa em relação ao euro, e que, para introduzir esta moeda, desvaloriza a sua economia com uma queda de dois algarismos no PIB e um desemprego extraordinariamente elevado? Um sinal que nos levaria a perguntar: porque devemos fazer todos os possíveis para amortizar a dívida privada com uma taxa de câmbio elevada para a nossa moeda, se esta dívida foi emitida através de empréstimos em euros por bancos da UE mediante a apresentação de garantias como, por exemplo, bens imóveis? Obrigado.

**David Casa (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, 2008 foi um ano extremamente importante para a economia europeia e, na verdade, para a economia mundial. Foi um ano caracterizado por grande incerteza relativamente à extensão da crise, que cada vez se agravava mais.

Houve também bastante incerteza no que respeita ao tempo que as economias europeias demorariam a recuperar, bem como aos instrumentos que devíamos utilizar para estimular essa recuperação.

Não foi um ano fácil para o BCE, que se viu confrontado com um conjunto de desafios. Durante o ano de 2008, o BCE associou-se a outros grande bancos centrais para dar forma a uma abordagem coordenada a fim de proporcionar ao sistema bancário uma elevada liquidez a curto prazo, e esta abordagem do BCE revelou-se extremamente bem-sucedida.

A este respeito, tenho de apoiar o meu colega na conclusão a que chegou em relação ao desempenho do BCE. Concordo que 2008 foi determinante e que os responsáveis estiveram à altura da ocasião. Também partilho de algumas preocupações do relator no que toca à ausência de transmissão das reduções nas taxas de juro dos bancos para os consumidores e penso que esta questão deve ser analisada mais aprofundadamente; peço-lhe que tome nota desta ideia, Senhor Presidente Trichet.

Em geral, considero que este é um relatório extremamente equilibrado, um excelente trabalho do meu colega maltês, senhor deputado Edward Scicluna.

**Pervenche Berès (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, infelizmente, devido a outro compromisso, o Presidente Juncker não pode estar presente, ao contrário do que é habitual. Como é evidente, lamento a sua ausência.

Temos aqui dois relatórios muito bons que nos permitem aprofundar a nossa discussão num momento decisivo para a área do euro.

O relatório do senhor deputado Scicluna permite-nos lançar as bases de conjunto de elementos do debate, relativos, em particular, às condições da nomeação do seu sucessor, Senhor Presidente Trichet. O diálogo monetário é um elemento importante em matéria de democracia, mas também no que respeita ao próprio funcionamento e gestão do Banco Central Europeu.

O relatório do nosso amigo, senhor deputado Giegold, coloca questões cuja responsabilidade, Senhor Comissário Rehn, é sua e não do Banco Central Europeu.

O risco que enfrentamos, no que se refere ao funcionamento da área do euro, está a dismantlar o nosso modelo social. Quando o seu antecessor, o senhor Almunia, apresentou uma avaliação dos 10 anos da área do euro, sobressaiu claramente um factor, nomeadamente a divergência crescente entre os Estados-Membros da área do euro. Estamos nesse ponto e foi precisamente esse facto que os próprios autores do Pacto de Estabilidade e Crescimento subestimaram. É isto que devemos ter em consideração.

É necessário ter em conta este aspecto por dois motivos. Em primeiro lugar, perceber que a sustentabilidade das finanças públicas, apesar de ser um elemento fundamental, não é suficiente. Confrontados com as competências nacionais, os Estados-Membros não têm um apetite natural por sanções e, por esse motivo, a sua coordenação, a sua cooperação, não é uma boa cooperação. Este é o espírito que temos de descobrir. Esta é a varinha mágica de que precisamos.

O segundo pilar que não pode ser ignorado, e que é para nós indispensável, é o tema da harmonização fiscal. Como o senhor sabe, eu deploro o facto de, deste ponto de vista, a Estratégia 2020 não mencionar sequer o trabalho em curso sobre a harmonização da matéria colectável para a tributação das empresas, que temos obrigatoriamente de prosseguir com determinação.

**Sari Essayah (PPE).** – (FI) Senhor Presidente, após a crise financeira, a dívida pública agravou-se rapidamente, ainda que, em alguns países, comecem a secar as fontes de apoio à recuperação. Tendo enfrentado uma forte crise económica, temos de nos centrar muito especialmente no sério desequilíbrio de longo prazo das finanças públicas.

Tivemos o Pacto de Estabilidade e Crescimento, mas o problema reside no facto de os Estados-Membros não o terem cumprido, o que nos obriga agora a combater défices acentuados nas finanças públicas. Dedicou-se atenção à existência de informações estatísticas incorrectas no caso da Grécia, mas o cerne do problema é uma má gestão da política económica.

Nós, políticos, temos pela frente decisões muito difíceis, entre um crescimento lento, o envelhecimento da população e uma situação de desemprego que melhora apenas lentamente. São poucas as soluções para as finanças públicas: aumentar as receitas provenientes da tributação, impulsionar o crescimento económico ou reduzir a despesa.

Na procura de respostas, os principais indicadores são a sustentabilidade das finanças públicas e o défice. O défice de sustentabilidade indica como deve ser aumentada a taxa do imposto ou diminuído o nível da despesa para que as finanças públicas assentem numa base sustentável de longo prazo. Para encontrar um equilíbrio, temos de continuar a reconhecer que a dívida acumulada aumentará em função das taxas de juro e do crescimento do Produto Interno Bruto e que o envelhecimento da população fará aumentar substancialmente o custo das pensões e da prestação de cuidados nos próximos anos. A fim de impulsionar a receita nas finanças públicas, é absolutamente necessário haver crescimento e emprego, aumentar a produtividade dos serviços públicos e aplicar medidas estruturais que assegurem a sustentabilidade dos regimes de pensões, por exemplo.

A longo prazo, um aumento da taxa de natalidade e dos cuidados de saúde preventivos será importante para o equilíbrio das finanças públicas. Em plena crise económica, nós apelámos a uma melhor coordenação das finanças públicas, e eu gostaria de perguntar ao senhor Comissário Rehn como tenciona pô-la em prática. Entendo, todavia, que esta crise económica não pode ser utilizada como um pretexto para evitar o controlo das economias dos Estados-Membros. Temos apenas de respeitar uma disciplina estrita nas finanças públicas.

**Olle Ludvigsson (S&D).** – (SV) Senhor Presidente, gostaria de salientar três pontos principais dos relatórios que estamos a debater.

Em primeiro lugar, não devemos consagrar o debate sobre as finanças públicas a questões relacionadas unicamente com a austeridade. É necessário centrarmo-nos também no que podemos fazer para desencadear o crescimento e combater o desemprego. Em muitos países, são necessários cortes nas despesas públicas. Ao mesmo tempo, contudo, é também importante aumentar as receitas através do crescimento positivo, introduzindo mais pessoas no mercado de trabalho, que pagarão impostos.

Em segundo lugar, congratulo-me por o senhor deputado Scicluna abordar a questão do aumento da transparência no sector financeiro no seu relatório. Ainda há muito a fazer a este respeito. A transparência não é só uma forma excelente de combater comportamentos de risco lesivos no mercado financeiro. O aumento da transparência é também necessário para que a supervisão seja eficaz e para que as instituições financeiras públicas gozem da confiança dos cidadãos, o que é extremamente importante.

O BCE deve assumir a liderança neste domínio e tomar medidas imediatas para tornar o seu trabalho mais transparente. Um bom primeiro passo seria começar a publicar as actas das reuniões do Conselho do BCE. A abertura deve também ser um princípio fundamental na instituição do Comité Europeu do Risco Sistémico (CERS). Para que as recomendações do Comité Europeu do Risco Sistémico tenham impacto, o princípio orientador deve ser a sua divulgação pública.

Em terceiro lugar, apraz-me que, no seu relatório, o senhor deputado Giegold saliente a importância de ter uma perspectiva ambiental e climática clara, mesmo em tempos de crise. Não podemos permitir que a crise financeira abrande a transição para uma economia verde. Em vez disso, devemos promover a recuperação económica através do investimento em fontes de energia renováveis, em sistemas de transporte respeitadores do ambiente e no desenvolvimento de tecnologias verdes. Só fazendo investimentos deste tipo poderemos criar crescimento que seja sustentável a longo prazo.

**Frank Engel (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, 2009 foi, sem dúvida, o ano mais difícil para o euro desde a sua introdução, mas foi também o mais útil. Sem o euro, a União Europeia ter-se-ia afundado numa guerra de desvalorizações concorrenciais contra o pano de fundo da crise. Em 2009, a instabilidade monetária poderia ter abalado a solidez política da União Europeia.

Graças ao euro, fomos poupados ao tormento de uma flutuação contínua das taxas de câmbio e das políticas monetárias. Mas por quanto tempo mais? Hoje, esperamos e rezamos por uma melhor governação da moeda europeia: mais restritiva, mais visível, mais reactiva.

Porém, as tentativas de reapropriação nacional do controlo das regras básicas do euro em nada contribuem para a emergência de uma verdadeira governação económica e monetária europeia. Só a solidariedade pode refrear as actividades especulativas de que a Grécia é hoje vítima e que podem atingir outros países da zona do euro a qualquer momento.

A solidariedade é indispensável à estabilidade no contexto emocionalmente carregado dos mercados da dívida soberana. As tergiversações políticas das últimas semanas não prejudicaram só a Grécia. Elas abalaram gravemente a confiança no euro. A não assistência a países em perigo está a pôr em causa a estabilidade monetária de toda a zona do euro.

Para lá das situações de urgência, proporcionemos finalmente ao euro os instrumentos de que precisa. Precisamos de um mercado obrigacionista europeu coordenado para evitar pontos de estrangulamento com demasiadas dívidas soberanas de demasiados países a atingirem a maturidade em simultâneo. Precisamos de representação fora da zona do euro a todos os níveis, em todos os organismos, incluindo nas instituições financeiras internacionais. Por que razão o Presidente do Eurogrupo não faz parte do G20?

Aceitemos também que os novos membros querem aderir à zona do euro com a maior brevidade possível. Devemos acolhê-los com entusiasmo e não com mesquinhez. Conceber a exclusão de membros da zona do euro equivale a abandonar a ambição de uma Europa forte no mundo. O alargamento da zona do euro deve ser acompanhado da aplicação dos instrumentos necessários a uma verdadeira união económica: coordenação das políticas orçamentais e harmonização das políticas económicas e fiscais. É este o preço do sucesso continuado do euro.

**Czesław Adam Siekierski (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, uma crise é uma doença que habitualmente não só termina na recuperação, como também fortalece e cria mecanismos de resistência. Também pode conduzir às denominadas complicações e até a certas formas de incapacidade permanente do corpo. Pensemos em como surgiu esta doença a que chamamos crise.

Na maioria dos casos, uma doença resulta de diferentes formas de negligência para com o nosso corpo ou tem uma causa externa. A causa desta crise foi a existência de práticas contrárias aos princípios do mercado: práticas especulativas. O mercado, por si só, não é capaz de rejeitar, de contrabalançar ou de limitar estes factores se não houver uma supervisão e um acompanhamento adequados da evolução dos processos, particularmente em situações que não são típicas do mercado. Até agora, os mercados financeiros eram acompanhados e supervisionados sobretudo por instituições estatais e nacionais. A globalização conduziu ao estabelecimento de instituições financeiras mundiais e de um mercado financeiro global. Contudo, não foram estabelecidas instituições mundiais, regionais e, no nosso caso, europeias adequadas para supervisionar e acompanhar estes mercados.

O mercado não é guiado por valores, mas sim, acima de tudo, pela necessidade de obter lucros a qualquer preço. A crise não começou em 2008, com o colapso dos mercados financeiros, mas sim em 2007, com a crise nos mercados alimentares, assim como com o enfraquecimento do mercado energético, que é controlado por instrumentos políticos. A situação na União Europeia configura o pecado de não cumprimento dos princípios universalmente estabelecidos e aceites do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

É uma pena que as advertências da Comissão tenham sido demasiado brandas. Alguns Estados-Membros foram mais longe, impunemente, porque achavam que não tinham de aceitar admoestações de uma qualquer Comissão. Alguns Estados-Membros comportaram-se como crianças, ocultando os seus erros. Comportamentos como este não podem constituir a base da Comunidade ou da nossa integração. É importante admitir os erros que foram cometidos, informar os nossos cidadãos, pedir-lhes desculpa e apelar à compreensão e à cooperação, para sairmos da crise.

É necessário tomar medidas para que os custos da crise não recaiam sobre os mais fracos e os mais pobres. A solidariedade da União Europeia obriga-nos também a apoiar os países que foram mais duramente afectados pela crise. A recuperação não virá do exterior se o corpo, ou o Estado, não assumir a luta.

**Othmar Karas (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente Trichet, quero agradecer não só o que fez nos últimos anos, como também a linha de acção que adoptou nas últimas semanas. Foi competente, independente e coerente. O senhor e a sua equipa foram uma influência tranquilizadora em tempos conturbados.

Senhor Comissário Rehn, o senhor proferiu algumas declarações muito encorajadoras nos últimos dias. Devemos fazer todos os possíveis para nos mantermos no caminho que o senhor escolheu.

O euro é uma força estabilizadora, mesmo em tempos de crise. Temos de acabar com o mito de que o euro e o Pacto de Estabilidade e Crescimento são as causas dos problemas da Grécia e de outros países. Na semana passada, o Primeiro-Ministro grego disse muito claramente neste Parlamento que o euro não é o culpado. Pelo contrário, faz parte da solução. Não pode haver reforma sem o euro. Não pode haver restrições adequadas aos objectivos que nos podemos propor sem o euro. Não devemos enfraquecer o euro, se os países afectados consideram que ele os protege em vez de os enfraquecer.

Gostaria também de acrescentar que a Grécia não está a pedir dinheiro, como muitas vezes é veiculado pela imprensa diária. Seria bom que muitos membros do Conselho deixassem de ter exclusivamente em conta a opinião popular na frente política interna quando falam deste assunto e, em vez disso, colaborassem connosco para encontrar soluções europeias comuns. A Grécia não pode receber subsídios, mas quer apoio para aplicar o seu plano de reforma e de poupança. O Presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, também indicou muito claramente, num plano em três fases, o que é possível e em que momento as medidas podem ser tomadas. Ninguém disse que nada pode ser feito.

Temos uma união monetária, mas não temos uma união económica. Para alcançarmos uma união económica, precisamos da vontade política dos Estados-Membros e não de conselhos. A união económica inclui a coordenação das políticas orçamentais, a harmonização no domínio fiscal e a coordenação das políticas de educação, bem como das políticas económicas e sociais. É isto que instamos os Estados-Membros a fazerem e esperamos que demonstrem empenho. Temos de continuar nesta via, no interesse do euro.

**Danuta Jazłowiecka (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, o ano passado foi extremamente turbulento para a zona do euro. Iniciou-se com a entrada da Eslováquia para o Eurogrupo e terminou com enormes problemas económicos e financeiros na Grécia. Durante este período, o mundo viveu a maior crise económica desde há muitos anos.

Debate-se agora como enfrentar os novos desafios, que direcção a economia mundial deve seguir e qual deve ser a política da União Europeia. A resolução em apreço faz parte deste debate. Gostaria de chamar a atenção para um seu aspecto.

Senhoras e Senhores Deputados, a crise económica, os problemas na Grécia e o actual debate sobre a assistência a este país mostram que a divisão entre a nova e a velha Europa ainda é uma realidade. Na passada sexta-feira, o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, referiu a ideia de criar um mecanismo de apoio aos países da zona do euro que se debatem com problemas financeiros. Segundo o Presidente da Comissão, os princípios e as condições que regeriam a utilização deste instrumento deveriam ser estabelecidos apenas pelos membros da zona do euro.

Gostaria de aproveitar a oportunidade deste debate para dar o meu forte apoio à posição do Comissário para a Programação Financeira e para o Orçamento, Janusz Lewandowski, e do Professor Jan Rostowski, Ministro das Finanças polaco. Quero juntar a minha voz ao seu apelo, e também à opinião de muitos membros desta Assembleia, no sentido de todos os Estados-Membros, incluindo os que estão fora da zona do euro, participarem activamente e desde já nas medidas para reforçar a zona do euro e para criar instrumentos de ajuda aos seus membros. A Polónia, que é um dos países que não pertencem à zona do euro, irá em breve adoptar a moeda comum, e gostaríamos, desde já, de ser responsáveis pela futura forma do Eurogrupo. Portanto, não excluamos os novos Estados-Membros de um debate tão importante. Já tivemos o *slogan* da Europa a duas velocidades. Não dividamos agora a Europa em Europa dentro da zona do euro e Europa fora da zona do euro, porque nós somos uma só União.

Por último, quero manifestar o meu pleno apoio a todas as partes da resolução que instam o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e os membros do Eurogrupo a apoiarem o processo de alargamento da zona do euro com base nos critérios actuais. Quero também agradecer ao Presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, o seu bom trabalho, especialmente neste ano, que tão difícil foi para a Europa.

**Alajos Mészáros (PPE).** – (HU) Agradeço ao senhor Comissário, ao senhor Presidente do BCE e ao relator terem adoptado uma abordagem aberta e muitíssimo profissional a este problema que nos preocupa profundamente. Com efeito, é alarmante que, apesar de todos os nossos esforços, a taxa de desemprego e o nível de endividamento do Estado continuem a aumentar em quase todos os Estados-Membros da União Europeia. O meu país, a Eslováquia, não é excepção à regra. O desemprego ultrapassou os 13%. A Eslováquia foi o último Estado a aderir à zona do euro, em 1 de Janeiro de 2009, o que teve repercussões positivas na vertente económica, assim como nas vertentes política e social. A grande maioria da população ainda encara positivamente o euro. Pensamos que é importante, por isso, manter a força e o prestígio do euro. O Parlamento deve ajudar a Comissão e o BCE nos seus esforços, para que estes não resultem num fracasso. A primeira coisa a fazer é aprofundar a integração da economia europeia e aumentar a sua sustentabilidade. Esta é, contudo, uma questão estratégica em que o firme empenhamento do Conselho é indispensável.

**Zigmantas Balčytis (S&D).** – (LT) A estratégia de saída da complexa crise económica e financeira não foi tão eficaz como esperávamos. Quando a crise começou, os programas dos Estados-Membros de apoio aos bancos não foram coordenados com condições conjuntas estabelecidas a nível europeu, e alguns bancos utilizaram fundos suplementares afectados pelo Banco Central Europeu para cobrir as suas perdas. O apoio à actividade económica, particularmente às pequenas e médias empresas, também não foi coordenado. O impacto destas acções é claro: não tendo recebido atempadamente empréstimos dos bancos, as pequenas e médias empresas abriram falência em massa. Foi mais fácil para os países da zona do euro superar as dificuldades, uma vez que o Banco Central Europeu assegurou a sua provisão de liquidez. Se acreditamos na solidariedade europeia, se operamos num único mercado aberto, com as mesmas condições concorrenciais, e o principal objectivo é sair desta situação complexa com a maior brevidade possível, penso que o Banco Central Europeu deveria ter assegurado e deve assegurar a provisão de liquidez aos Estados-Membros fora da zona do euro que foram particularmente afectados por esta crise.

**Andrew Henry William Brons (NI).** – (EN) Senhor Presidente, o relator, senhor deputado Scicluna, disse que o BCE procurou alargar a provisão de liquidez, mas que a liquidez não foi repercutida pelos bancos junto dos seus clientes. Isto aconteceu fora da zona do euro, assim como dentro dela.

O meu partido congratula-se por o Reino Unido continuar fora da zona do euro. A moeda de um Estado deve reflectir a situação e as necessidades da sua economia e não as necessidades médias de 27 economias diferentes. Contudo, a conservação da nossa moeda é apenas parte da solução. O principal problema é que a criação e a distribuição de crédito estão nas mãos de empresas privadas – os bancos comerciais –, e isto é verdade fora e dentro da zona do euro.

A função de criação de crédito – de criação de dinheiro, na realidade – deve ser retirada às empresas privadas. O poder de compra adicional, quando necessário para distribuir o crescimento existente ou iminente ou para financiar grandes projectos de infra-estruturas, deve ser criado pelos Governos e colocado em circulação integrado na da despesa pública e não criado pelos bancos e colocado em circulação através de empréstimos.

**Petru Constantin Luhan (PPE).** – (RO) Podemos observar durante esta crise que as flutuações desencadeadas pelas taxas de juro e de câmbio esbarraram numa moeda única que escudou devidamente a zona do euro.

A moeda única não forneceu uma solução para todos os desequilíbrios internos e externos. Contudo, os benefícios decorrentes da permissão de acesso das instituições financeiras nacionais à liquidez do Banco Central Europeu e a eliminação do risco de flutuações das taxas de câmbio aumentaram o interesse demonstrado pelos Estados-Membros fora da zona do euro na moeda única.

Os esforços desenvolvidos por estes Estados para melhorar as suas economias e as suas políticas orçamentais a fim de adoptarem a moeda única devem ser saudados. Insto a Comissão e o Banco Central Europeu a continuarem a encorajar o alargamento da zona do euro tão rapidamente quanto possível, a fim de proporcionar a estes países uma maior protecção contra os efeitos da crise económica e financeira.

**Karin Kadenbach (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Trichet, quero agradecer-lhe a parte do relatório que adverte contra cortes excessivos nos salários com o objectivo de reduzir os défices, porque os baixos rendimentos resultam numa queda do crescimento económico. Quero agradecer-lhe este ponto, porque penso que os cortes salariais excessivos não só desaceleram o crescimento económico e diminuem a competitividade da Europa, como também restringem as oportunidades de os cidadãos europeus participarem plenamente na sociedade.

É essencial elaborarmos os nossos orçamentos em conformidade com as directrizes, mas é igualmente importante que os Estados-Membros disponham de espaço de manobra no domínio económico e social. Se tivermos uma Europa onde já não há investimento na educação, na saúde e na investigação, teremos também uma Europa instável e incapaz de competir com o resto do mundo. Os grupos que não são responsáveis pela crise não podem ser obrigados a suportar o seu custo. Se não investirmos nas pessoas, não teremos um futuro na Europa. Por este motivo, insto a que a ênfase seja futuramente colocada na vertente social.

**Angelika Werthmann (NI).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a actual crise económica e financeira, que é uma crise estrutural, está a forçar-nos a impor controlos a longo prazo e a introduzir orçamentos prudentes. A globalização está a obrigar a zona do euro a desempenhar um papel efectivo no quadro da política financeira. Contudo, isto não pode acontecer a expensas do cidadão comum, e quero lembrar a todos que é necessário prudência e responsabilidade.

**Jean-Claude Trichet, Presidente do Banco Central Europeu.** – (FR) Senhor Presidente, devo dizer que me dirijo ao Parlamento há já seis anos e meio e que esta é a primeira vez que constato tantas intervenções, tantas análises, tantas sugestões, tantas propostas.

Estou muito impressionado com a riqueza do que acabámos de ouvir e também com a diversidade das opiniões que foram expressadas.

Tentarei, se me permitem, resumir as minhas principais mensagens depois de ter ouvido as vossas observações, que são todas interessantes e pertinentes, e às quais o Banco Central Europeu atribuirá, evidentemente, a maior importância.

(EN) Primeiro que tudo, diria que ouvi falar muito dos desafios que o BCE enfrentou e elogios ao BCE por ter sido capaz de reagir em tempo real em circunstâncias muito difíceis. Permitam-me que diga que eu e os meus colegas tentámos fazer o nosso melhor em circunstâncias muito excepcionais: as mais graves desde a Segunda Guerra Mundial, e provavelmente teriam sido as mais graves desde a Primeira Guerra Mundial se não tivéssemos actuado prontamente.

Os desafios foram enfrentados por todos; muitos disseram que os desafios se colocaram a outros bancos centrais da Europa e do resto do mundo. Por isso, todos tivemos de assumir uma enorme responsabilidade, e concordo plenamente com os que disseram que não podemos afirmar que os tempos difíceis já terminaram. Ainda não ultrapassámos os tempos difíceis. Não estamos a regressar a uma situação de normalidade. Temos de estar extremamente atentos.

Tomei nota, também, da mensagem a respeito do crescimento e do emprego, que é uma mensagem muito forte do Parlamento. Estou plenamente de acordo. Proporcionando estabilidade, assegurando a estabilidade



a médio e a longo prazo de uma forma credível, esperamos estar a contribuir para o crescimento sustentável e para a criação de emprego sustentável. Mas, como sabem, a nossa mensagem é a seguinte: reformas estruturais; as reformas estruturais destinadas a aumentar o potencial de crescimento da Europa e a capacidade de criação de emprego da Europa são absolutamente essenciais.

Uma mensagem firme enviada por vós, que o BCE partilha plenamente, é – e não quero substituir-me ao senhor Comissário na resposta – que a governação da Europa dos 27 e a governação dos 16 membros da zona do euro são essenciais. Solicitamos a máxima responsabilidade aos países, membros da UE 27 ou da UE 16, para exercerem as suas obrigações, para exercerem vigilância sobre os seus pares. A aplicação plena e integral do Pacto de Estabilidade e Crescimento é imperativa. A vigilância das políticas financeiras está no centro da UEM, e devo também incluir a vigilância e a aplicação das reformas estruturais e a vigilância da evolução da competitividade dos custos das várias economias, em particular dos membros da zona do euro. Esta é uma questão fundamental.

Não quero desenvolver o tema da Grécia e das várias questões em causa. Já tive ocasião de responder a muitas perguntas na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e perante o Parlamento. Permitam-me que diga apenas que a Grécia tem um modelo a seguir, que é a Irlanda. A Irlanda foi confrontada com um problema extremamente difícil – isto foi dito por um dos deputados presentes – e tomou-o muito a sério *ex ante*, com enorme determinação, profissionalismo e competência, o que foi reconhecido por todos. Quero frisar este ponto. Dito isto, repito: o BCE considera que as novas medidas que foram tomadas pelo Governo grego são convincentes e, acrescentaria, corajosas.

Uma palavra sobre a situação a longo prazo na zona do euro: durante os próximos 10 ou 20 anos, asseguraremos a estabilidade dos preços em conformidade com a definição que utilizamos desde a introdução do euro. Podem confiar em nós. Podemos prová-lo. Isto não é teoria. São factos; são números.

(FR) Insisto neste ponto: todos os membros da zona do euro sabem que a inflação média na zona do euro será inferior a 2%, ou próxima de 2%, a médio e a longo prazo. Estes países devem retirar deste facto consequências a nível nacional. Eles beneficiam com a pertença à zona do euro. Não devem colocar-se num contexto nacional, em termos de inflação nacional, uma vez que se afastariam muito daquilo que garantimos, porque no-lo pediram, porque somos fiéis ao nosso mandato e porque é uma contribuição para a prosperidade e para a estabilidade da Europa.

Senhor Presidente, permita-me que conclua com algumas palavras sobre a questão da transparência. Como já disse muitas vezes aos membros do Parlamento, somos os mais transparentes do mundo no que se refere à publicação imediata das nossas análises, por meio da declaração introdutória. Somos os mais transparentes do mundo no que se refere à conferência de imprensa que tem lugar imediatamente após o Conselho de Governadores.

(EN) Esta decisão só não se aplica – e por uma boa razão – à divulgação dos nomes das pessoas que votam a favor desta ou daquela matéria, porque consideramos que a nossa mensagem é de que não somos um conjunto de indivíduos. Somos um colégio. O Conselho de Governadores é a entidade pertinente. É o Conselho de Governadores que conta.

Já afirmei que não estamos numa situação de normalidade, e é absolutamente necessário realizar uma reforma muito profunda dos mercados financeiros para não desencadearmos outra crise como a que tivemos de enfrentar.

Um último ponto sobre a Polónia e a Hungria: uma senhora deputada mencionou a Polónia e a Hungria e disse-nos que estes países não são tratados devidamente pelo BCE. Penso que a senhora deputada está mal informada; recomendo à senhora deputada que consulte os bancos centrais nacionais dos dois países e ser-lhe-á demonstrado que o BCE mantém uma cooperação muito estreita com estes dois bancos centrais, para benefício de todos nós.

**Olli Rehn, Membro da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer aos senhores deputados um debate muito sério e substantivo. Ouvi as vossas opiniões com muita atenção. Posso concluir que existe um apoio forte e amplo a um reforço eficaz da governação económica na zona do euro e na União Europeia, no seu conjunto.

No meu entender, o debate de hoje constituiu uma preparação muito digna e valiosa do cenário para o Conselho Europeu que se realizará hoje e amanhã. Congratulo-me também com a oportunidade de continuar, em breve, o debate sobre a governação económica na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários,

de preferência logo que possível após a Páscoa. Gostaria de auscultar a comissão e de avançar brevemente com propostas concretas.

Existem duas linhas de acção no reforço da governação económica que são essenciais. Primeiro que tudo, a sua pedra angular será uma melhor vigilância preventiva nos domínios financeiro e orçamental, verdadeiramente credível, mais forte e mais rigorosa, que também cubra as políticas orçamentais a médio prazo e que faça uso de recomendações e, se necessário, de advertências aos Estados-Membros.

A segunda pedra basilar consistirá numa vigilância preventiva mais eficaz, mais sistemática e mais rigorosa dos desequilíbrios e das discrepâncias macroeconómicas na competitividade dos Estados-Membros da zona do euro e da União Europeia. Também neste domínio haverá recurso a recomendações políticas vinculativas. Isto é necessário para prevenir uma acumulação de desequilíbrios. É óbvio que existe, sem dúvida, uma premente necessidade nos países com grande défice e com fraca competitividade – não só a Grécia, mas, evidentemente, começando pela Grécia.

É igualmente óbvio que não podemos – nem o faremos – sugerir com isto que se enfraqueça o desempenho em termos de exportações dos países com excedente da balança de transacções correntes. Por outras palavras, o objectivo não é fazer com que o Bayern de Munique jogue pior frente ao Olympique de Lyon, mas sim melhorar a competitividade exportadora sempre que necessário e melhorar a procura interna sempre que necessário e possível, o que fará com que o Bayern de Munique e o Olympique de Lyon joguem melhor como uma equipa europeia, graças ao fortalecimento das estratégias ofensiva e defensiva.

É para isto que serve a zona do euro e, em última análise, a União Europeia.

**Edward Scicluna, relator.** – (EN) Senhor Presidente, algumas observações, em primeiro lugar. Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer ao BCE a sua cooperação e a sua disponibilidade na resposta aos meus vários pedidos de informação. Em segundo lugar, gostaria de agradecer aos relatores-sombra o trabalho de equipa realizado para chegar a acordo quanto às alterações ao relatório, o que permitiu obter um acordo mais amplo.

Constatámos que a recente recessão está a provar ser um desafio. Contudo, as tensões na zona do euro não são novas e são bem conhecidas. Sabemos que ainda não somos uma zona monetária óptima. Mas é por isso que temos de ser inovadores. Temos de seguir princípios e políticas económicas razoáveis. Estes devem, naturalmente, ser formulados em conformidade com os princípios europeus em matéria de coesão social.

Alguns observadores declararam que o BCE não pode ajudar a Grécia porque a cláusula “no bail-out” do artigo 103.º do Tratado UE o proíbe. No entanto, uma coisa é fornecer financiamento de salvamento de forma sistemática, outra coisa é fornecer assistência financeira temporária.

Sabemos que temos várias opções. Algumas podem ser executadas a curto prazo e outras a médio prazo. Como os meus colegas disseram anteriormente, e à semelhança de muitos europeus, todos prezamos o euro e todos desejamos o seu sucesso. Está na nossa mão assegurá-lo; unamos, pois, os nossos esforços – Parlamento, Comissão, Conselho e Banco Central Europeu – para encontrar o caminho desse sucesso.

Por último, é necessário restabelecer a confiança dos cidadãos nas instituições financeiras por meio de medidas que incluem o aumento da transparência, a melhoria da gestão dos riscos e legislação adequada. Temos de garantir que uma crise desta magnitude não volta a ocorrer.

**Sven Giegold, relator.** – (EN) Senhor Presidente, na sequência do debate, gostaria de fazer três breves observações.

Em primeiro lugar, analisando as diferentes opiniões da Assembleia, não existe consenso quanto à questão dos desequilíbrios. Ficaram bem claras algumas diferenças de opinião, e penso que temos de ser prudentes.

Gostaria de dirigir estas palavras, em particular, aos senhores, Senhor Presidente Trichet e Senhor Comissário Rehn, e de pedir que estejam atentos, porque o problema central, como concordamos em princípio, é que os custos devem crescer em conformidade com o objectivo de inflação mais a produtividade. Em alguns países verificou-se um aumento excessivo dos custos, e congratulo-me por estarem a tomar medidas.

Por outro lado, vários países utilizam a política fiscal e os mecanismos de fixação dos salários para se manterem abaixo daquele limiar. Se não forem tomadas medidas quanto a esses parâmetros – e sei que alguns membros do ECOFIN não concordam com esta abordagem –, estaremos a deitar fogo à base económica da zona do euro, o que é muito perigoso. Peço que estejam atentos e peço o mesmo aos meus colegas.

Vejam a Grécia e o programa de estabilidade, que foi elogiado. Gostaria de frisar que existe um grande problema, e refiro-me ao que fiquei a saber durante a minha visita à Grécia na semana passada.

A maioria dos gregos acha que, ao longo dos últimos 10 ou 20 anos, muitas pessoas ficaram muito ricas em circunstâncias injustas. Quando se elogia os esforços da Irlanda, não se pode estabelecer uma comparação com a situação na Grécia. Os gregos entendem que não devem sofrer por coisas que não causaram.

Consequentemente, insto-o também, Senhor Comissário Rehn, a exercer pressão sobre o Governo grego para que trate com seriedade a questão da riqueza ilegítima acumulada no passado. Caso contrário, o programa não será aceite e também fracassará por razões económicas. Temos de velar por que o programa seja socialmente justo, o que ainda não é.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, 25 de Março de 2010.

#### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Cristian Silviu Buşoi (ALDE), por escrito.** – (EN) Existem ensinamentos a retirar da actual crise da zona do euro. A crise económica também é responsável pelas dificuldades da zona do euro, mas acredito que existem igualmente falhas estruturais da UEM que devemos combater para evitar futuras crises. Para o BCE ser capaz de empreender acções eficazes de apoio ao emprego e ao crescimento, é necessário dotá-lo das ferramentas necessárias. O BCE não dispõe das mesmas ferramentas que o FED, pelo que não pôde ter uma política monetária activa de apoio ao crescimento. O BCE está vinculado pelo seu objectivo principal de assegurar a estabilidade dos preços, o que o impede de estimular eficazmente o crescimento. Acredito também que precisamos de aumentar a coordenação das políticas económicas e financeiras para evitarmos situações lamentáveis como a grega. Uma melhor coordenação reforçaria a estabilidade da zona do euro. O PEC tem de ser estritamente respeitado, mas penso que deve ser revisto. A vertente preventiva deve ser reforçada. A vertente punitiva não é eficaz, uma vez que o pagamento de taxas só aumenta os défices orçamentais e impede o cumprimento das regras. Por outro lado, as sanções não devem ser decididas pelo Conselho, porque os Estados-Membros terão sempre relutância em se punirem mutuamente.

**Tunne Kelam (PPE), por escrito.** – (EN) Devemos partir de um facto central: durante a mais grave crise económica que a Europa conheceu, o euro tem sido uma âncora de estabilidade e de credibilidade. Sem a zona do euro a funcionar devidamente, a superação da crise teria sido muito mais lenta e desigual. Isto aplica-se também aos Estados-Membros que ainda não aderiram à zona do euro. Agora, é especialmente importante compreender que a moeda comum europeia é um valor comum pelo qual cada membro da zona do euro é individualmente responsável. É comumente reconhecido que a crise económica foi um resultado lógico de uma crise de valores generalizada.

Espera-se dos que aderiram à zona do euro a assunção de uma maior responsabilidade no equilíbrio das suas despesas e receitas. Não faz sentido fazer o papel de vítimas da especulação financeira ou das máfias económicas. Quase todas as economias europeias pecaram contra os princípios de uma política orçamental sólida e equilibrada. A lição tem de ser aprendida: precisamos de uma supervisão muito mais rigorosa e de uma melhor coordenação das políticas financeiras com a criação de um Fundo Monetário Europeu. Primeiro que tudo, porém, todos e cada um dos membros da zona do euro devem refrear a tendência para viverem à custa do dia de amanhã.

**Jaromír Kohlíček (GUE/NGL), por escrito.** – (CS) As actividades do Banco Central Europeu têm sido, desde o seu início, objecto de críticas constantes da esquerda, e não só na UE. A causa primeira deste criticismo justificado reside nos objectivos do banco. Uma vez que o principal objectivo do banco é velar por que a inflação não exceda 2% e os défices orçamentais dos Estados-Membros da UE não excedam 3% do PIB, tudo está muito bem em períodos de crescimento, quando o desemprego "baixa por si", a liquidez do banco é "assegurada por si" e o BCE é capaz de "pressionar os Governos" dos Estados-Membros a reduzirem as suas dívidas. A partir do momento em que uma crise económica se declara, contudo, a situação muda totalmente. O objectivo mal formulado da instituição financeira central tem por efeito tornar necessários desvios fundamentais desse objectivo. O relatório, que analisa o relatório anual do BCE e o desempenho deste na resolução da crise financeira, mesmo assim insiste obstinadamente neste objectivo essencial mal formulado. O relatório também afirma, entre outras coisas, que é necessário abandonar a política dos pacotes de incentivos e a provisão de liquidez aos bancos, que constituiu a principal medida dita não convencional para superar a crise. O relatório não aborda, de todo, o estado crítico das finanças de pelo menos cinco Estados da UE, e

parece que os seus autores são igualmente indiferentes ao aumento fulgurante do desemprego. Tudo isto só confirma a nocividade do actual conceito do Banco Central Europeu. O relatório deve, portanto, ser rejeitado.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) A União Europeia, no seu conjunto, e a zona do euro, em particular, estão numa situação grave. A Grécia está à beira da falência e Espanha e Portugal também se encontram em dificuldades. Devido à gravidade da situação, são constantemente apresentadas novas propostas. Por um lado, fala-se em atribuir ao Fundo Monetário Europeu vastos direitos de intervenção. Por outro lado, o Comissário para a Política Económica e Monetária, Olli Rehn, solicita o envolvimento de Bruxelas no planeamento orçamental dos Estados-Membros. É evidente que a União Europeia quer utilizar a crise actual para retirar aos Estados-Membros a sua autonomia financeira, que é um dos últimos domínios centrais da soberania nacional que conservam. Contudo, dar outro passo gigantesco no sentido de um super-Estado europeu centralizado não resolverá os problemas existentes. Pelo contrário, irá exacerbá-los ainda mais. O estado alarmante em que a união monetária se encontra e o facto de o euro se ter tornado uma moeda de alto risco são o resultado da junção de países como a Alemanha, os Países Baixos e a Áustria, por um lado, e de Estados como a Grécia, a Itália e a Espanha, por outro lado, ignorando deliberadamente as diferenças existentes entre eles em termos de desenvolvimento económico e da lógica em que assentam as suas políticas financeiras. Estas diferenças históricas, que não dizem respeito apenas à economia, devem ser tidas em conta, em vez de se aumentar ainda mais as limitações de carácter centralista impostas aos Estados-nação europeus.

**Franz Obermayr (NI)**, *por escrito*. – (DE) No contexto do relatório anual do Banco Central Europeu, gostaria de salientar a inquietante alteração na política financeira que resultou na emissão de demasiados dólares, sem que fosse remotamente possível cobrir o seu valor. A concomitante desvalorização do dólar, actual ou futura, pelos Estados Unidos no quadro do seu programa de reforma monetária teria um impacto negativo grave no mercado europeu. Para evitar este risco, o Banco Central Europeu e outras instituições europeias devem considerar seriamente o afastamento do dólar como moeda dominante. O euro é muito mais forte, e economistas de renome, como Joseph Stiglitz, laureado com o Prémio Nobel, afirmaram que o papel de liderança desempenhado pelo dólar foi a causa de muitas crises financeiras. A União Europeia deve parar de se expor voluntariamente aos problemas da política financeira dos EUA.

**Kristiina Ojula (ALDE)**, *por escrito*. – (ET) Senhor Presidente, a crise da dívida na Grécia suscitou interrogações sobre a nossa capacidade para manter a estabilidade da zona do euro. Estou convencida de que a força da moeda única será garantida se as regras que acordámos forem seguidas em todos os Estados-Membros. Já foi dito que, assim como a Grécia, existem outros Estados-Membros da União Europeia que podem esperar graves dificuldades financeiras. Além da crescente dívida nacional, alguns Estados-Membros atingiram níveis quase perigosos de despesa pública, o que já preocupava o Banco Central Europeu há alguns anos. O euro é uma âncora a que as economias dos Estados-Membros estão amarradas. Acções de qualquer Estado-Membro que enfraqueçam o euro são inaceitáveis. Considero essencial que todos os países cumpram as condições estabelecidas para a zona do euro. Ao mesmo tempo, apoio a abordagem colectiva à procura de soluções, incluindo a constituição de um pacote de ajuda à Grécia, o endurecimento das regras relativas à moeda única e a aplicação de uma supervisão mais rigorosa. A ideia da possível criação de um Fundo Monetário Europeu, que surgiu em resultado da crise grega, é uma abordagem que poderia evitar problemas potenciais, mas não devemos esquecer os factores externos ao continente europeu que operam num mercado de investimento globalizado, que necessariamente têm um impacto na zona do euro. É, pois, evidente que, a um nível nacional, devemos agora concentrar-nos mais na criação de legislação destinada a proteger o euro da influência de factores perigosos, quer internos à União Europeia, quer externos.

#### **4. Segunda Cimeira Europeia sobre os Roma (propostas de resolução apresentadas): Ver Acta**

**PRESIDÊNCIA: Alejo VIDAL-QUADRAS**

*Vice-Presidente*

\*\*\*

**Bruno Gollnisch (NI)**. – (FR) Senhor Presidente, por meio de um acórdão proferido em 19 de Março, o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias acaba de declarar que a maioria do nosso Parlamento violou claramente uma regra de direito ao recusar defender a minha imunidade com base no artigo 10.º do protocolo internacional, como solicitado pelos meus colegas estrangeiros, liderados pelo senhor deputado Luca Romagnoli.

Este pedido foi formulado quando fui objecto de violentas perseguições políticas, profissionais e judiciais pelo crime de ter dito, em resposta às perguntas de jornalistas sobre o revisionismo e a história da Segunda Guerra Mundial, que estas são questões a ser discutidas pelos historiadores. Isto consta do n.º 108 do acórdão.

O Tribunal declara que, na medida em que o protocolo tem por objecto conferir direitos aos membros do Parlamento Europeu, daqui resulta que, não se tendo pronunciado com fundamento no artigo 10.º, o Parlamento violou de forma suficientemente caracterizada uma regra de direito.

É verdade que o Tribunal não defere o meu pedido de indemnização porque considera que a *Cour de cassation* francesa e os seus 11 magistrados decretaram a minha inocência total e definitiva. Em consequência, o Tribunal considera que já não posso invocar um dano. Mas não é menos verdade que o Tribunal condena o nosso Parlamento a suportar dois terços das despesas judiciais. Esta decisão constitui, portanto, uma rejeição contundente das manobras partidárias que me privaram da minha imunidade parlamentar.

Sob pressão, o relator recorreu a um artifício processual grosseiro. Esta decisão estabelece um precedente de que os deputados da direita nacional ao Parlamento Europeu, cuja liberdade de expressão é constantemente atacada, se poderão valer no futuro.

## **5. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta**

## **6. Período de votação**

**Presidente.** – Vamos agora proceder à votação.

*(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)*

**6.1. Estabelecimento de uma lista de países terceiros ou de partes de países terceiros e definição das condições de sanidade animal e saúde pública e de certificação veterinária aplicáveis à importação para a Comunidade de determinados animais vivos e da respectiva carne fresca (A7-0018/2010, Jo Leinen)**

**6.2. Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: Lituânia/Indústria do mobiliário (A7-0047/2010, Barbara Matera)**

**6.3. Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: Lituânia/Indústria do vestuário (A7-0048/2010, Barbara Matera)**

**6.4. Relatório sobre a Declaração Anual sobre a área do euro e as finanças públicas referente a 2009 (A7-0031/2010, Sven Giegold)**

**6.5. Nomeação do Vice-Presidente do Banco Central Europeu (A7-0059/2010, Sharon Bowles)**

**6.6. Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Milan Martin Cvikl (SL) (A7-0046/2010, Inés Ayala Sender)**

**6.7. Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sra. Rasa Budbergyte (LT) (A7-0039/2010, Inés Ayala Sender)**

**6.8. Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sra. Kersti Kaljulaid (EE) (A7-0045/2010, Inés Ayala Sender)**

**6.9. Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Igors Ludborzs (LV) (A7-0040/2010, Inés Ayala Sender)**

**6.10. Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Szabolcs Fazakas (HU)**  
(A7-0038/2010, Inés Ayala Sender)

**6.11. Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Ladislav Balko (SK)**  
(A7-0037/2010, Inés Ayala Sender)

**6.12. Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Louis Galea (MT)**  
(A7-0042/2010, Inés Ayala Sender)

**6.13. Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Augustyn Kubik (PL)**  
(A7-0041/2010, Inés Ayala Sender)

**6.14. Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Sr. Jan Kinst (CZ)**  
(A7-0044/2010, Inés Ayala Sender)

**6.15. Nomeação de um membro do Tribunal de Contas - Eoin O'Shea (IE)**  
(A7-0043/2010, Inés Ayala Sender)

**6.16. Recomendação ao Conselho sobre a 65.<sup>a</sup> sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas** (A7-0049/2010, Alexander Graf Lambsdorff)

**6.17. Segunda Cimeira Europeia sobre os Roma**

- Antes da votação:

**Jean Lambert**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de apresentar uma alteração oral que passaria a constituir o n.º 7-A (novo). Está indicada na lista de votação e julgo saber que tem o apoio dos grupos políticos que subscrevem a resolução. Torna-se a consequência do n.º 7.

Deste modo, o novo n.º 7-A ficaria com a seguinte redacção: "Exorta pois uma vez mais a Comissão a desenvolver uma estratégia europeia global para a inclusão dos Roma, como instrumento de combate à exclusão social e à discriminação dos Roma na Europa".

(O Parlamento aprova a alteração oral)

- Antes da votação da alteração 1:

**Cornelia Ernst**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, muito obrigada. Temos duas alterações, uma das quais é uma alteração à alteração. Gostaria de introduzir as duas. Gostaríamos que as palavras "o Conselho e" fossem suprimidas. O resultado final da alteração em apreço seria o seguinte:

(EN) "exorta os Estados-Membros a evitarem o recurso ao repatriamento forçado de minorias se estas enfrentarem problemas de alojamento e discriminação nas áreas da educação, da protecção social e do emprego após o regresso forçado".

(O Parlamento rejeita a alteração oral)

- Antes da votação do n.º 18:

**Hannes Swoboda**, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, também rejeitámos uma alteração anterior porque tinha uma redacção demasiado dura. Contudo, existe um problema com alguns países para onde os Roma estão a ser repatriados e onde as condições não permitem que possam viver em liberdade, em segurança e com dignidade humana.

A nossa redacção é mais moderada, entre outras razões, porque constatámos que em alguns países a liberalização dos vistos está a ser indevidamente utilizada para efeitos de pedidos de asilo sem que os requisitos estejam satisfeitos. O texto teria a seguinte redacção:

(EN) "para países dos Balcãs Ocidentais, onde poderão vir a enfrentar problemas de alojamento e discriminação nas áreas da educação, da protecção social e do emprego".

(DE) Espero que os membros que rejeitaram inicialmente a outra alteração possam votar a favor e aprovar esta redacção mais moderada.

(O Parlamento aprova a alteração oral)

### **6.18. Código das Fronteiras Schengen no que diz respeito à vigilância das fronteiras marítimas externas**

- Antes da votação do projecto de resolução:

**Michael Cashman (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, desejo apenas que a Assembleia saiba que fui o relator original sobre a decisão relativa à FRONTEX e que recomendo a sua aprovação devido às medidas excepcionais que são necessárias para proceder a intervenções e a operações de salvamento no mar, especialmente na zona meridional do Mediterrâneo.

A comissão não me apoiou, pelo que retirei o meu nome do relatório, e recomendarei à Assembleia que rejeite a resolução que tem agora em mãos. Precisamos de uma maioria absoluta de 369 votos para que seja aprovada, mas recomendo que a Assembleia rejeite a resolução que estamos prestes a votar.

**Cecilia Malmström, Membro da Comissão.** – (EN) Senhor Presidente, os membros do Parlamento têm à sua consideração um projecto de decisão que completa o Código das Fronteiras Schengen no que diz respeito à vigilância das fronteiras marítimas externas no contexto das operações marítimas da FRONTEX.

Esta é uma decisão necessária e ajudará os Estados-Membros e a FRONTEX a gerirem as nossas fronteiras marítimas externas com maior eficácia. Como sabem, o número de embarcações aumentará muito em breve, como sempre acontece nesta altura do ano no Mediterrâneo.

A proposta contém um conjunto muito importante de princípios e de clarificações das regras que os guardas de fronteira devem aplicar no controlo das fronteiras marítimas, como, por exemplo, o princípio da não repulsão e a obrigação de tratar pessoas vulneráveis e menores não acompanhados com especial cuidado.

Também clarifica a assistência que deve ser prestada a pessoas em perigo no mar e onde devem ser desembarcadas as pessoas que são socorridas.

Muitos membros desta Assembleia vêm solicitando há anos estes princípios e estas regras, que agora estão, finalmente, ao nosso alcance. As alterações que estamos a propor também diminuirão o risco de perda de vidas no Mediterrâneo ao tornarem as operações nas fronteiras marítimas mais eficazes.

O projecto de decisão é o resultado de debates muito intensos e longos com os Estados-Membros e com peritos, por exemplo, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e da Organização Internacional para as Migrações.

Fornecerá às nossas instituições um quadro melhorado para o exercício de um acompanhamento adequado destas operações nos casos que envolvem fundos europeus consideráveis.

No que se refere aos aspectos jurídicos da proposta, a Comissão escolheu o artigo 12.º do Código das Fronteiras Schengen como base jurídica porque as regras dizem respeito aos patrulhamentos de vigilância das fronteiras durante as operações da FRONTEX e não aos controlos fronteiriços, como penso que o parecer jurídico do Parlamento argumenta.

A pedido de membros desta Assembleia, a Comissão investigou soluções técnicas alternativas que permitissem, em primeiro lugar, não reabrir os debates de fundo e, em segundo lugar, a aprovação de regras claras a tempo das operações da FRONTEX deste Verão. Infelizmente, não encontramos essa alternativa, pelo que recomendo aos senhores deputados que não rejeitem estas novas regras há muito esperadas.

**Presidente.** – Não podemos abrir um debate sobre esse assunto agora, Senhor Deputado Busuttil. Tem a palavra, mas não podemos abrir um debate.

**Simon Busuttil (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, dois oradores dirigiram-se a esta Assembleia para rejeitar a resolução, mas nenhum orador interveio a favor da sua aprovação. Portanto, penso que é mais do que justo que alguém que pode usar da palavra e exortar os membros a intervirem a favor da resolução o possa fazer.

Se me permite só um minuto, gostaria de dizer que a razão por que a comissão LIBE rejeitou estas regras e, consequentemente, apresentou esta resolução é muito simples. Foi-nos dito pelos nossos serviços jurídicos – não uma, mas duas vezes – que a Comissão excedeu as suas competências ao avançar com estas regras. Foi por este motivo que as rejeitámos. Queremos definitivamente estas regras – eu próprio venho de um país que quer estas regras –, mas não queremos que a Comissão Europeia exceda as suas competências. Por este motivo, devemos apoiar a resolução.

**Michael Cashman (S&D).** – (EN) Só para que fique claro, se votarem contra, estarão a apoiar a medida que permite a intercepção no mar. Se votarem a favor, não estarão a apoiar esta medida. É claríssimo.

**Presidente.** – Vamos agora proceder à votação.

### **6.19. Prioridades para o orçamento de 2011 - Secção III - Comissão (A7-0033/2010, Sidonia Elżbieta Jędrzejewska)**

#### **7. Boas-vindas**

**Presidente.** – Senhoras e Senhores Deputados, é com o maior prazer que vos informo que, no âmbito dos nossos encontros interparlamentares, temos a visita de uma delegação do Parlamento da Tunísia, chefiada pelo senhor deputado Salah Tabarki, presidente da Comissão dos Assuntos Políticos, dos Direitos Humanos e dos Assuntos Externos da Câmara dos Representantes tunisina.

Apresentamos as nossas calorosas boas-vindas ao senhor deputado Tabarki e aos membros da sua delegação. Quero sublinhar a importância que atribuímos a esta visita, que é a primeira a ter lugar em cinco anos.

O Parlamento Europeu acompanha com grande interesse a evolução da situação política e económica na Tunísia, uma vez que a União Europeia é o seu maior parceiro comercial. As relações que irão estabelecer com a Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com os Países do Magrebe fornecerão um quadro institucional adequado para o diálogo sobre temas de interesse mútuo relacionados com o desenvolvimento da democracia e do Estado de direito.

Desejamos-lhes, pois, uma visita agradável e frutuosa.

#### **8. Período de votação (continuação)**

##### **8.1. Orientações orçamentais: 2011 - outras secções (A7-0036/2010, Helga Trüpel)**

##### **8.2. Política de qualidade dos produtos agrícolas: qual a estratégia a adoptar? (A7-0029/2010, Giancarlo Scottà)**

##### **8.3. Impacto da crise financeira e económica global nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento (A7-0034/2010, Enrique Guerrero Salom)**

- Antes da votação:

**Enrique Guerrero Salom, relator.** – (ES) Senhor Presidente, agradeço a todos os que participaram na preparação deste relatório.

Gostaria apenas de indicar que, quando chegarmos ao n.º 31, há uma alteração oral. Conforme acordado, passarei agora a ler a segunda parte da versão inglesa.

(EN) "por conseguinte, considera adequado que se explorem as bases para um acordo com os países credores a fim de estabelecer uma moratória temporária ou o cancelamento da dívida dos países mais pobres, a fim de lhes permitir aplicar políticas orçamentais anticíclicas para atenuar os graves efeitos da crise; propõe que sejam feitos esforços para facilitar medidas transparentes de arbitragem da dívida".



**Presidente.** – Senhor Deputado Guerrero, se não estamos mal informados, esta alteração oral afecta o n.º 34 e não o n.º 31.

*(Enrique Guerrero Salom indica que, efectivamente, a alteração afecta a segunda parte do n.º 34)*

Agora, tudo está claro.

*(Tem lugar a votação)*

*(O Parlamento aprova a alteração oral)*

- Antes da votação do n.º 22:

**Charles Goerens (ALDE).** – (FR) Senhor Presidente, trouxe à sua atenção uma alteração oral relativa ao n.º 22. Lembro que o n.º 22 respeita à governação mundial e, em particular, à composição do G20, que, inusitadamente, não inclui qualquer representante dos países menos desenvolvidos.

A alteração oral visa colmatar esta lacuna, e o texto que proponho ao Parlamento Europeu dá resposta a esta exigência.

*(O Parlamento aprova a alteração oral)*

- Antes da votação do n.º 34:

**Daniel Cohn-Bendit (Verts/ALE).** – (FR) Senhor Presidente, há instantes, fez aplaudir a delegação tunisina. Poderia pedir à delegação tunisina que intervenha a favor da libertação de Taoufik Ben Brik, que é solicitada por todo o Parlamento?

- Após a votação final:

**Hannes Swoboda (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, gostaria de apresentar um ponto de ordem. Estou muito satisfeito com o sentido que a votação tomou. Contudo, este era essencialmente um relatório de iniciativa e foi acordado um procedimento diferente para este caso. Agora fomos autorizados a realizar votações individuais num relatório de iniciativa. É necessário resolver isto ou todos os relatórios de iniciativa passarão a ter votações individuais. Poderia pedir à Comissão dos Assuntos Constitucionais que clarifique esta questão? Caso contrário, a interpretação dos serviços do Parlamento deitará por terra o objectivo da reforma.

**Presidente.** – Senhor Deputado Swoboda, é possível fazê-lo. É possível pedir votações por partes, em conformidade com o procedimento solicitado pelos próprios grupos. De qualquer modo, tudo pode ser revisto. Poderemos rever isto futuramente, mas, de momento, é assim.

#### **8.4. Relatório anual 2008 do BCE (A7-0010/2010, Edward Scicluna)**

#### **9. Posições do Conselho em primeira leitura: Ver Acta**

#### **10. Transmissão dos textos aprovados durante a presente sessão: ver Acta**

#### **11. Declarações de voto**

##### **Segunda Cimeira Europeia sobre os Roma (RC-B7-0222/2010)**

**Jaroslav Paška (EFD).** – (SK) O projecto de resolução do Parlamento Europeu sobre a Segunda Cimeira Europeia sobre os Roma que foi aprovado abre um novo caminho para a resolução dos problemas da população Roma na União Europeia.

Tornou-se evidente que os esforços individuais dos vários países para estabelecer a integração dos Roma na sociedade não produziram um resultado satisfatório. As causas desta situação são variadas. Por conseguinte, saúdo os esforços da União Europeia para participar activamente na resolução do problema dos Roma e para melhorar a integração desta comunidade na sociedade de forma organizada.

**Nicole Sinclair (NI).** – (EN) Senhor Presidente, embora deplore a discriminação contra qualquer grupo da sociedade, seja a que título for, não posso apoiar a resolução. A resolução procura introduzir a responsabilidade pela luta contra a discriminação no contexto da UE, mas eu diria que as atitudes e as abordagens nos Estados-Membros são tão variadas que os interesses dos grupos minoritários seriam mais bem defendidos pelos Estados-Membros e, em particular, pelos Estados-Membros que não partilham o ideal de tolerância e de igualdade que para nós, britânicos, é uma evidência.

É do meu conhecimento, por exemplo, que um deputado ao PE italiano, membro do Grupo EFD, foi objecto de uma acção judicial por ter participado num ataque lançado por vigilantes, durante o qual deitou fogo aos pertences de um imigrante. Isto é inaceitável. Peço que não associem o povo britânico a comportamentos como este ao sugerir que os grupos minoritários do nosso país necessitam do mesmo nível de protecção que a pobre alma a que acabei de fazer referência.

**Frank Vanhecke (NI).** – (NL) Senhor Presidente, é um dado adquirido que quem nega um problema, quem nega a verdade, será obviamente incapaz de resolver esse problema. É um facto. Devemos estar cientes de que, com a nossa resolução sobre os Roma na Europa, que é um documento pleno de disparates politicamente correctos, não seremos capazes de encontrar ou de oferecer uma única solução, porque o que estamos a fazer é negar o problema. Devemos, primeiro que tudo, atentar em que estamos efectivamente a enfrentar problemas maiores com um grande número de romanichéis que se posicionam totalmente à margem da nossa sociedade e que são muitas vezes responsáveis por crimes muito graves, pequenos e grandes. Muitos valores e muitas normas, ou a sua ausência, abraçados pelas comunidades Roma são directamente contrários aos valores e às normas que pretendemos ver respeitados nos nossos países europeus. O que estou a dizer pode parecer um pouco parcial, mas a resolução que acabámos de aprovar é muito mais parcial no sentido inverso. De qualquer modo, penso que cada Estado-Membro deve ter o direito de decidir como combater este problema gravíssimo.

**Philip Claeys (NI).** – (NL) Senhor Presidente, este relatório é muito politicamente correcto; é o tipo de relatório, sem dúvida, de que esta Assembleia parece ter obtido uma patente. As desvantagens económicas e sociais dos Roma foram mais uma vez imputadas às designadas intolerância e discriminação. Basta estabelecer novas quotas e leis de açaime e abrir novamente os cordões à bolsa, e tudo se resolverá.

A experiência dos Países Baixos demonstrou claramente, como é natural, que a maioria da comunidade Roma se recusa a adaptar-se e a integrar-se, façamos o que fizemos. Não é culpa nossa, mas sim da própria comunidade Roma, o facto de os Roma estarem desproporcionalmente representados nas estatísticas da criminalidade. Os seus valores e as suas normas são directamente contrários aos nossos. Oponho-me também a qualquer tentativa da Europa de se imiscuir nesta questão e quero repetir que cada Estado-Membro tem o direito de afastar do seu território pessoas que sistematicamente se recusam a adaptar-se e que recorrem a comportamentos criminosos.

#### **Relatório: Sidonia Elżbieta Jędrzejewska (A7-0033/2010)**

**Radvilė Morkūnaitė-Mikulėnienė (PPE).** – (LT) Votei a favor da resolução sobre as prioridades para o orçamento de 2011 por muitas razões, mas sobretudo pela atenção concedida à questão do desemprego dos jovens. A actual situação económica e social em muitos países da União Europeia exige uma abordagem especial ao fosso crescente entre os jovens e o mercado de trabalho, embora seja reconhecido que o investimento nos jovens e na educação é investimento no futuro. A experiência demonstra que, em períodos de abrandamento económico, os jovens preferem continuar no sistema educativo ou iniciar estudos a procurar trabalho. Podemos observar tendências semelhantes nos nossos países neste momento. Por conseguinte, gostaria de dizer que as medidas planeadas, um mercado de trabalho mais activo e a coerência do sistema educativo são muito importantes. O desenvolvimento de capacidades empresariais e o lançamento de programas especiais são muito necessários, quer estejamos a falar do "Erasmus Primeiro Emprego" ou de outras medidas. Espero sinceramente que a União Europeia tenha vontade política suficiente para não se ficar pela aprovação de documentos muito importantes, procedendo também à sua aplicação.

**Frank Vanhecke (NI).** – (NL) Senhor Presidente, votei contra o relatório principalmente porque discordo em absoluto das prioridades que este Parlamento propôs à Comissão, incluindo a harmonização da política de imigração. Sei o que isto significa; a harmonização das políticas de imigração de todos os Estados-Membros está a ser avançada como uma clara prioridade. Discordo.

Porém, votei contra o relatório, em primeiro lugar e acima de tudo, porque já deixou muito claro que este Parlamento não é a favor da muito necessária redução da burocracia europeia. Verifica-se o oposto. Devemos

reconsiderar seriamente a eliminação de todas as instituições e agências que se tornaram de facto, ou que sempre foram, supérfluas. Contudo, este Parlamento solicita mesmo um acréscimo das chamadas agências descentralizadas. Repito que, na minha óptica, já temos demasiadas. Existem algumas que deveriam ser eliminadas antes de nos lançarmos na criação de uma nova. Estou a pensar no Comité das Regiões, na Agência dos Direitos Fundamentais e no Instituto Europeu para a Igualdade de Género. Quanto custa tudo isso aos nossos contribuintes e de que servem todas elas, por amor de Deus?

**Relatório: Helga Trüpel (A7-0036/2010)**

**Vito Bonsignore (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em períodos excepcionais como o que estamos a viver, temos a obrigação de adoptar medidas excepcionais.

O orçamento para o próximo ano não pode ser elaborado como se estivéssemos numa situação normal. Infelizmente, a crise económica ainda não acabou, e não podemos ignorá-la. O meu grupo e eu próprio votámos hoje a favor das prioridades orçamentais, mas, no futuro próximo, teremos de assumir a responsabilidade política de tomar decisões de maior relevância.

Temos de pensar numa reforma do orçamento da União que dê à Europa condições para se afirmar na condução da política económica. Os próximos objectivos têm de ser a concretização plena do mercado interno, o acréscimo dos recursos afectados à investigação e a infra-estruturas, e o aumento do investimento na segurança e nas famílias, para não nos arriscarmos a que a acção dos Estados-Membros seja cada vez mais conservadora.

Para concluir, temos de ser mais europeus e menos nacionalistas e pôr em prática uma política realmente europeia.

**Daniel Hannan (ECR).** – (ES) Senhor Presidente, deixe-me dizer-lhe que é um prazer vê-lo de novo na presidência.

(EN) Segundo Mark Twain, quando a única coisa que temos é um martelo, só vemos pregos à nossa volta.

A União Europeia é excelente a gastar dinheiro – a gastar o dinheiro dos outros. Julgo que foi Milton Friedman quem disse que há dois tipos de dinheiro no mundo: o vosso dinheiro e o meu dinheiro. Somos muito mais cuidadosos com este último do que com o primeiro. Isso explica o que se está a passar na Europa.

Todos os Estados-Membros estão a tentar reduzir os seus orçamentos. Na Grécia e na Irlanda, estão a ser propostos cortes no sector público de cerca de 10% e mais de 7%, respectivamente; a Alemanha pondera um aumento da idade da reforma; em Espanha – o seu país –, tenta-se poupar o correspondente a 2% do PIB, mas o nosso orçamento, o orçamento da União, continua a sua subida imparável. Porquê? Porque, na União Europeia, não há uma ligação entre tributação, representação e despesa, e não existem, portanto, restrições externas dos contribuintes.

Foi o excesso de despesas que arrastou o mundo para esta confusão – despesas excessivas dos particulares, despesas excessivas das empresas e despesas excessivas dos governos. Imagine-se o efeito estimulante que se teria produzido se, em vez de termos gasto estes biliões a aumentar ainda mais a nossa dívida, os tivéssemos devolvido às pessoas sob a forma de redução de impostos.

**Relatório: Giancarlo Scottà (A7-0029/2010)**

**Miroslav Mikolášik (PPE).** – (SK) Os produtos agrícolas europeus correspondem às mais elevadas normas de qualidade a nível mundial, o que deve, naturalmente, torná-los mais competitivos nos mercados internacionais.

Os cidadãos da UE e os consumidores exigentes devem, pois, dispor de informação completa sobre as suas vantagens. Importa, sobretudo, enaltecer o facto de os produtos europeus respeitarem não só um conjunto de normas estritas de higiene, de segurança e veterinárias, mas também os princípios do desenvolvimento sustentável, da prevenção das alterações climáticas, da biodiversidade e do bem-estar dos animais. Por conseguinte, apoio totalmente a introdução de um logótipo de qualidade europeu para produtos com origem exclusiva na UE. O logótipo traduz o reconhecimento oficial do empenho dos agricultores europeus e protege a propriedade intelectual a nível internacional. Acredito firmemente que será uma ajuda para muitas zonas rurais que não têm outras oportunidades de desenvolvimento.

A UE deve providenciar apoio financeiro à modernização de explorações agrícolas e ao desenvolvimento de microempresas, especialmente em meios rurais, para se obter, com o contributo da União, uma produção agro-alimentar de alta qualidade.

**Radvilė Morkūnaitė-Mikulėnienė (PPE).** – (LT) Votei a favor deste documento porque considero que a agricultura biológica e limpa é o nosso futuro e que devemos incentivá-la. Devemos igualmente incentivar o interesse do cidadão comum pelos produtos e explorações biológicos, tanto ao nível da UE como nos Estados-Membros. Por outro lado, se queremos dar segurança e estímulo à agricultura biológica, não nos devemos precipitar na legalização de organismos geneticamente modificados. Alguns países deram um excelente exemplo, restringindo severamente o cultivo de organismos geneticamente modificados nas proximidades de explorações biológicas. Deve haver uma linha divisória clara. Os consumidores devem ter acesso a toda a informação e a todos os resultados da investigação científica relacionados com os organismos geneticamente modificados e com o impacto dos alimentos geneticamente modificados no ambiente e na saúde dos cidadãos, sem qualquer omissão. Só então criaremos o verdadeiro mercado comum de produtos biológicos, tão importante para a nossa vida.

**Alfredo Antoniazzi (PPE).** – (IT). Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, começo por agradecer ao senhor deputado Scottà o trabalho que desenvolveu neste relatório.

Penso que a protecção e o reforço da política de qualidade dos nossos produtos agrícolas constitui uma prioridade para a União Europeia, porque essa política envolve e está ligada a uma série de outras matérias fundamentais a nível europeu, como o reforço da protecção dos consumidores, o apoio às PME, a preservação do património cultural e tradicional de muitas regiões europeias e a competitividade, à escala global, dos produtores europeus do sector alimentar.

São estas as razões por que votei a favor do relatório.

**Jan Březina (PPE).** – (CS) Fico satisfeito por o relatório sobre a política de qualidade dos produtos agrícolas estar em sintonia com as medidas adoptadas anteriormente no sentido de reforçar a política em matéria de qualidade. Considero particularmente benéfico o desenvolvimento dos regimes das indicações geográficas e das denominações de origem, que é feito sem prejuízo dos critérios rigorosos de obtenção de protecção. Concordo com a manutenção do sistema das especialidades tradicionais garantidas, desde que as regras de registo sejam simplificadas. Tendo em conta o facto de estar em causa um nível de protecção mais baixo e de não ser necessário comprovar as características geográficas específicas do produto, não vejo por que razão os procedimentos de avaliação dos pedidos hão-de levar o mesmo tempo que os dos respeitantes a indicações geográficas e a denominações de origem.

Em minha opinião, existe, na prática corrente, uma vulnerabilidade relacionada com a competência discricionária da Comissão para rejeitar pedidos que considere incompletos. Muitas vezes, a rejeição é decidida de forma puramente arbitrária, sem conhecimento das características especiais do produto e da área geográfica. São também necessárias medidas que tornem mais difícil contornar os prazos do processo de registo recorrendo ao expediente da apresentação sucessiva de novos comentários e perguntas complementares, como faz a Comissão.

**Diane Dodds (NI).** – (EN) Senhor Presidente, também queria agradecer ao senhor deputado Scottà o trabalho desenvolvido neste importante relatório.

Quero referir-me, concretamente, à alteração 4, em que se solicita a disponibilização de toda a informação possível aos consumidores. Também se manifesta apoio à introdução de legislação ampla e obrigatória relativa à rotulagem sobre o “local de produção”.

Embora estes propósitos sejam louváveis, penso que a alteração é demasiado restritiva e que talvez seja melhor apresentá-la como mera informação a ter em conta.

Na Irlanda do Norte, dependemos fortemente da capacidade de exportação para as outras regiões do Reino Unido e para outros países europeus. Esta alteração pode vir a afectar a capacidade da nossa região para vender produtos em alguns mercados onde actualmente não existem dificuldades, e penso que é importante que a nova rotulagem não crie obstáculos que impeçam o comércio entre Estados-Membros.

Embora a alteração 4 levante algumas dificuldades, reconheço a importância do trabalho apresentado no relatório, bem como a importância de os produtos serem rastreáveis, de elevada qualidade e seguros.

**Vito Bonsignore (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com esta votação dotámo-nos de um instrumento de protecção dos consumidores e de correcta valorização dos produtos agrícolas: um objectivo que há muito perseguíamos.

A partir de hoje, a origem tem de estar claramente indicada no rótulo dos produtos à base de carne, dos lacticínios, das frutas e dos vegetais, das aves e de outros produtos constituídos por um único ingrediente processado. No que diz respeito a animais, a origem deve ser indicada por uma única localização definida, apenas quando os animais nasceram, foram criados e abatidos no mesmo país.

Trata-se de uma intervenção através da qual é possível dar o reconhecimento devido aos produtores agrícolas e àqueles que processam produtos agrícolas. Mostrámos que o Parlamento Europeu tem um único objectivo no que diz respeito à sua actuação em matéria de produtos agrícolas, ou seja, garantir a qualidade e acessibilidade da informação disponível aos consumidores.

Fizemos um bom trabalho. Os meus cumprimentos às senhoras e senhores deputados que intervieram neste processo.

**Syed Kamall (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, em princípio não tenho qualquer problema em relação à ideia dos logótipos de qualidade. Este tipo de logótipo está presente em vários domínios da nossa vida. Contanto que isso não sirva de desculpa para ignorar as escolhas do consumidor.

Se os produtos alimentares não estão em conformidade com determinadas restrições em matéria de dimensão ou de estética, não os devemos deitar fora, amontoá-los em pilhas, como vemos acontecer com 30% dos produtos agrícolas europeus frequentemente desperdiçados porque não satisfazem normas europeias rígidas.

Não devemos também utilizar as nossas normas da qualidade como desculpa para proibir a importação de produtos agrícolas dos países em desenvolvimento, atirando os agricultores para a pobreza, para depois entregar o dinheiro dos contribuintes e a governos corruptos porque os agricultores estão na pobreza.

Seguramente, em vez de marcas de qualidade e gestos como este, devemos confiar no mercado, devemos confiar nos consumidores e devemos confiar nos cidadãos.

#### **Relatório: Enrique Guerrero Salom (A7-0034/2010)**

**Miroslav Mikolášik (PPE).** – (SK) Votei contra o relatório porque, como acontece frequentemente com outros documentos deste tipo, neste relatório de iniciativa, mais uma vez, a Europa promove o seu conceito dos chamados direitos em matéria de reprodução e sexualidade, que impõe aos cidadãos dos países em desenvolvimento.

Importa esclarecer, de uma vez por todas, que, de acordo com a definição da Organização Mundial de Saúde, este conceito inclui o aborto como método do planeamento familiar. A vida humana é sagrada desde a concepção até à morte natural, por isso eu não podia apoiar o relatório. Por outro lado, ele apresenta algumas ideias positivas que, é claro, podem ajudar os cidadãos dos países em desenvolvimento; podemos dizer, portanto, que quando centenas de milhões de pessoas dos países em desenvolvimento sofrem as consequências da subida dos preços dos produtos básicos e dos produtos alimentares, podem enfrentar o problema da sobrevivência por esses meios. Estou alarmado com as estimativas de instituições financeiras internacionais que prevêem que os milhares de milhões de pessoas actualmente existentes no mundo aumentarão em centenas de milhões e que a mortalidade infantil na África Subsariana registará um aumento na ordem dos 30 000 a 50 000.

**Joe Higgins (GUE/NGL).** – (GA) Senhor Presidente, votei favoravelmente o relatório sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países pobres do mundo. Embora o relatório não dê uma resposta suficientemente radical para os problemas desses países pobres, não deixamos de concordar com muitas das coisas que contém.

É a população pobre e os países pobres quem mais sofre as consequências da crise económica. Devemos dar toda a ajuda possível em termos de investimento público, em particular nestes países. Todavia, importa dizer também que os acordos comerciais que a União Europeia tem com os países pobres, na realidade, não lhes trazem vantagens. Os principais beneficiários destes acordos são grandes empresas; os pequenos produtores, os pequenos agricultores e os trabalhadores não beneficiam deles e, assim sendo, devemos alterar a forma como trabalhamos com estes países.

**Diane Dodds (NI).** – (EN) Senhor Presidente, votei contra o n.º 7 do presente relatório e incomodou-me ver, uma vez mais, o Parlamento a utilizar um relatório desta natureza para, de forma velada, introduzir o direito ao aborto e, ainda, articular a saúde sexual e reprodutiva com a saúde pública nos países em desenvolvimento.

Não cabe a esta Assembleia determinar se o acesso ao aborto é ou não um direito. São os governos nacionais que legislam sobre este assunto. Eu e a grande maioria dos meus eleitores da Irlanda do Norte continuamos firmemente convictos do direito à vida dos nascituros.

**Frank Vanhecke (NI).** – (NL) Senhor Presidente, enquanto Parlamento, deveríamos pensar duas vezes antes de apresentar propostas. Deveríamos estar a elaborar propostas de políticas que devem resolver problemas, não agravá-los. Ora, no que diz respeito à ajuda ao desenvolvimento, existem muitos estudos importantes que, na realidade, demonstraram que a concessão de ajuda ao desenvolvimento de forma demasiado automática atrasa as reformas económicas, adiando, assim, a oportunidade de crescimento económico nos países em desenvolvimento. Apesar disso, nós, Parlamento, continuamos a assumir como ponto de partida a crença, ou a chamada premissa, de que conceder cada vez mais ajuda ao desenvolvimento ajudará, em primeiro lugar, à recuperação dos países africanos. Apesar das enormes injeções de ajuda ao desenvolvimento ao longo de tantas décadas, lamentavelmente, não existem sinais claros de que a maioria dos países africanos não está actualmente numa situação muito pior do que aquela em que se encontrava imediatamente após a descolonização. Este era o meu primeiro ponto.

Serei muito breve no segundo ponto. Claro que é verdade, como afirma o relatório, que outro factor que debilita os países em desenvolvimento é a fuga de cérebros, mas por que razão continuamos a insistir no “cartão azul”, que ainda agrava mais o problema?

**Anna Záborská (PPE).** – (SK) Não consigo compreender por que razão a saúde reprodutiva foi mais uma vez incluída num relatório sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento.

As organizações de saúde reprodutiva defendem o aborto como uma das formas de controlar a taxa de natalidade. Esta indústria é igualmente financiada a nível europeu pelos impostos dos cidadãos que se opõem ao aborto e estão envolvidos na protecção da vida. Há décadas que as instituições internacionais vêm apresentando os seus pontos de vista sobre o controlo da taxa de natalidade como uma forma de combater a pobreza, mas os países em desenvolvimento continuam a viver na pobreza extrema. Em minha opinião, a UE desperdiça recursos financeiros no controlo da natalidade, o qual não resolve a pobreza. Respeito a vida e honro o princípio da subsidiariedade nas relações com os países em desenvolvimento. Por isso, votei contra o n.º 7 e contra todo o relatório.

**Daniel Hannan (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, era previsível, inexorável talvez, que a União Europeia se iria lançar sobre a crise financeira da Grécia para promover os seus planos bem elaborados relativos à uniformização da política financeira.

Testemunhámos pedidos insistentes para a criação de uma agência europeia da dívida, de um fundo monetário europeu, de tributação pan-europeia, para não ser necessário recorrer aos eleitorados nacionais a fim de sair do impasse.

O Presidente Van Rompuy e os restantes Comissários, sendo federalistas honestos, concordam perfeitamente com o argumento apresentado pelos cépticos britânicos de que não pode haver uma união monetária sem uma união fiscal e económica.

Julgo que pertence a John Maynard Keynes a frase “Quem controla a moeda controla o país”. Garanto que esta será a única vez que citarei Keynes aprovadoramente.

Na realidade, permitam-me falar-lhes de uma autoridade superior e até melhor do que John Maynard Keynes. Refiro-me ao Evangelho de S. Mateus, 22.º Capítulo. Estou certo de que se lembrarão disto. Perguntam a Jesus Cristo se é lícito pagar o tributo a Roma. Jesus disse: “Porque me experimentais, hipócritas? Mostrai-me a moeda do tributo”. E eles apresentaram-lhe um dinheiro. E [Jesus] diz-lhes: “De quem é esta efígie e esta inscrição?”. Dizem-lhe eles: “De César”. Então ele [Jesus] lhes disse: “Dai pois a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”.

Ora, não estou a defender que Jesus Cristo tomou partido por uma parte ou a outra no debate sobre o euro. A questão é que, ao procurar o símbolo supremo da autoridade temporal, sinal absoluto de soberania, eis a

moeda! Então, vimos que o euro conduz a um governo económico comum. Graças a Deus que tivemos a intuição de manter a libra.

**Presidente.** – Obrigado por abençoar a manhã no Parlamento, Senhor Deputado Hannan.

**Syed Kamall (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, ao olharmos para este relatório, vemos muitas frases já antigas e gastas sobre o sofrimento do mundo em desenvolvimento devido à crise económica. É certo que há pessoas que sofrerão as consequências da crise económica nestes países, mas muitas vezes não são necessariamente estas as pessoas que queremos ajudar. Frequentemente, são os governos que estão preocupados com os cortes nos orçamentos consagrados à ajuda, porque recebendo menos dinheiro para ajuda torna-se mais difícil manter no poder os governos corruptos e ineficazes. Quando, no ano passado, estive em África e falei com vários políticos de centro-direita, estes queixavam-se de que, na realidade, os orçamentos afectados à ajuda mantêm os governos corruptos no poder e dificultam a melhoria da governação em termos económicos e políticos nesses países.

Mas vejamos algumas das nossas propostas. Falamos de mais investimento nos países em desenvolvimento – todos concordam com isso –, mas temos uma proposta submetida a esta Assembleia, a Directiva sobre Gestão de Fundos de Investimento Alternativos, que reduzirá o investimento nos países em desenvolvimento. Falamos em ajudar os agricultores dos países em desenvolvimento, mas continuamos, mesmo no orçamento actual, a votar a favor de mais recursos para a política agrícola comum, o que contribui substancialmente para prejudicar o sustento dos agricultores nos países em desenvolvimento.

Enfrentemos efectivamente a verdadeira fonte dos problemas nestes países – má governação e protecção na UE.

**Martin Kastler (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei contra este relatório por duas razões. Primeira: preocupa-me o facto de a Europa recorrer cada vez mais a uma abordagem de dispersão na política de desenvolvimento e de haver um número crescente de resoluções e solicitações que encorajam esta abordagem. Segunda: votei contra o relatório porque considero que é mau para nós tentar impor uma política de planeamento familiar nos países emergentes e em desenvolvimento, numa espécie de imperialismo cultural. O aborto não é uma solução, e lamento o facto de alguns deputados do Parlamento Europeu se referirem, de modo eufemístico, à “medicina reprodutiva” quando querem dizer “aborto”. Isto não altera o facto de o aborto significar matar uma criança que está por nascer. Assim, votei contra este relatório e espero que, no futuro, não recorramos aos mesmos termos eufemísticos em todas as resoluções e relatórios de iniciativa para descrevermos aspectos do imperialismo cultural.

**Nirj Deva (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, votei contra o relatório porque se trata de um relatório absurdo. É irrisório. Portanto: todos os bens estão nas bolsas de valores de Nova Iorque, Londres, Tóquio, Frankfurt, etc. Vão agora arranjar um capital de cerca de 6 biliões de dólares americanos. Se venderem todas as propriedades que estão fora do quadro legal, propriedades avaliadas como bairros de lata que não fazem parte do sistema jurídico dos países em desenvolvimento, conseguirá chegar aos 7 biliões de dólares. Há muito capital à espera, nos países em desenvolvimento, que está fora das estruturas jurídicas desses países, desde os bairros de lata aos milhões de empresas que se vêem nas bermas das estradas e que não fazem parte da economia formal.

Segundo, se perguntar qual o montante que, anualmente, sai dos países em desenvolvimento através dos sistemas financeiros mundiais, a resposta é: 800 mil milhões de dólares. Porque não tentamos antes manter este capital nesses países, tornando-os mais ricos?

Não, o que é que acabámos de fazer? Votámos a favor de uma taxa “Tobin” para castigar as instituições financeiras já fragilizadas do Ocidente e entregar o dinheiro a um grupo de pessoas que, provavelmente, o roubará.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, à semelhança de outros oradores, também eu me opus à inclusão do n.º 7. O nosso grupo deu-nos liberdade de voto, mas a nossa delegação decidiu votar contra porque – como afirmaram os oradores – falar de direito à saúde reprodutiva é outra forma de dizer aborto. Se é isto o que se pretende, então deve ser referido claramente e não introduzido a título de plano para a crise económica. Portanto, à semelhança de outros oradores, opusemo-nos a isso e votámos contra esta secção.

**Relatório: Edward Scicluna (A7-0010/2010)**

**Morten Messerschmidt (EFD).** – (DA) Senhor Presidente, nós, deputados do Partido do Povo Dinamarquês, votámos contra o presente relatório. Não obstante, sinto necessidade de expressar os meus agradecimentos por várias observações nele incluídas. Refiro-me, em particular, ao n.º 27, onde correctamente se afirma que o euro deve, naturalmente, conduzir a uma coordenação mais estreita entre as políticas económicas na zona do euro. Obviamente, oponho-me a esta afirmação, mas quero agradecer a clareza e honestidade que o relator revela em relação ao euro. Assim, o euro é uma criação construída com o intuito de gerar uma muito maior unificação económica na Europa. Por outras palavras, a política financeira, a política do mercado de trabalho, a política estrutural – todos os domínios económicos, tudo o que é relevante para a economia – devem ser unificados. É o que vemos actualmente na Grécia, onde economistas em Frankfurt estão a dizer aos gregos que política económica devem conduzir, e é o que veremos dentro de poucos meses em relação a Espanha e Itália e a um rol de outros países. Desta forma, o relatório ilustra, com toda a clareza desejável, as razões por que a Dinamarca – e, em particular, o meu partido, o Partido do Povo Dinamarquês – tenciona permanecer fora da zona do euro. Queremos ser nós a decidir qual a política económica que seguimos. É o eleitorado dinamarquês, e não os economistas de Frankfurt, quem deve decidir sobre este assunto.

**Declarações de voto escritas****Relatório: Jo Leinen (A7-0018/2010)**

**Andrew Henry William Brons (NI), por escrito.** – (EN) Concordamos com a presente proposta quanto à manutenção em vigor das regras actuais relativas à importação de animais vivos, carne e produtos à base de carne até à sua substituição por medidas adoptadas no âmbito do novo quadro regulamentar. Embora preferíssemos que essas leis fossem as leis de cada país, e não as de um “super-Estado” da UE, tem de haver disposições que regulem estas matérias. No entanto, o relatório também prevê uma lista de países terceiros ou partes de países em relação aos quais os Estados-Membros devem autorizar a importação de animais das espécies bovina e suína e de carne fresca. Isso significa que o Reino Unido ficará legalmente obrigado a autorizar as importações provenientes desses países. Significa concorrência para os nossos agricultores e uma nova perda de soberania. Face a esta associação de boas e más propostas, decidimos abster-nos.

**Diogo Feio (PPE), por escrito.** – A Directiva 72/462/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1972, relativa aos problemas sanitários e de polícia sanitária na importação de animais das espécies bovina, suína, ovina e caprina e de carnes frescas ou de produtos à base de carne provenientes de países terceiros, no n.º 1 do seu artigo 3.º, levou a que o Conselho, sob proposta da Comissão, aprovasse uma lista dos países terceiros em proveniência dos quais os Estados-Membros devem autorizar a importação de animais das espécies bovina e suína e de carne fresca. Embora esta directiva tenha sido revogada, o procedimento manteve-se e a referida lista tem sido modificada ao longo dos anos, propondo-se agora a Comissão criar um regulamento que codifique todas as modificações relevantes, efectuadas ao longo dos anos, e que deverá ser modificado com frequência, de modo a estar permanentemente actualizado.

Considero que este procedimento introduz clareza e transparência, não só para os Estados-Membros, em caso de modificações, mas também para os países terceiros que exportam os produtos em causa para a UE.

**José Manuel Fernandes (PPE), por escrito.** – Congratulo-me com a adopção deste relatório relativo aos problemas sanitários na importação de animais de espécie bovina, suína, ovina e caprina e de carnes frescas ou de produtos à base de carne provenientes de países terceiros. Este relatório tem por base a Directiva 72/462/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1972, que levou o Conselho a aprovar uma lista dos países terceiros em proveniência dos quais os Estados-Membros devem autorizar a importação de animais das espécies bovina e suína e de carne fresca. Apesar da revogação desta Directiva, o procedimento manteve-se e a referida lista tem sido modificada ao longo dos anos, propondo-se agora que a Comissão apresente um regulamento onde se codifiquem todas as modificações relevantes efectuadas ao longo dos anos, e que deverá ser modificado com frequência, de modo a estar permanentemente actualizado.

Considero que este procedimento vem não só reforçar a segurança alimentar dos cidadãos da UE, como introduz maior clareza para os Estados-Membros e para os países terceiros que exportam produtos de carne para a UE.

**Nuno Melo (PPE), por escrito.** – A segurança alimentar dos cidadãos da UE é uma questão fundamental que nos deve preocupar a todos. A definição de critérios de política sanitária para a importação, de países terceiros, de determinados animais vivos e da respectiva carne fresca, deve ser muito rigorosa e tais produtos devem ser sistematicamente controlados para podermos verificar se estão a ser cumpridos.



É, assim, crucial que seja elaborada uma lista com os países terceiros que cumprem os critérios de sanidade animal, de saúde pública e de certificação veterinária que lhes permita exportar animais vivos (bovinos, suínos, ovinos e caprinos) e a respectiva carne fresca para os países da UE.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Na implacável guerra de preços, que está cada vez mais assanhada, as empresas recorrem a métodos chocantes para aumentar as suas margens de lucro. Há carne importada a ser vendida como produto interno, há, muitas vezes, carne estragada à venda e há, ainda, o caso do presunto falsificado. Ora, os produtos de imitação devem ostentar rótulos esclarecedores. Contudo, a rotulagem obrigatória dos alimentos para animais que contenham organismos geneticamente modificados não foi aprovada pela maioria dos deputados, apesar de os cidadãos da Europa serem muito críticos em relação às modificações genéticas. É bom que haja regras em matéria de saúde e higiene dos animais. No entanto, a regulamentação das importações falha no que respeita à questão das modificações genéticas, e foi por isso que me abstive.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei “sim” na votação final da resolução em apreço. Importa dizer que houve uma reunião informal com o Conselho e a Comissão no decurso da qual se tornou claro que o Parlamento podia concordar com o procedimento. O projecto de relatório submetido à nossa apreciação pelo senhor deputado Jo Leinen assume a proposta da Comissão Europeia e, na comissão ENVI, foram propostas várias alterações. O Conselho já concordou em aprovar a posição do Parlamento; teremos, assim, um acordo em primeira leitura. Nós, os Verdes, estamos de acordo com o procedimento.

**Róza Gräfin Von Thun Und Hohenstein (PPE)**, *por escrito*. – (PL) As alterações à lei que visam melhorar o bem-estar dos animais são fundamentais, e o facto de a Comissão Europeia não pretender, neste caso, introduzir alterações sem a participação do Parlamento Europeu deixa-me muito satisfeita. Consequentemente, apoiei o relatório do senhor deputado Leinen sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que revoga a Decisão 79/542/CEE do Conselho, que estabelece uma lista de países terceiros ou de partes de países terceiros e as condições de sanidade animal e saúde pública e de certificação veterinária aplicáveis à importação, para a Comunidade, de determinados animais vivos e da respectiva carne fresca.

Apesar de não ser membro da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, continuarei a envolver-me nas alterações à legislação, principalmente se se pretender melhorar radicalmente as condições de transporte de cavalos. Faço-o por vários motivos, mas são sobretudo os princípios da ética cristã que me impelem a preocupar-me com a melhoria das condições de vida tanto das pessoas como dos animais e com o nosso ambiente natural. A União Europeia pode fazer muito a este respeito.

#### **Relatório: Barbara Matera (A7-0047/2010)**

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Apoiei ambos os relatórios sobre a atribuição de verbas do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a trabalhadores desempregados na Lituânia. Neste país, a crise económica e financeira afectou múltiplos sectores, e muitas pessoas ficaram sem trabalho e sem meios de subsistência. As regras do FEG relativas à atribuição de fundos foram simplificadas tendo em conta a conjuntura difícil do mercado de trabalho e o número crescente de desempregados. A Lituânia deve, pois, esgotar todas as possibilidades de obtenção dos fundos solicitados, para se prestar a maior ajuda possível às pessoas desempregadas. É igualmente fundamental velarmos por que os fundos sejam utilizados de forma eficaz e representem um benefício real para a população lituana.

**Regina Bastos (PPE)**, *por escrito*. – O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) foi criado, em 2006, para prestar assistência adicional aos trabalhadores afectados pelas consequências de mudanças importantes na estrutura do comércio internacional e para ajudar à sua reintegração no mercado de trabalho. Desde 1 de Maio de 2009, o âmbito de aplicação do FEG foi alargado, passando a incluir o apoio a trabalhadores despedidos em consequência directa da crise económica e financeira.

Nesta altura, em que nos vemos confrontados com esta grave crise económica e financeira de que se destaca o aumento do desemprego como uma das principais consequências, a UE deverá utilizar todos os meios ao seu alcance para reagir às consequências desta crise, nomeadamente no que se refere aos apoios a prestar às pessoas que se viram confrontadas, de um dia para o outro, com a realidade do desemprego.

Assim, votei a favor da presente proposta que diz respeito à mobilização do FEG a favor da Lituânia, com o objectivo de apoiar os trabalhadores despedidos nas 49 empresas que operam no sector do fabrico de mobiliário.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Votei a favor deste relatório porque o apoio financeiro do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) será atribuído aos trabalhadores de empresas do sector da fabricação de mobiliário actualmente desempregados, dado que, na sequência do decréscimo verificado nas exportações do sector, muitos trabalhadores foram despedidos. O apoio da UE destina-se a ajudar os trabalhadores a requalificarem-se e a procurarem novos empregos ou criarem empresas. Regozijo-me por a Comissão Europeia ter aprovado a candidatura da Lituânia a fundos da UE, já que, enquanto durar a recessão, os trabalhadores despedidos de empresas do sector do mobiliário terão poucas oportunidades para regressar ao mercado de trabalho, e os despedimentos colectivos em 49 empresas estão a ter um impacto bastante negativo na situação económica do país. Queria pedir às instituições da UE que garantam a agilidade e a celeridade do processo de tomada de decisões respeitantes à concessão de apoio financeiro, porque eventuais demoras só poderão agravar a já difícil situação em que os trabalhadores se encontram. Gostaria de salientar que o auxílio financeiro da UE ajudará trabalhadores afectados por mudanças estruturais profundas na economia e no comércio a reintegrarem-se no mercado de trabalho.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Tal como o sector da construção de edifícios na Lituânia, que anteriormente analisámos, também a indústria do mobiliário se ressentiu com a globalização, estando agora exposta aos produtos de uma concorrência aguerrida e que produz a uma outra escala. Preenchidos que estão os requisitos que subjazem à possibilidade de candidatura e mobilização do Fundo, creio ser de apoiar esta mesma mobilização.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Apenas duas semanas depois de o Parlamento aprovar a mobilização deste Fundo para acorrer a situações de despedimentos na Lituânia e na Alemanha, voltamos novamente a aprovar a sua mobilização, agora para acorrer a despedimentos que ocorreram em 49 empresas no sector do fabrico de mobiliário, na Lituânia. Como então dissemos, já há muito que o número de trabalhadores despedidos ultrapassou largamente as estimativas iniciais da Comissão quanto ao número de trabalhadores que poderiam vir a beneficiar do Fundo.

Recordamos que se trata de um sector que tem vindo a atravessar sérias dificuldades também em Portugal, particularmente nos concelhos em que tem um peso significativo, como é o caso de Paredes e Paços de Ferreira, o que tem conduzido também a despedimentos e ao agravar da situação social na região.

Cada novo pedido de accionamento torna mais evidente que mais do que medidas paliativas - certamente necessárias - o que se exigem são medidas urgentes para a defesa dos sectores produtivos e do emprego, nomeadamente dos mais vulneráveis à crise e daqueles que se inserem no aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento de cada país, promovendo projectos públicos e o apoio às micro, pequenas e médias empresas, ao sector cooperativo...

*(Declaração encurtada por força do artigo 170.º do Regimento)*

#### **Relatório: Barbara Matera (A7-0048/2010)**

**Regina Bastos (PPE)**, *por escrito*. – O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) foi criado, em 2006, para prestar assistência adicional aos trabalhadores afectados pelas consequências de mudanças importantes na estrutura do comércio internacional e para ajudar à sua reintegração no mercado de trabalho. Desde 1 de Maio de 2009, o âmbito de aplicação do FEG foi alargado, passando a incluir o apoio a trabalhadores despedidos em consequência directa da crise económica e financeira.

Nesta altura, em que nos vemos confrontados com esta grave crise económica e financeira de que se destaca o aumento do desemprego como uma das principais consequências, a UE deverá utilizar todos os meios ao seu alcance para reagir às consequências desta crise, nomeadamente no que se refere aos apoios a prestar às pessoas que se viram confrontadas, de um dia para o outro, com a realidade do desemprego.

Assim, votei a favor da presente proposta que diz respeito à mobilização do FEG a favor da Lituânia, com o objectivo de apoiar os trabalhadores despedidos nas 45 empresas activas no sector do fabrico de artigos de vestuário.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Regozijo-me por ter sido hoje votada a concessão de apoio financeiro ao sector do fabrico de artigos de vestuário da Lituânia, porque se trata de um dos sectores mais duramente atingidos pela recessão. Faço notar que os trabalhadores da indústria do vestuário são, na sua maioria, mulheres e que, devido aos despedimentos provocados pela crise, o número de mulheres desempregadas na Lituânia duplicou entre Julho de 2008 e Julho de 2009. Votei a favor do presente relatório porque o apoio financeiro recebido do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) será utilizado

em medidas de incentivo à contratação tão imediata quanto possível de trabalhadores despedidos e no pagamento de estudos e acções de requalificação, bem como em prestações destinadas à cobertura de despesas relativas a menores com menos de oito anos de idade e a cuidados dispensados a familiares com deficiências. Nas actuais circunstâncias, este apoio financeiro é indispensável no sector do fabrico de artigos de vestuário, porquanto a queda drástica da procura de vestuário na Lituânia e nos seus mercados de exportação levou a uma redução acentuada no volume da sua produção. Quero salientar ainda que o despedimento destes trabalhadores afecta negativamente não só o país e a economia local, mas também a vida de cada um deles.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Às indústrias lituanas de construção de edifícios e de mobiliário junta-se também a indústria do vestuário enquanto sector penalizado pela globalização, tendo lançado no desemprego um número significativo de trabalhadores. A votação maciça favorável, na comissão parlamentar competente, confirma a aparente bondade da medida. Não vejo, por isso, motivo para votar contra a mobilização do Fundo neste caso.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Apenas duas semanas depois de o Parlamento aprovar a mobilização deste Fundo para acorrer a situações de despedimentos na Lituânia e na Alemanha, voltamos novamente a aprovar a sua mobilização, agora para acorrer também a despedimentos em 45 empresas activas no sector do fabrico de artigos de vestuário, na Lituânia. É bom lembrar que este é um sector que atravessa uma grave crise também em Portugal, sofrendo com particular intensidade os efeitos da liberalização do comércio mundial, sem que tenham sido tomadas as necessárias acções de salvaguarda.

Cada novo pedido de accionamento deste Fundo confere urgência renovada às medidas que temos vindo a defender, de combate efectivo ao desemprego e de criação e promoção de emprego com direitos assentes no desenvolvimento da actividade económica, na dinamização do emprego público, na erradicação da precariedade e na redução do horário de trabalho, sem diminuição de salário. Medidas que passam também pelo combate à deslocalização de empresas, desde logo condicionando ajudas públicas, nomeadamente as comunitárias, ao cumprimento de obrigações como a protecção do emprego e o desenvolvimento local. Medidas que impõem uma clara ruptura com as políticas neoliberais que estão a provocar o visível desastre económico e social nos países da União Europeia.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A UE é um espaço de solidariedade, surgindo a esse propósito o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Esses apoios são fundamentais para o auxílio aos desempregados e às vítimas das deslocalizações que se verificam num contexto globalizado.

É cada vez maior o número de empresas que se deslocalizam, aproveitando os reduzidos preços do factor trabalho, que são praticados em vários países, nomeadamente a China e a Índia, com efeitos nocivos para os países que respeitam os direitos dos trabalhadores. O FEG destina-se a ajudar os trabalhadores vítimas da deslocalização de empresas e é fundamental, para tanto, que, no futuro, estes voltem a ter acesso a novos empregos. O FEG já foi, no passado, utilizado por outros países da UE, nomeadamente Portugal e Espanha, cabendo agora dar esse auxílio à Lituânia.

#### **Relatórios: Barbara Matera (A7-0047/2010 e A7-0048/2010)**

**Laima Liucija Andrikiienė (PPE)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor de ambos os relatórios da senhora deputada Barbara Matera sobre o apoio financeiro do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização a trabalhadores despedidos na Lituânia. Gostaria de agradecer a todos os que votaram a favor, porque a aprovação dos relatórios exigia uma maioria qualificada e três quintos dos votos expressos.

Os dois relatórios sobre a situação nos sectores da fabricação de mobiliário e do fabrico de artigos de vestuário tipificam um dos casos mais graves de desemprego na Lituânia. Os montantes em causa não são significativos do ponto de vista da UE, mas vão minorar as dificuldades que os trabalhadores lituanos enfrentam.

É o que acontecerá tanto no caso dos trabalhadores despedidos das 49 empresas do sector da fabricação de mobiliário, que receberão 662 088 euros do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, como no dos que trabalhavam nas 45 empresas do sector do fabrico de artigos de vestuário, que receberão 523 481 euros.

Talvez seja apenas a ponta de um icebergue – que é o problema do desemprego na Lituânia –, mas o apoio financeiro ajudará os que mais precisam.

**Andrew Henry William Brons (NI)**, *por escrito*. – (EN) Não estamos de acordo com o facto de a União Europeia assumir a responsabilidade de ajudar trabalhadores despedidos (ou seja do que for). Somos contra a afectação de verbas ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, como, aliás, a qualquer outro fundo

da UE. Entendemos que os trabalhadores despedidos devem ser ajudados pelos respectivos Estados-Membros. Em todo o caso, já há dinheiro atribuído ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, e esse dinheiro proveio dos Estados-Membros. Se fosse proposta a concessão de verbas do FEG a trabalhadores despedidos no Reino Unido, votaríamos a favor e, se não o fizéssemos, seríamos censurados. Temos, pois, a obrigação de votar a favor de uma utilização apropriada deste fundo noutros Estados-Membros. Seja como for, tencionamos assegurar-nos de que, futuramente, também serão contemplados trabalhadores britânicos despedidos e, se verificarmos que não são elegíveis, passaremos a votar contra todas as mobilizações deste fundo.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) É a pensar nos trabalhadores lituanos sacrificados no altar da globalização que me abstenho. Foram as consequências das políticas neoliberais preconizadas pela União Europeia que os atiraram para esta situação e, por conseguinte, poderíamos sentir-nos no direito de votar contra os montantes irrisórios que a elite europeia pretende conceder-lhes. A verdade, porém, é que o pouco que lhes é dado pode aliviar o seu sofrimento. De qualquer modo, isso não torna a lógica do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização menos intolerável. No reino dos eurocratas, ter a consciência tranquila sai barato.

#### **Relatório: Sven Giegold (A7-0031/2010)**

**Alfredo Antoniozzi (PPE)**, *por escrito*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o relatório do senhor deputado Giegold aborda alguns aspectos interessantes da actual crise económica, a pior desde o início do processo de integração europeia.

Gostaria de salientar que, numa pergunta que recentemente dirigi à Comissão, levantei a questão do âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que não se aplica em alguns casos excepcionais, designadamente na realização de projectos de construção de edifícios públicos e de habitação social. De facto, essas obras têm uma finalidade social e constituem uma resposta a situações de emergência em matéria de habitação sentidas principalmente nas grandes cidades, pelo que pode ser conveniente resolver esse tipo de problema recorrendo a medidas extraordinárias.

Assim, considero desejável que a Comissão adopte uma posição muito clara para poder emitir directivas destinadas aos Estados-Membros e relativas aos limites orçamentais e de despesa impostos pelos princípios do Pacto de Estabilidade e Crescimento às autoridades locais, que, sobretudo no caso de concelhos de grandes dimensões, têm necessidade de investimentos consideráveis em infra-estruturas.

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório sobre a declaração anual da Comissão Europeia sobre a zona do euro e as finanças públicas. Desse relatório, rico em análises e propostas, retenho sobretudo o apelo à melhoria da governação económica europeia e, em particular, a uma melhor coordenação das políticas orçamentais. Crescimento e solidariedade: eis as duas palavras-chave que devem orientar a nossa estratégia económica europeia. Crescimento porque, sem ele, não será possível responder aos desafios sociais. Solidariedade porque é a razão de ser da integração europeia e será o seu futuro.

**Liam Aylward e Pat the Cope Gallagher (ALDE)**, *por escrito*. – (GA) Os deputados do Fianna Fáil ao Parlamento Europeu, Pat the Cope Gallagher e Liam Aylward, opõem-se firmemente às propostas do presente relatório relativas à introdução de uma matéria colectável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCIS).

A matéria colectável comum consolidada do imposto sobre as sociedades não vai melhorar a competitividade da União Europeia nem o funcionamento do mercado único, mas pode, isso sim, prejudicar pequenas economias abertas como a da Irlanda. A tributação é matéria da competência de cada Estado-Membro, e o Governo irlandês tem o direito de usar o seu poder de veto em relação a qualquer medida fiscal, incluindo a MCCCIS. Esse direito está consagrado nos tratados, nomeadamente no Tratado de Lisboa.

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Apoiei o presente relatório porque penso que expõe, em toda a sua extensão, os problemas da zona do euro e das finanças públicas. Tem-se registado um decréscimo do emprego nos Estados-Membros da União Europeia, e prevê-se que a tendência se mantenha. As reformas estruturais erráticas em alguns Estados-Membros, aplicadas sem um plano concreto, ameaçam a estabilidade de toda a UE. As pequenas e médias empresas estão a atravessar um período particularmente difícil, porque nem os Estados-Membros nem o Banco Central Europeu tiveram capacidade para impor que os fundos atribuídos aos bancos fossem afectados tendo em vista o seu principal objectivo – a atribuição de empréstimos com juros bonificados a pequenas empresas. É também muito importante apoiar o desenvolvimento da

zona do euro e tomar medidas que criem condições propícias à entrada dos Estados-Membros que tencionam aderir.

**Elena Băsescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor do relatório sobre a declaração anual sobre a zona do euro e as finanças públicas referente a 2009. Apoio a proposta feita no relatório, que exorta o Eurogrupo a facilitar a entrada na zona do euro dos Estados-Membros que desejem aderir e que cumpram os requisitos dessa adesão. Penso que, para um correcto desenvolvimento da União Económica e Monetária, é essencial melhorar a regulação e a supervisão dos mercados financeiros e limitar os défices internos e externos. Temos também de estar muito atentos aos problemas associados à disciplina fiscal. A futura estratégia UE 2020 deve incluir políticas de criação de emprego e de promoção do desenvolvimento sustentável, para conseguirmos evitar a eclosão de novas crises económicas. Simultaneamente, os Estados-Membros e a Comissão Europeia devem trabalhar em conjunto na redução dos desequilíbrios fiscais. A consolidação das finanças públicas é um requisito fundamental do crescimento económico sustentável. Após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a Comissão Europeia terá agora um papel mais importante no controlo do desenvolvimento económico dos Estados-Membros. De acordo com o artigo 121.º, a Comissão Europeia poderá dirigir advertências aos países que não cumpram as orientações gerais sobre as políticas económicas.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Votei a favor do presente relatório porque o Parlamento Europeu chama a atenção da Comissão para o facto de, enquanto os países desenvolvidos vão saindo gradualmente do fosso da crise global, a situação dos países em desenvolvimento continuar a agravar-se. O Banco Central Europeu (BCE), a Comissão Europeia e os Estados-Membros da zona do euro devem, portanto, incentivar o processo de integração das políticas económicas e monetárias na União Europeia e apoiar o alargamento da zona euro. Subscrevo a exortação ao BCE para que apoie os esforços dos Estados-Membros de fora da zona do euro no sentido de introduzirem esta moeda, em particular no caso dos Estados-Membros que se mostram aptos a manter uma disciplina orçamental fiável e estável. Gostaria de salientar que, se queremos evitar futuras crises financeiras, devemos instar o Eurogrupo, o Conselho e o BCE a melhorarem a coordenação das suas iniciativas no domínio da política de taxas de câmbio. Apesar da crise, foram, portanto, muito poucos os progressos feitos no sentido de uma representação internacional comum da zona do euro. A maior preocupação reside no facto de, apesar de todos os esforços de estabilização em curso no domínio da política monetária e orçamental, o emprego na UE continuar a diminuir enquanto o desemprego e o isolamento social aumentam.

**Nessa Childers (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor do relatório do senhor deputado Giegold porque temos de continuar a debater em pormenor as diferentes questões suscitadas no documento. Temos de garantir que a existência de diferentes regimes fiscais das empresas não permite que estas escapem à sua responsabilidade de ajudar a sociedade com uma parte dos seus lucros apurada nos termos de um regime fiscal das empresas justo. Devemos, porém, estar muito atentos aos efeitos negativos que a MCCCIS pode ter em pequenos países como a Irlanda, cuja prosperidade e cujos níveis de emprego dependem, em grande medida, da sua capacidade de atrair o investimento estrangeiro. O Partido Trabalhista Irlandês não concorda com a introdução da MCCCIS.

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EL) Abstive-me na votação deste relatório. Temos de compreender que a recessão não está para terminar, uma vez que a situação económica em quase todos os Estados-Membros é claramente negativa e o desemprego está a aumentar. O verdadeiro problema não tem a ver com finanças “sólidas”. Países como a Grécia enfrentam problemas com os empréstimos públicos devido aos ataques especulativos dos mercados e aos problemas institucionais e políticos da UEM. A crise dos défices públicos, que é um fenómeno generalizado em toda a UE, deve-se, entre outros factores, à fraude fiscal massiva, algo de que a Comissão se esquece. Por outro lado, os pacotes de apoio dos governos nacionais aos bancos aumentaram os défices públicos, conforme foi admitido pela Presidência espanhola em resposta à minha pergunta sobre este assunto. Seja como for, a insistência no Pacto de Estabilidade, especialmente no período de recessão, é desastrosa. Agudiza as desigualdades sociais e obriga a cortes no investimento público; aumenta o desemprego e defrauda as expectativas de crescimento dos países. Temos, portanto, de alterar o Pacto de Estabilidade anti-social e anti-crescimento e conceber um novo enquadramento para o desenvolvimento de uma política económica e social baseada no trabalho e nas necessidades sociais e num crescimento sustentável e possível.

**Proinsias De Rossa (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Num período de grave crise económica e social como este, temos de intensificar esforços para coordenar as estratégias de reformas macroeconómicas e estruturais a nível transfronteiras, tendo em vista a eliminação dos desequilíbrios que impedem a criação de emprego. Partilho as preocupações relativas aos desequilíbrios na zona do euro, designadamente a especulação no sector da construção, cujos excessos contribuem para os choques assimétricos, e insto a Comissão a ponderar

a criação de possíveis mecanismos tendentes a melhorar a governação económica da zona do euro e a travar a propagação desses desequilíbrios. A necessidade de uma regulação e uma supervisão mais rigorosas da crise financeira é mais urgente do que nunca. Todas as discussões a nível europeu sobre a matéria colectável comum consolidada do imposto sobre as sociedades têm de entrar em linha de conta com as necessidades das regiões da UE geograficamente periféricas, como a Irlanda, e com a sua capacidade para atrair IDE. A MCCCIS não implica uma taxa comum de imposto. A tributação das sociedades é da exclusiva competência de cada Estado-Membro. O objectivo da MCCCIS é a criação de uma base jurídica comum para o cálculo dos lucros das empresas com estabelecimentos em pelo menos dois Estados-Membros, que permita uma redução da carga burocrática das sociedades associada ao cumprimento das normas fiscais dos países onde exercem actividades.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Os Estados-Membros da União Europeia encontram-se actualmente, em consequência da crise financeira, económica e social, em grandes dificuldades reflectidas pela grave situação das suas contas públicas. A maior parte dos países regista níveis de endividamento excessivos, sendo urgentes medidas que contribuam para a estabilidade e o crescimento, de modo a que uma situação mais equilibrada seja alcançada.

É fundamental reduzir os níveis de endividamento público e rever as prioridades dos Estados, de modo a que seja feita uma eficiente afectação dos Fundos públicos, em particular de modo a criar as bases para políticas que fomentem o crescimento económico e, consequentemente, o bem-estar social. É fundamental rever a política de impostos para que estímulos adequados à economia sejam apresentados porque só com uma economia forte se poderão ultrapassar as actuais dificuldades e preparar o futuro.

**Marian Harkin (ALDE)**, *por escrito*. – (EN) Não concordo com o n.º 29, onde se apela à introdução da MCCCIS. Uma das coisas que nos dizem da MCCCIS é que será mais eficaz e simplificará as coisas. Uma vez que, de acordo com a versão actual, as empresas poderão optar por aderir ou não, acabaríamos por ter 28 bases tributáveis em vez das actuais 27, o que não é propriamente uma simplificação. De acordo com a actual proposta, a MCCCIS significaria a redistribuição dos lucros europeus por toda a UE e, nesse caso, um país como a Irlanda, que exporta muito do que produz, seria penalizado, porque os lucros seriam, obviamente, imputados ao ponto de venda. Parece um pouco estranho, porque a livre circulação de mercadorias é uma questão fulcral para a UE; portanto, se utilizássemos a MCCCIS, acabaríamos por penalizar os países exportadores. A sua introdução prejudicaria a capacidade da Europa para atrair o investimento directo estrangeiro, porque essas regras não se aplicariam directamente no Estado-Membro onde estivesse localizado, mas sim por referência a uma fórmula complicada que só pode ser calculada retrospectivamente, o que prejudicaria a nossa capacidade de atrair o investimento directo estrangeiro.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Voto contra este relatório que promove cegamente a lógica neoliberal, responsável pela crise económica, social e ambiental cujas consequências todos estamos a sofrer. O texto que nos é proposto, além de ser extremamente dogmático, demonstra desprezo pelos povos, em particular pelo povo da Grécia. Como pode o Parlamento aprovar um texto tão vergonhoso, que põe em causa a entrada da Grécia na zona euro por causa do défice orçamental criado pelas políticas que apoia? Esta Europa é, seguramente, mais um inimigo do povo.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A crise económica que se abateu sobre a UE, e que ainda se sente de forma bastante forte, veio revelar algumas lacunas no que respeita à política monetária da UE e às finanças públicas de alguns Estados-Membros. É necessário retirarmos lições dos erros cometidos para que, no futuro, os mesmos não sejam repetidos.

A UE tem que melhorar em vários aspectos, nomeadamente na política monetária, na melhoria da coordenação e cooperação em matéria de política económica, no controlo das finanças públicas dos Estados-Membros, tem de se preocupar em fazer face à dependência energética e criar um maior número de novos empregos em indústrias modernas e sustentáveis do ponto de vista ambiental.

**Georgios Papanikolaou (PPE)**, *por escrito*. – (EL) Votei a favor da proposta de resolução; num tom adequado e insistente, expõe ao Conselho o problema da diminuição prevista do emprego na União Europeia, particularmente no caso da Grécia, ao mesmo tempo que salienta as medidas extraordinárias de recuperação que têm de ser tomadas ao nível da Europa. Os n.ºs 12 a 18, que abordam a questão da melhoria da coordenação em matéria de política económica, realçam os desequilíbrios na zona do euro resultantes da falta de consistência entre as políticas económicas e, sobretudo, comerciais dos diversos Estados-Membros num período de recessão. Também considero que a recomendação oficial do Parlamento Europeu à Comissão no sentido de serem emitidas euro-obrigações e adoptada uma abordagem comum face aos desafios na zona

do euro (n.º 26) se reveste de uma importância especial no que respeita à política que a União Europeia decidir prosseguir no futuro próximo.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Compreendi a posição do relator, senhor deputado Giegold, e votei a favor do relatório. A Declaração Anual da Comissão sobre a zona do euro visa incentivar um debate alargado sobre as suas políticas económicas. Mais propriamente, apresenta, de um lado, os pontos de vista da Comissão sobre os desafios que a economia da zona euro tem de enfrentar e, do outro, a sua análise sobre a resposta adequada das políticas económicas.

**Czesław Adam Siekierski (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Na minha intervenção, falei da situação na zona do euro e nas finanças públicas em 2009. A opinião que exprimi através do meu voto tem um contexto mais alargado.

Conforme foi previsto pelos economistas, 2009 foi o ano mais difícil para os Estados-Membros atingidos pela crise. O PIB da União caiu 4%, a produção industrial 20%, o desemprego ascendeu as 23 milhões, e por aí adiante. Os custos do combate à crise conduziram ao drástico agravamento da situação das finanças públicas. Todavia, ainda antes da recessão, alguns países mostravam já um elevado nível de dívida pública, o que constituía uma violação do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

A crise financeira mostrou ser o maior desafio na história da zona do euro. De forma implacável, a crise pôs a nu os pontos fracos do sistema monetário comum. O mais grave destes é, inquestionavelmente, a existência de diferenças profundas entre os países da zona do euro em termos de estabilidade das respectivas finanças públicas e nível da dívida. Subitamente, tornou-se óbvio que o Pacto de Estabilidade e Crescimento, que, em princípio, deveria ser a garantia do respeito dos critérios de convergência, estava a ser desrespeitado pelas autoridades nacionais e também da UE. A falta de disciplina e a ausência de um sistema de sanções adequado conduziu, consequentemente, a uma crise da moeda comum. Muitos políticos que não apoiam a integração económica europeia já anunciaram o colapso da zona do euro e estão a difundir uma ideia de catástrofe de todo o processo de integração.

Penso, todavia, que estes pontos de vista não se justificam e são de natureza especulativa, pois a zona do euro tem pela frente a oportunidade de uma reforma exaustiva, que irá melhorar os mecanismos de supervisão e garantir maior coordenação. Basta-nos levar a cabo o processo com inteligência.

#### **Relatório: Sharon Bowles (A7-0059/2010)**

**Sebastian Valentin Bodu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A nomeação de um profissional distinto como Vítor Constâncio para Vice-Presidente do Banco Central Europeu valorizará as políticas económicas e financeiras preconizadas por essa instituição. Vítor Constâncio vai ocupar o cargo de Vice-Presidente do BCE numa altura difícil para a zona do euro. No entanto, as suas opiniões sobre a forma como a União Europeia deve reagir à crise na Grécia mostram claramente que tem visão e que sabe como proteger a moeda europeia. Vítor Constâncio tem um *curriculum* notável. O facto de ser Governador do Banco de Portugal confirma as suas credenciais enquanto profissional. Isto faz-me lembrar um episódio recente que envolveu a nomeação política de um vice-presidente para o Banco Nacional da Roménia em tudo contrastante com o perfil profissional de Vítor Constâncio. Felizmente, o Banco Nacional da Roménia tem também muitos profissionais, e a sua actuação no decurso da actual crise tem sido irrepreensível. Seja como for, os bancos nacionais são o último lugar para onde se devem fazer nomeações com base em critérios políticos, e não de competência. A audição de Vítor Constâncio na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu foi bastante exigente. Não obstante, o Governador do Banco de Portugal não vacilou uma única vez, exprimindo sucessivas opiniões muito consistentes e demonstrando ter uma perspectiva sólida quanto ao futuro da zona do euro.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Vítor Constâncio foi, ao longo dos anos enquanto Governador do Banco de Portugal, um seguidor fiel das orientações impostas pelo Banco Central Europeu aos Estados-Membros da União Europeia. Orientações profundamente lesivas para o interesse e a soberania nacionais e atentatórias dos direitos dos trabalhadores e do povo português.

São bem conhecidos os seus apelos constantes à moderação salarial num país em que abundam os baixos salários e que apresenta gritantes desigualdades sociais, fruto também de uma injusta repartição dos rendimentos, penalizadora do trabalho em favor do capital. Como conhecidas são também as suas falhas ao nível do desempenho das funções de supervisão do sistema bancário que lhe estavam cometidas.

A defesa dos critérios irracionais do Pacto de Estabilidade, das orientações relativas a políticas cambiais e de outras orientações macroeconómicas, a desvalorização da produção e do trabalho - de que Vítor Constâncio tem sido protagonista - continuarão, como até aqui, a contar com a nossa mais firme e viva oposição.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito.** – Esta votação sobre a recomendação do Conselho relativamente à nomeação de Vítor Constâncio como Vice-Presidente do Banco Central Europeu não nos surpreende. As suas actuações enquanto Governador do Banco de Portugal sempre foram em consonância com as orientações liberais do BCE.

As políticas seguidas e impostas pelo BCE aos Estados-Membros da União Europeia, profundamente lesivas para o interesse e soberania nacionais e atentatórias dos direitos dos trabalhadores e do povo português, são, na sua essência, as mesmas que Vítor Constâncio defendeu e defende enquanto Governador do Banco de Portugal. É contra essas políticas que iremos continuar a lutar, independentemente de que seja membro da sua direcção.

Por isso, votámos contra este relatório, dado que nas respostas que ali são dadas, é a mesma linha do Banco Central Europeu que é reafirmada, com a defesa dos critérios irracionais do Pacto de Estabilidade, das orientações relativamente a políticas cambiais e outras orientações macro-económicas, desvalorizando sempre o papel da produção e do trabalho.

**Astrid Lulling (PPE), por escrito.** – (FR) Foi com pleno conhecimento de causa que recusei dar a minha aprovação à nomeação de Vítor Constâncio como futuro Vice-Presidente do Banco Central Europeu. A sua pessoa não está em causa, nem as suas competências, que, diga-se, faz valer com algum talento. Gostaríamos muito de poder acreditar nele.

Simplemente, os milhares de portugueses arruinados devido à sua leviandade e imprudência são a prova viva de um passado desastroso enquanto Governador do Banco de Portugal. Três episódios de tal importância são demasiados casos para um só homem.

Como pode alguém que fracassou no seu país aspirar a um cargo de supervisão na Europa? Em jeito de provocação, afirmei que é um pouco como dar barras de dinamite a um pirómano.

Essas palavras tiveram uma enorme repercussão em Portugal. Os portugueses não compreendem, como eu não compreendo, que alguém que falhou rotundamente possa ser promovido ao nível máximo.

Falando em termos gerais, lamento que o Parlamento Europeu não siga o exemplo do Senado dos Estados Unidos quando faz nomeações que são decisivas para o futuro da União Europeia.

**Nuno Melo (PPE), por escrito.** – Em 2008, participei durante meses numa Comissão de Inquérito, na Assembleia da República Portuguesa, que descobriu e denunciou falhas graves de supervisão, que tiveram como consequência a nacionalização de um banco, em 2008, e que levaram a que, ainda hoje, centenas de clientes não possam movimentar o dinheiro que investiram (muitas vezes, poupanças de uma vida) num outro banco. Refiro-me ao BPN e ao BPP.

Ao tempo, critiquei publicamente, por diversas vezes, mesmo perante o próprio, o desempenho do Dr. Victor Constâncio enquanto supervisor à frente do Banco de Portugal. O facto de ser português e a solidariedade que tenho para com o PPE impedem-me de votar contra. Mas, em consciência, e até por honestidade intelectual, não poderia votar a favor de uma nomeação que o levará exactamente à supervisão, desta feita, no BCE.

#### **Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0039/2010)**

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D), por escrito.** – (LT) Apoiei a nomeação de Rasa Budbergytė para o cargo de membro do Tribunal de Contas. A sua nomeação é muito bem vista na Lituânia e na Europa, porque possui uma vasta experiência profissional e criou um sistema de auditorias independente e de elevada qualidade na Lituânia. Na Comissão do Controlo Orçamental, a sua nomeação foi amplamente apoiada – quase todos os membros aprovaram a sua nomeação. Trata-se de uma especialista competente, cujas experiência profissional e qualidades pessoais lhe permitirão executar, de forma irrepreensível, todas as tarefas inerentes ao cargo de membro do Tribunal de Contas Europeu. Além disso, Rasa Budbergytė prometeu publicamente organizar o seu trabalho com independência e de acordo com as normas de auditoria, tendo em conta os requisitos éticos. Promete que, se for nomeada para este cargo, desenvolverá o seu trabalho de acordo com dois princípios. Primeiro, o respeito absoluto pelas normas de auditoria internacionais e pelas práticas e procedimentos de auditoria introduzidos pelo Tribunal de Contas Europeu. Segundo, a eficiência no



desempenho das suas funções pessoais, das funções no grupo/Parlamento e das funções como membro do colégio do Tribunal de Contas Europeu. Tenciona reforçar a cooperação interinstitucional do Tribunal de Contas Europeu com o Parlamento Europeu e, em particular, com a Comissão do Controlo Orçamental. Estou convencida de que, enquanto auditora, demonstrou a sua competência e profissionalismo no domínio da auditoria. Estou certa de que o seu trabalho exemplar constituirá um excelente contributo para toda a União Europeia.

**Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0038/2010)**

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (LT) A nomeação de Szabolcs Fazakas para o cargo de membro do Tribunal de Contas Europeu deu origem a um debate aceso e polémico no seio da Comissão do Controlo Orçamental. Embora a sua nomeação já fosse conhecida desde Novembro, só alguns dias antes da sua audição na comissão foram divulgadas informações sobre uma alegada colaboração de Szabolcs Fazakas com a polícia secreta do seu país. Surpreende-me que só agora, numa altura em que a Hungria se prepara para eleições, seja levantada a questão da competência de Szabolcs Fazakas, uma vez que, durante os cinco anos em que Szabolcs Fazakas foi deputado ao Parlamento Europeu, presidente da Comissão do Controlo Orçamental e Questor, a questão da sua competência e aptidão para o desempenho das suas funções nunca se colocou. Estou certo de que o Parlamento Europeu não é o palco apropriado para jogos políticos nebulosos; por conseguinte, apoiei a nomeação de Szabolcs Fazakas. Penso que, entre Novembro e a audição, houve tempo suficiente para as partes interessadas fornecerem informações devidamente fundamentadas sobre as circunstâncias que poderiam ter influenciado a nomeação de Szabolcs Fazakas para o Tribunal de Contas Europeu e garantirem uma avaliação parlamentar exaustiva, mas nada fizeram.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Compreendem-se as objecções de quem não gostaria de ver acontecer a nomeação em causa. Todavia, fazendo doutrina deste critério, razões de militância na extrema esquerda comunista ou de inspiração comunista, um pouco por esta Europa, responsável por tantos e diversificados actos passíveis da maior censura, implicaria que muitos outros também não o pudessem ser. E assim sendo, justifica-se a minha abstenção.

**Rareș-Lucian Niculescu (PPE)**, *por escrito*. – (EN) Votei contra Szabolcs Fazakas porque, na sua autobiografia oficial, omitiu a informação de que, desde 1976 até ao colapso da ditadura comunista, em 1989, foi agente da polícia secreta da Hungria. De acordo com documentos oficiais do Arquivo Histórico dos Serviços de Segurança Estatal da Hungria, Szabolcs Fazakas foi recrutado em 1976 pelos Serviços de Segurança do Estado, a polícia secreta comunista, “por patriotismo” (ou seja: entrou voluntariamente para os serviços), para exercer actividades de contra-espionagem.

**Ślawomir Witold Nitras (PPE)**, *por escrito*. – (PL) A propósito da votação de hoje sobre a nomeação dos candidatos ao cargo de membros do Tribunal de Contas Europeu, quero expressar o meu apoio à decisão que tomámos quanto à candidatura de Szabolcs Fazakas, que tem sido objecto de controvérsia.

De acordo com documentos oficiais, Szabolcs Fazakas apoiou, durante vários anos, a ditadura comunista na Hungria, integrando os Serviços de Segurança do país. Os factos que todos conhecem lançam uma nuvem negra sobre o seu *curriculum vitae* e deviam ter sido tomados em conta numa fase anterior. A UE sempre defendeu a democracia, a liberdade de expressão e a liberdade de consciência, valores que foram desrespeitados durante décadas pelo regime socialista, tanto na Hungria como nos outros países que integravam o então chamado Bloco de Leste. É verdade que os tempos mudaram e que, hoje, desfrutamos de amplas liberdades, mas não nos podemos esquecer daqueles que as reprimiram.

**Traian Ungureanu (PPE)**, *por escrito*. – (EN) A votação favorável a Szabolcs Fazakas é decepcionante. Cria um grave precedente. Votei com o PPE contra a confirmação de Szabolcs Fazakas como membro do Tribunal de Contas Europeu. Não se tratava de uma votação normal. Szabolcs Fazakas é suspeito de ser um antigo colaborador dos serviços secretos comunistas. A imprensa húngara elaborou um documento sobre o assunto. Ouviram-se várias opiniões condenando eventuais “represálias” contra Szabolcs Fazakas. Pediam que o passado não fosse ressuscitado. É um erro. O passado não morreu. A vida de dezenas de milhões de europeus orientais ainda está ensombrada pelos horrores do comunismo. Se o passado está morto, então não faz sentido viver de acordo com normas e valores. Essa seria uma receita para políticas de menor responsabilidade. Os cargos públicos perderiam dignidade. Qualquer pessoa, mesmo corrupta ou sem princípios, poderia candidatar-se a um cargo público. Se há políticos que ainda desconhecem a história do comunismo na Europa Oriental, a sua opinião não está devidamente fundamentada. Os responsáveis pelo vexame comunista não deviam participar na ordem democrática que tentaram suprimir. Szabolcs Fazakas escondeu o seu passado e mentiu quando o questionaram sobre ele. Esta falta de honestidade não deveria ser premiada.

**Relatório: Inés Ayala Sender (A7-0041/2010)**

**Jarosław Leszek Wałęsa (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Nesta sessão plenária, votámos o relatório sobre a nomeação de Augustyn Bronisław Kubik para o cargo de membro do Tribunal de Contas.

Augustyn Bronisław Kubik é, presentemente, Subsecretário de Estado do Ministério para o Desenvolvimento Regional. Anteriormente, ocupou os cargos de Assessor do Presidente da Câmara Suprema de Auditoria e de Inspector-Chefe de Auditoria Interna no Ministério das Finanças. O desempenho de Augustyn Kubik no decurso da audição no Parlamento Europeu foi muito positivo, e a sua candidatura não suscitou dúvidas. Possui a experiência profissional adequada ao cargo de membro do Tribunal de Contas e será a pessoa certa no lugar certo. Consequentemente, decidi apoiar a sua candidatura.

**Relatórios: Inés Ayala Sender (A7-0037, 0039, 0040, 0041, 0042, 0043, 0044, 0045 e 0046/2010)**

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – O Tribunal de Contas é uma instituição fiscalizadora, que verifica a legalidade e a regularidade das receitas e despesas da União Europeia, bem como a boa gestão financeira, exercendo as suas funções com total independência. Dentro deste espírito, a nomeação das individualidades que o compõe tem se reger por critérios de competência e independência.

Assim, por iniciativa do Conselho foram indigitadas várias personalidades, de variados países da UE, para o Tribunal de Contas. Todos apresentaram os seus *Curriculum Vitae*, responderam a um questionário escrito e foram ouvidos na Comissão do Controlo Orçamental, tendo os mesmos, na sua maioria, apresentado argumentos suficientes para justificarem a nomeação para o Tribunal de Contas para aí desempenharem as suas funções de forma competente e independente.

**Relatório: Alexander Graf Lambsdorff (A7-0049/2010)**

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Apoio totalmente estas recomendações. Penso que o papel externo reforçado da UE deve servir para promover o diálogo com os principais parceiros e para construir uma UE mais forte. A UE e os seus Estados-Membros são dos maiores contribuintes para o orçamento das Nações Unidas. Para nos assegurarmos de que os valores e os interesses da União estão representados de modo efectivo e coerente no sistema das Nações Unidas, é preciso que a UE fale a uma só voz. A União deve apoiar activamente o processo de reformas do sistema das Nações Unidas e, especialmente, a reforma do Conselho de Segurança. Penso que um lugar para a UE num Conselho de Segurança alargado deve continuar a ser um objectivo da União Europeia.

**Anna Maria Corazza Bildt, Christofer Fjellner, Gunnar Hökmark e Anna Ibrisagic (PPE)**, *por escrito*. – (SV) O relatório que contém uma proposta de recomendação do Parlamento Europeu ao Conselho referente à 65.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (A7-0049/2010) foi hoje, dia 25 de Março de 2010, adoptado sem votação pelo Parlamento Europeu. Gostaríamos de, por este meio, declarar que não apoiamos a passagem do relatório onde se lê que o Conselho deve ser instado a propor mecanismos de financiamento inovadores como, por exemplo, uma taxa internacional sobre as transacções financeiras.

**Proinsias De Rossa (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Fui a favor da recomendação do Parlamento Europeu ao Conselho relativa à 65.ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas que apela ao reforço da visibilidade da UE nas Nações Unidas. A União Europeia deve apoiar e incentivar a reforma da governação global, em particular no que respeita ao Conselho de Segurança, cuja estrutura actual não reflecte as realidades do século XXI. Há que continuar a insistir no objectivo de obter um lugar para a UE num Conselho de Segurança alargado. Se quisermos que a União Europeia desenvolva abordagens multilaterais aos desafios globais, os seus Estados-Membros têm de agir de forma coerente e consistente a nível das Nações Unidas, particularmente tendo em conta as próximas conferências de revisão dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e do Tratado de Não Proliferação, bem como a revisão do estatuto do Conselho dos Direitos do Homem e dos métodos de trabalho. Temos de insistir na participação mais forte das assembleias nacionais e transnacionais nos trabalhos das Nações Unidas, a fim de reforçar a legitimidade e a natureza democrática da ONU. Os Estados-Membros devem envidar todos os esforços para que esta matéria seja incluída na agenda da Assembleia.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Num momento de grave crise social, com agravamento da pobreza e do desemprego resultante da crise do capitalismo, ainda mais importante se torna esta 65ª da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

São muitas as questões de interesse no plano mundial, com destaque para o acompanhamento do grau de concretização dos objectivos e das metas do milénio como resultados mínimos a alcançar até 2015, combatendo quaisquer tentativas para atenuar, enfraquecer ou protelar as promessas efectuadas.

Por isso, é importante tentar obter um acordo, entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento, sobre uma acção acelerada que inclua programas e compromissos claros e concretos, dado que a comunidade internacional está longe de honrar os seus compromissos relativos à realização dos Objectivos do Milénio e que, se não forem tomadas as medidas adequadas, poderemos ter cerca de 1 500 milhões de trabalhadores em situação de pobreza por causa do desemprego e do trabalho precário e mal pago.

**Krzysztof Lisek (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Gostaria de dizer que estou satisfeito pelo facto de no texto da proposta de uma recomendação do Parlamento Europeu ao Conselho sobre as prioridades da União Europeia para a 65.<sup>a</sup> Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas o relator ter incluído questões relativas ao tema extremamente importante da cooperação entre a ONU e a UE no domínio da gestão de crises. Muito recentemente, os sismos no Haiti e no Chile demonstraram a extrema vulnerabilidade das pessoas ao sofrimento e aos prejuízos causados por catástrofes naturais. Entretanto, em ambos os países, a cooperação entre a UE e a ONU funcionou de forma muito positiva durante o salvamento e auxílio às vítimas. Sou de opinião que devemos agora centrar-nos na optimização dessa cooperação, a fim de retirar o maior partido dos recursos disponíveis, para podemos não apenas salvar tantas vítimas quanto possível, tão depressa quanto possível, mas também para permitir-lhes sobreviver numa fase posterior. Além disso, outra questão fundamental é o auxílio à manutenção da ordem e à reconstrução em países atingidos por catástrofes. Apesar de todos os Estados-Membros da União pertencerem também às Nações Unidas e de a UE possuir o estatuto de observador permanente na ONU, é difícil desenvolver uma posição harmoniosa, partilhada por todos os países da UE. Estou certo de que, em assuntos relativos à cooperação eficaz durante as operações de ajuda em situações de crise provocadas por catástrofes naturais, o desenvolvimento de uma abordagem comum e construtiva é prioritário.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Considero que é impossível votar a favor deste texto, apesar de lhe reconhecer determinadas qualidades. É verdade que promove a não proliferação de armas nucleares e o controlo de todas as armas. É verdade que promove a abolição da pena de morte. No entanto, ainda promove a utilização e investigação no domínio da energia nuclear civil que, como todos sabem hoje, devem ser urgentemente abandonadas; ainda apoia a existência do G20, que não tem qualquer legitimidade; e ainda salienta a importância do “princípio da responsabilidade de proteger”, cuja definição é tão vaga que constitui um convite a todos os tipos de interferência na soberania nacional dos povos. Por todas essas razões, e outras que eu não posso enumerar aqui, este texto não me parece digno da União Europeia tal como a concebo.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A próxima sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas é mais uma oportunidade para a UE se apresentar como o verdadeiro catalisador da paz e da solidariedade mundial. Não podemos esquecer que a UE é o principal financiador das Nações Unidas, com 40% do orçamento estimado da Organização, 40% dos custos da manutenção da paz e 12% das tropas em zonas de conflito. É também a primeira Assembleia-Geral em que vai ser representada pela Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança.

Assim sendo, temos que assumir o nosso papel de actores principais, redefinindo o papel da União nas Nações Unidas, preocupando-nos com a governação Global e com a reforma das Nações Unidas, com a paz e a segurança e com o desenvolvimento e as alterações climáticas.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) O relatório elaborado pelo senhor deputado Lambsdorff, de nacionalidade alemã, constitui uma apresentação muito completa e competente das diferentes áreas de responsabilidade e dos objectivos futuros da Organização das Nações Unidas na perspectiva da União Europeia. Não há dúvida de que a ONU e o seu papel no sistema internacional devem ser reforçados em todo o mundo através de reformas adequadas. A reforma do sistema de cooperação para o desenvolvimento, que é referida no relatório, deve ser também apoiada. Este aspecto tem de ser urgentemente tratado, uma vez que a actual política de ajuda ao desenvolvimento não produziu os resultados pretendidos. Portanto, não entendo por que motivo o relatório insta os Estados-Membros a aumentarem significativamente as suas contribuições no período que antecede as reformas. A ajuda ao desenvolvimento deve ser revista, reorganizada e reestruturada em conjunto com os países em desenvolvimento. As declarações sobre a política climática, que envolvem uma teimosa recusa em dialogar com os críticos do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas e que tratam as conclusões do IPCC como dogmas, são também problemáticas. Por essa razão, abstive-me na votação final.

**Søren Bo Søndergaard (GUE/NGL), por escrito.** – (DA) Reconheço e apoio plenamente as metas das Nações Unidas relativas ao desarmamento nuclear, à integração das questões de género, à luta contra a pobreza, aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e o papel importante da Organização das Nações Unidas no domínio da promoção dos direitos humanos e do combate às alterações climáticas. Se me abstenho de votar é porque o relatório pretende impedir cada Estado-Membro de apresentar as suas opiniões na ONU, por exemplo, nos casos em que têm uma posição mais crítica do que a UE relativamente a diversas ditaduras. Além disso, o relatório associa repetidamente os instrumentos civis aos instrumentos militares, algo que não posso apoiar.

#### **Proposta de resolução RC-B7-0222/2010**

**Zigmantas Balčytis (S&D), por escrito.** – (EN) Os Roma europeus tornaram-se, na sua maioria, cidadãos comunitários após os alargamentos de 2004 e 2007, beneficiando do direito que assiste aos cidadãos comunitários e suas famílias de circular livremente e residir no território dos Estados-Membros. No entanto, em alguns Estados-Membros com uma percentagem significativa de população Roma, esta é ainda confrontada com inúmeros problemas, tais como a segregação na educação, a habitação, taxas de emprego extremamente baixas e desigualdade no acesso aos cuidados de saúde e aos serviços públicos. A UE e os Estados-Membros partilham a responsabilidade de promover e garantir a inclusão dos Roma e de respeitar os seus direitos fundamentais enquanto cidadãos europeus, para além de intensificar os seus esforços tendo em vista a obtenção de resultados palpáveis.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D), por escrito.** – (LT) Votei a favor desta resolução dado que os Roma europeus continuam a ser vítimas de grande discriminação e, em muitos casos, a sofrer de pobreza extrema e de isolamento social. Gostaria de chamar a atenção para o facto de a situação da maioria dos Roma que vivem em muitos Estados-Membros diferir da situação de outras minorias étnicas europeias, pelo que devemos tomar as medidas necessárias a nível da UE e estabelecer uma estratégia comum para combater a discriminação contra esta população. Concordo com o apelo lançado pelo Parlamento Europeu aos novos membros da Comissão no sentido de considerar prioritárias, nas suas áreas de competência, as questões relacionadas com os Roma e de dedicar a atenção necessária à aplicação da estratégia relativa à inclusão da população Roma. Gostaria de sublinhar que, numa sociedade democrática e livre, temos de honrar os direitos e as liberdades fundamentais de todos os povos. Portanto, a Comissão e os Estados-Membros devem chegar a um acordo e encontrar um diálogo comum sobre a situação dos Roma e tomar medidas para combater a sua discriminação. A estratégia só será activamente aplicada quando tivermos encontrado uma abordagem europeia comum relativamente às questões dos Roma europeus. Apoio igualmente a posição do Parlamento de que devemos incluir representantes da comunidade Roma no processo de preparação para a política da UE relativa a esta população.

**Sebastian Valentin Bodu (PPE), por escrito.** – (RO) A União Europeia está ciente dos problemas enfrentados pela minoria Roma, conforme demonstrado pelo número de relatórios debatidos e cujas decisões foram aplicadas, nomeadamente o financiamento substancial destinado aos programas de inclusão social dos Roma que, no entanto, não tiveram o impacto previsto. Estamos, no entanto, a falar de uma minoria de 10 a 12 milhões de pessoas em toda a Europa que vivem de acordo com as suas próprias regras já com centenas de anos e que consideram que é natural agirem assim, isolados numa maioria. De acordo com algumas estimativas, na Roménia a minoria Roma conta com mais de 2 milhões de cidadãos. É mais numerosa que a minoria húngara e, dirão alguns com lógica, mais poderosa. No entanto, a minoria Roma na Roménia não conseguiu indicar um líder para a representar em público ou no Parlamento romeno. Esse facto pode também ser a razão do insucesso total de todos os programas de inclusão social a nível nacional. Neste momento, dado que a população Roma está a disseminar-se pelo território de vários Estados europeus e é conhecida pela sua propensão para a migração e participação em actividades criminosas (um facto que levou à utilização do termo “cigano” para referir também muitos outros cidadãos), a solução para o problema da inclusão social tornou-se uma questão comunitária. É provável que nos casos em que os Estados-Membros não obtiveram resultados positivos (algo pelo qual são frequentemente criticados), a União Europeia consiga ter sucesso.

**Maria Da Graça Carvalho (PPE), por escrito.** – A Segunda Cimeira Europeia sobre os Roma representa uma aposta no diálogo sobre a diversidade cultural e sobre o que esta representa em termos de riqueza humana.

A educação é a chave no processo de integração. Ao oferecer educação e formação estamos a lutar contra a exclusão, o desemprego e a discriminação. Estamos também a garantir uma sociedade mais justa, mais criativa e mais dinâmica.

É importante integrar as minorias étnicas não só no mercado de trabalho, mas também em todas as esferas da sociedade. Proteger os direitos fundamentais e criar um espaço comum de Liberdade, Segurança e Justiça são objectivos da integração europeia.

Aplaudo todos aqueles que promovem a integração a nível local, incluindo políticos, professores e associações, pois são estes, muitas vezes, os responsáveis pelo acesso à habitação, aos cuidados de saúde, à educação, à cultura e a um aumento da qualidade de vida.

Apele à União Europeia e aos Estados-Membros para que promovam esforços concertados e para que apostem em estratégias políticas com compromissos legislativos claros e dotações orçamentais credíveis.

É importante adoptar uma posição comum sobre política de financiamento através dos Fundos Estruturais e dos Fundos de pré-Adesão.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – Estima-se que entre 10 a 12 milhões de ciganos vivam na UE, constituindo uma das mais importantes minorias étnicas na Europa. A maioria dessas pessoas vive em condições de extrema pobreza e à margem da sociedade, tendo um acesso limitado ao emprego, à educação e aos cuidados de saúde. Esta minoria étnica continua a ser vítima de discriminação e de exclusão social, não obstante os esforços desenvolvidos para sua integração.

A UE tem vindo a apoiar os esforços dos EM no sentido de pôr em prática políticas eficazes, nomeadamente apoiando projectos específicos e tentando garantir uma aplicação correcta e eficaz das leis de combate à discriminação. Teve lugar este mês, em Bruxelas, uma conferência onde foram apresentados os vários projectos da UE que estão a ser desenvolvidos. A discussão dos resultados deverá ter lugar na 2.<sup>a</sup> Cimeira sobre os Roma, no próximo mês de Abril, em Córdoba. Espero que os resultados desta cimeira possam contribuir para que se venha a alcançar um forte compromisso político europeu relativo à futura estratégia de promoção da inclusão dos povos ciganos na vida económica, social e cultural da Europa e a assegurar a igualdade de oportunidades para todos na UE, incluindo os Roma.

**Ioan Enciu (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Todos os países que possuem uma grande população Roma têm políticas para a sua integração, mas que só são aplicadas por sector, enquanto as outras políticas não consideram factores específicos, o que as torna, em última instância, ineficazes. Deve fazer-se uma análise de todas as práticas que tenham obtido sucesso na integração dos Roma, utilizando-as como base para elaborar e aprovar finalmente uma estratégia europeia para tratar dos problemas deste grupo que é, como se sabe, a maior minoria no território da UE. Há que continuar a colocar a tónica na educação, na escolarização das crianças, na formação profissional, na entrada faseada no mercado de trabalho, na capacitação das mulheres, na racionalização do sistema de segurança social, etc. Também neste domínio, é necessária uma cooperação muito mais estreita entre a Comissão Europeia e os governos dos Estados-Membros relativamente aos projectos de financiamento através dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, bem como programas específicos que se centrem mais na capacitação individual do que na hierarquia tradicional. A meu ver, uma ampla campanha de informação destinada ao público em geral e à população Roma, que contrarie o sentimento de exclusão da população Roma da vida social europeia e que coloque uma forte ênfase nos princípios da igualdade de tratamento e da não discriminação, é um componente vital desta sinergia de medidas da UE.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – As comunidades ciganas existem por toda a Europa há já muitos séculos e ainda há bem pouco tempo eram alvo de perseguição por parte de muitos dos Estados-Membros. O seu nomadismo tradicional, as actividades a que se dedicavam, a elevada taxa de endogamia e a exclusão a que eram votados concorriam para que aos integrantes destas comunidades fosse colado o rótulo de indesejáveis, perigosos e anti-sociais.

Persistem, ainda hoje, não só estes preconceitos, como também as consequências que lhes são historicamente inerentes, sendo ainda hoje os ciganos uma das comunidades em que a taxa de escolaridade é mais baixa e a criminalidade mais se propaga. Caberá aos sociólogos e historiadores aferir quais as causas e quais as consequências das questões que envolvem os ciganos.

Aos políticos pede-se que sejam capazes de poder fazer alguma coisa pelas comunidades que servem. É, por isso, particularmente importante que, com base em estudos sérios e aprofundados sobre esta temática, se apontem caminhos e se tomem medidas concretas visando combater a exclusão dos ciganos e promover a sua verdadeira integração nas sociedades em que vivem.

**Carlo Fidanza (PPE)**, *por escrito*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a presente resolução faz referência a determinados princípios que não devem ser subestimados, tais como a importância da luta contra a discriminação da população Roma e a necessidade de integrar esta minoria através de uma estratégia global.

As propostas apresentadas são todas propostas válidas, mas não levam em conta o estado de degradação, por vezes por opção própria, de muitas comunidades Roma em alguns Estados-Membros, como em Itália. As actividades ilegais (furtos, roubos por esticção, mendicidade, prostituição), por vezes ainda agravadas pela exploração de crianças para esses fins e um desejo quase inexistente de integrar e viver uma vida civilizada, são as características predominantes de algumas comunidades Roma em Itália.

A resposta a esta situação crítica deve ser a plena aplicação da Directiva 2004/38/CE, relativa à livre circulação dos cidadãos da UE, que prevê o afastamento de cidadãos da UE que, após uma estadia de três meses num Estado-Membro, não consigam apresentar uma fonte de rendimento regular e que se recusem a dar início ao processo de integração proporcionado pelas autoridades nacionais ou locais.

Não basta uma “integração” genérica. Necessitamos de programas que visem habituar as comunidades Roma a respeitar o Estado de direito e as normas sociais e de determinadas medidas punitivas destinadas aos que se excluem desse processo. Caso contrário, o justo apelo ao respeito por uma minoria corre o risco de se transformar numa forma de discriminação inversa, em detrimento de todos os cidadãos honestos que são vítimas dos crimes e abusos cometidos por muitos Roma.

A integração não pode existir sem respeito pelas regras e as minorias Roma não estão isentas do cumprimento desse princípio. Foi por estas razões que me abstive de votar a resolução e me afastei da posição do meu grupo político.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Na resolução sobre a Segunda Cimeira Europeia sobre os Roma, que se realiza em Córdoba, a 8 e 9 de Abril, expressa-se a preocupação face à discriminação sofrida pela comunidade cigana nos domínios da educação, da habitação, do emprego e da igualdade de acesso aos sistemas de saúde e a outros serviços públicos, bem como o nível surpreendentemente baixo da sua participação na vida política.

Entretanto, o Parlamento Europeu solicitou à Comissão Europeia que elabore novas propostas em matéria de inclusão social dos Roma e exorta os Estados-Membros a maiores esforços visíveis para dar resposta aos seus justos direitos, tendo em conta que as medidas de combate à discriminação são insuficientes para facilitar a inclusão social dos Roma, sendo necessários esforços concertados a nível da União Europeia, incluindo em termos financeiros.

Na resolução recomenda-se que o Conselho adopte uma posição comum sobre as políticas de financiamento a título dos Fundos Estruturais e dos Fundos de Pré-Adesão de forma a reflectir o compromisso político europeu para promover a inclusão da comunidade cigana.

Esperamos que esta Segunda Cimeira Europeia sobre os Roma se centre em compromissos políticos estratégicos que dêem conta de uma vontade política de colmatar o fosso existente entre as comunidades Roma e as populações maioritárias em diversos Países.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) Esta resolução é mais um daqueles textos em que exige que se dê prioridade absoluta a determinada categoria de pessoas, uma categoria que deve, naturalmente, beneficiar de uma atenção especial e ser tida em conta em todas as políticas nacionais e europeias. Estamos hoje a falar dos cerca de 10 ou 12 milhões de cidadãos Roma que vivem na UE. Quando comparados com outros, aqui analisados noutras ocasiões, coloca-nos face a uma hierarquia de pessoas que coloca a minoria Roma no topo, depois os migrantes de fora da Europa, a seguir os europeus de origem não europeia e, por fim, mesmo no fundo, os de origem europeia. Se a isso acrescentarmos a “dimensão de género” e o culto reinante dos jovens, podemos concluir que, na vossa denominada União Europeia, não é bom ser homem, de meia-idade, europeu e de origem europeia e que não pertença a nenhuma minoria étnica, cultural, religiosa ou sexual por vós identificada como tal. Para quando a criação, finalmente, de uma política que sirva em primeiro lugar os europeus? Quando será dada prioridade aos trabalhadores pobres, às classes médias esmagadas pelos impostos, aos desempregados e às famílias que são simplesmente europeias e constituem a grande maioria dos habitantes da União Europeia e que são os cidadãos pelos quais somos responsáveis e em que os Senhores só pensam em vésperas de eleições?

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Apoiei a presente resolução, já antes da Cimeira de Córdoba em 8 de Abril de 2010 porque a inclusão dos Roma em todas as esferas da sociedade deve ser uma das prioridades a defender a nível europeu. Na minha opinião, não devemos apenas salientar a situação dos Roma na Europa Oriental, onde são vítimas de uma discriminação significativa, mas devemos também estar cientes do facto de estes problemas permanecerem igualmente acentuados, mas de forma ainda mais insidiosa noutros países europeus, como a França. Temos também de questionar a eficácia das medidas aplicadas e procurar formas de as melhorar para atingir verdadeiramente os seus objectivos de permitir a integração socioeconómica e a realização da plena cidadania europeia para a minoria Roma.

**Cătălin Sorin Ivan (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor da resolução sobre a integração da população Roma com base na convicção de que esta minoria europeia necessita de políticas específicas que devem ser rapidamente executadas. Apesar de já estarmos a meio da década dedicada à inclusão dos Roma, os problemas relacionados com o ensino, o emprego, o desenvolvimento regional, etc., mantêm-se e estão mesmo a agravar-se em alguns Estados-Membros. Concordo com a necessidade de redefinição dos princípios, mas acredito que devemos conceber uma estratégia transversal horizontal que trate os problemas desta minoria de uma forma integrada, embora não exclusiva. Estamos a utilizar esta resolução para exortar os novos comissários a concederem prioridade aos aspectos abrangidos pelas suas esferas de competência relacionados com os Roma e a abandonarem a política actual, que é prolixa, mas não apresenta quaisquer medidas reais. As nossas expectativas para a Cimeira de Córdoba são grandes, mas as necessidades da população Roma, que aguarda os resultados em matéria de respeito pelos seus direitos e das políticas de combate à discriminação, são ainda maiores.

**Livia Járóka (PPE)**, *por escrito*. – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de saudar a aprovação da proposta de resolução apresentada conjuntamente pelos seis maiores grupos políticos neste Parlamento em que, reiterando a resolução do mandato anterior, do início de 2008, a Comissão Europeia é uma vez mais instada a desenvolver uma estratégia europeia abrangente relativa aos Roma, destinada a sanar a exclusão económica e social de que esta minoria é vítima na Europa. A proposta aponta correctamente que as medidas de combate à discriminação são, em si mesmas, insuficientes para promover a integração social dos Roma. São necessários esforços concertados a nível comunitário assentes numa base jurídica sólida para reunir todos os intervenientes no domínio social e institucional e há, simultaneamente, que pressionar os participantes a cumprirem as suas próprias promessas.

Além disso, é extremamente importante que a resolução adopte uma posição clara, que vá além dos instrumentos legislativos de carácter não vinculativo, de apoio a compromissos legislativos vinculativos e a contribuições orçamentais realistas. Para concluir, permitam-me que manifeste a minha esperança de que a Comissão Europeia, em conformidade com a instrução explícita do Parlamento e com a aprovação do Conselho Europeu, coloque o mais rapidamente possível em marcha o complexo programa de desenvolvimento descrito na resolução. Esse programa pode pôr termo à perpetuação da pobreza extrema que atinge os Roma geração após geração, pode permitir o desenvolvimento de esforços concertados simultaneamente em todas as áreas políticas conexas e a pronta intervenção em regiões confrontadas com graves desvantagens estruturais e que estão a transformar-se em guetos.

**Timothy Kirkhope (ECR)**, *por escrito*. – (EN) Eu e os meus colegas do Grupo ECR concordamos com a maior parte deste relatório e apoiamos inteiramente a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas independentemente da raça, religião, género ou orientação sexual.

No entanto, apesar de apoiarmos plenamente a integração da população Roma na União Europeia, temos sérias dúvidas no que diz respeito à intervenção da UE em questões que consideramos serem atribuições de cada um dos Estados-nações, tais como o acesso aos cuidados de saúde, à educação, ao emprego e à habitação.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A UE é um espaço de solidariedade e inclusão, pelo que deverá fazer o necessário para que os Roma deixem de ser alvo de discriminação e para que tenham os mesmos direitos em matéria de educação, emprego, saúde e alojamento em todos os Estados-Membros, bem como naqueles que, no futuro, pretendam integrá-la.

Há que dar passos decisivos para que a discriminação deixe de ser uma realidade, mas para isso será necessário que os Roma não se auto-excluam e ajudem na sua integração num espaço europeu que se quer de inclusão.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Muitas das pessoas que se dedicam à mendicância nos países ocidentais são oriundas da Eslováquia, da Roménia e da Bulgária e a sua maioria pertence à minoria Roma. Durante muito tempo foram feitas tentativas para melhorar a condição de miséria social dos Roma que vivem à margem da sociedade, em barros de lata ou acampamentos. Simplesmente injectar dinheiro nas

comunidades Roma não produz quaisquer resultados positivos, tal como as experiências passadas já demonstraram. A chave para o êxito reside na educação, porque é a única forma de criar oportunidades a longo prazo para viver um tipo de vida diferente. Em princípio, as medidas para combater a pobreza na Europa Oriental fazem sentido. No entanto, as medidas que foram postas em prática no passado não surtiram efeitos e não foram sugeridas novas abordagens sensatas. Por essa razão, votei contra o relatório.

**Franz Obermayr (NI)**, *por escrito*. – (DE) A presente proposta de resolução está a tomar uma via de sentido único, ao propor subvenções e apoio financeiro para a população Roma na União Europeia. Devemos, naturalmente, fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para permitir uma melhor integração dos grupos marginalizados, como os Roma, na sociedade e, em particular, no mercado de trabalho. Porém, para que esta integração tenha êxito é necessário que haja vontade e esforço por parte dos próprios Roma. Têm de começar por integrar as suas crianças e jovens no sistema escolar europeu. A proposta de resolução relativa à Cimeira sobre os Roma não dá ênfase suficiente a estes aspectos, razão pela qual votei contra.

**Wojciech Michał Olejniczak (S&D)**, *por escrito*. – (PL) A discriminação contra a população Roma foi, durante anos, um dos maiores tabus na Europa. Nos últimos anos, esta situação tem estado a mudar. As medidas adoptadas para combater a discriminação contra os Roma continuam a ser insuficientes. Este problema é muitas vezes negligenciado.

Um bom exemplo que confirma esta tese é a ausência de uma reacção por parte da Comissão Europeia à proposta do Parlamento Europeu de 28 de Janeiro de 2008, sobre o desenvolvimento de uma estratégia europeia para a população Roma, em cooperação com os Estados-Membros. Agora é necessário renovar essa proposta. Durante a crise económica, as agressões dirigidas aos Roma aumentaram. Esta situação afectou muitos dos 10 a 12 milhões de membros da comunidade Roma que vivem na Europa.

Considero que a questão dos Roma deve ser uma prioridade dos comissários recém-nomeados, pelo que decidi apoiar a proposta de resolução relativa à Segunda Cimeira sobre os Roma elaborada pelos deputados do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu e do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos).

**Georgios Papanikolaou (PPE)**, *por escrito*. – (EL) A proposta de resolução comum aprovada pelo Parlamento, a favor da qual votei, é extremamente importante. Tal como é sublinhado no número 7, apesar de os Roma serem uma comunidade pan-europeia e de ser, portanto, necessário realizar um esforço colectivo a nível europeu, a Comissão Europeia ainda não reagiu ao apelo feito pelo Parlamento Europeu em 28 de Janeiro de 2008 no sentido de preparar uma estratégia europeia para os Roma, em cooperação com os Estados-Membros, com o objectivo de reforçar a coordenação e melhorar a situação dessa comunidade em particular. Dado que, com base no princípio da subsidiariedade, cabe aos Estados-Membros integrar de forma harmoniosa este grupo específico da população na sua sociedade – e na Grécia, existe uma grande comunidade Roma estabelecida – o Parlamento Europeu deve – e é esse o objectivo desta proposta específica – exigir uma iniciativa mais dinâmica por parte da Comissão e do Conselho que vise uma melhor coordenação das acções com o objectivo de integrar plenamente os Roma nas sociedades europeias.

**Rovana Plumb (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor da resolução convicta de que as medidas específicas destinadas a melhorar a situação da população Roma, serão imediatamente postas em prática em vez de se ficarem pelas palavras. Os Fundos Estruturais Europeus proporcionam uma enorme oportunidade para a inclusão social da população Roma. No entanto, os aspectos processuais e de conteúdo subjacentes dificultaram, infelizmente, a utilização desta oportunidade. No caso da Roménia, verificou-se a necessidade de uma abordagem diferente da questão do emprego relativamente ao segmento da população Roma, integrada nas medidas aplicadas pelo POSDRU (Programa Operacional Sectorial para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos). As medidas convencionais que impliquem a requalificação profissional, o aconselhamento e a prestação de informações aos beneficiários Roma devem também levar em conta a especificidade da sua cultura. Apesar de os beneficiários das zonas rurais serem mais afectados, nunca existiu qualquer tipo de programa dedicado às comunidades Roma no âmbito dos programas europeus destinados ao desenvolvimento rural. Os Roma não estão incluídos nos grupos-alvo beneficiados por esses programas de financiamento. O lançamento de programas para o desenvolvimento de empresas agrícolas, que incentivem a criação de explorações pecuárias, juntamente com um pacote de incentivos, como subvenções destinadas os empregadores neste sector, constituem soluções que devem ser incluídas na equação quando se trata de integrar a população Roma no mercado de trabalho.

**Teresa Riera Madurell (S&D)**, *por escrito*. – (ES) Votei a favor da presente resolução porque a inclusão das comunidades Roma é uma das prioridades do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas



no Parlamento Europeu. Esta resolução revela a posição do Parlamento Europeu antes da Segunda Cimeira Europeia sobre os Roma, que se irá realizar nos próximos dias 8 e 9 de Abril em Córdoba no âmbito da Presidência espanhola. A situação da população Roma é diferente da de outras minorias na UE e a sua inclusão exige políticas eficazes que visem a redução da discriminação sistemática a que está sujeita. Todos os níveis de governo, desde a UE às autoridades locais, devem participar e desempenhar o seu papel na consecução da igualdade de tratamento que lhes é devida, uma vez que se trata de um dos valores fundamentais da UE. A resolução exorta as instituições europeias a contribuírem de forma coordenada e estratégica para a inclusão da população Roma europeia. A Cimeira de Córdoba deve servir para dar um passo em frente, passando das boas intenções às políticas concretas que permitam superar os problemas enfrentados por estas pessoas relativamente ao acesso à habitação, à educação, aos serviços públicos e ao emprego.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Congratulo-me com a aprovação da presente resolução (a favor da qual obviamente votei), uma vez que inclui afirmações fundamentais no que respeita à promoção da não discriminação da população Roma. Mais especificamente, insta uma vez mais a Comissão Europeia a desenvolver uma estratégia europeia abrangente para a integração dos Roma enquanto instrumento de combate à exclusão social e à discriminação desta população na Europa.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor da resolução do Parlamento Europeu relativa à Segunda Cimeira Europeia sobre os Roma, dado que considero que o combate à discriminação que é dirigida contra esta população, que constitui uma comunidade pan-europeia, exige uma abordagem a nível comunitário. Devemos manifestar a nossa preocupação face à discriminação sofrida pela população Roma no que respeita à educação, à habitação e ao emprego, assim como à igualdade de acesso ao sistema de cuidados de saúde e a outros serviços públicos. Condenamos o recente aumento da hostilidade relativamente aos Roma (“romafobia”) em diversos Estados-Membros da UE, que assume habitualmente a forma de discursos de incitamento ao ódio e ataques a esta população. Instamos uma vez mais a Comissão a adoptar uma abordagem horizontal no tocante às questões dos Roma e a elaborar novas propostas com vista à implementação de uma política coerente a nível europeu em matéria de inclusão social dos Roma. Nesse sentido, solicitamos à Comissão que elabore uma estratégia europeia para os Roma, em colaboração com os Estados-Membros, para proporcionar uma melhor coordenação e promover os esforços que visam melhorar a situação desta população. Além disso, espero que os Estados-Membros utilizem os diversos instrumentos actualmente disponíveis de forma mais eficiente para combater a exclusão dos Roma, como a dotação de até 2% dos recursos do FEDER a utilizar na habitação para as comunidades marginalizadas ou as opções existentes no âmbito do FSE.

#### **Proposta de resolução B7-0227/2010**

**Andrew Henry William Brons (NI)**, *por escrito*. – (EN) Estamos, obviamente, a favor de que a Frontex exerça vigilância para além das águas territoriais dos estados fronteiriços da UE. Existem pareceres jurídicos contraditórios quanto ao facto de a UE já ter ou não esse poder. Contudo, a presente resolução impunha normas e directrizes que iriam impedir o exercício dessa função. Em particular, insistiam não só em que a Frontex deve resgatar imigrantes ilegais que se julgue estarem em perigo no mar (um gesto evidentemente moral), mas também em impor a obrigação de conceder asilo aos imigrantes ilegais resgatados. Somos de opinião que esses imigrantes ilegais resgatados devem ser levados para o país onde se pensa que tenham embarcado ou para o seu país de origem e deixados lá.

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EL) Votei a favor da proposta de resolução por motivos que ultrapassam o projecto de decisão e o conteúdo da proposta do Conselho que completa o Código das Fronteiras Schengen no que diz respeito à vigilância das fronteiras marítimas externas. Apesar de a decisão, especialmente na segunda parte, que não é vinculativa para os Estados-Membros, se referir a elementos positivos para a defesa dos direitos humanos, o procedimento utilizado para obter a respectiva ratificação contorna claramente o trabalho e as competências do Parlamento Europeu. Neste projecto de decisão, o Conselho exorbita os seus poderes executivos. Se o Parlamento Europeu aceitar esse procedimento, irá criar um precedente extremamente negativo para o seu papel e para o seu funcionamento eficaz, considerando que deve salvaguardar o seu controlo, o processo legislativo e outros poderes enquanto única instituição eleita a nível europeu. Além disso, vimos recentemente que o voto decisivo do Parlamento Europeu anulou o acordo sobre a transferência de dados pessoais sobre os cidadãos europeus para os serviços secretos e para o Governo dos Estados Unidos. Possibilidades como estas não devem ser postas em prática.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – É irrefutável a necessidade de se proceder a um reforço das operações de controlo fronteiriço coordenadas pela FRONTEX e de se dispor de procedimentos operacionais comuns,

bem como de regras claras para a participação em operações marítimas conjuntas, na sua maioria de busca e salvamento, e no desembarque das pessoas socorridas.

A Comissão decidiu apresentar um projecto de decisão nesse sentido, tendo como base o procedimento de comitologia. O Conselho não foi capaz de ultrapassar as suas divisões sobre a matéria e preferiu esconder-se atrás de argumentos técnicos para fugir do Parlamento Europeu, fazendo tábua rasa das nossas competências. O parecer do Serviço Jurídico do PE não deixa dúvidas. A Comissão excedeu os seus poderes de implementação. Não estamos perante uma medida de natureza meramente técnica. Segundo as próprias palavras da Comissária Malmström trata-se de uma iniciativa de grande significado político e implicações práticas.

O voto contra não é apenas a afirmação das prerrogativas parlamentares, mas também um acto de solidariedade face a países pequenos injustamente penalizados com aquela deliberação.

**Cornelia Ernst and Sabine Lösing (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EN) Tendo em conta que a Frontex foi criada, entre outras coisas para “proteger” as fronteiras da UE dos migrantes denominados “ilegais”, opomo-nos à agência e aos seus objectivos. No entanto, congratulamo-nos com as orientações constantes da proposta da Comissão (COM (2009) 06 58 final) para que se considerem adequadamente o asilo europeu e internacional e os direitos humanos. Congratulamo-nos especialmente com o n.º 1 do Anexo I (o respeito pelo princípio da não repulsão, a consideração das necessidades especiais das pessoas vulneráveis e das que necessitam de assistência médica urgente, a formação dos guardas de fronteira no domínio dos direitos humanos e direito dos refugiados), bem como com os n.º 3 e 4 (nomeadamente, a análise da situação do migrante, tendo em conta os eventuais pedidos de assistência ou a navegabilidade da embarcação e o não desembarque de pessoas em países onde corram o risco de serem perseguidas e torturadas), do Anexo II. Além disso, frisamos a necessidade do carácter vinculativo deste segundo anexo e salientamos que iremos alterar o mandato da Frontex de acordo com estes princípios.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Votei contra esta resolução que teria impedido a aprovação de uma série de medidas que constituem um passo na direcção certa, apesar de reconhecer que a situação está longe de ser perfeita. Este texto irá possibilitar a apresentação de recursos ao Tribunal de Justiça da União Europeia, relativamente aos Estados que não cumprem os seus compromissos em relação ao princípio da não repulsão em alto mar, já que actualmente, ignoram completamente. É importante que os Estados-Membros que operam sob a égide da Frontex prestem assistência aos migrantes que se encontram em perigo no mar, independentemente da sua nacionalidade, do seu estatuto ou das circunstâncias em que forem encontrados.

**Georgios Papanikolaou (PPE)**, *por escrito*. – (EL) A proposta de resolução diz respeito ao projecto de decisão do Conselho e complementa o Código das Fronteiras no que respeita à vigilância das fronteiras marítimas, no âmbito de operações coordenadas pela Frontex relativamente a medidas destinadas a resgatar pessoas no mar. No que diz respeito à Grécia, e devido às pressões crescentes da imigração, estas medidas em particular facilitam a presença da Frontex nas águas gregas.

Para ser mais específico, são medidas que consistem em normas e orientações não vinculativas que se centram na recepção, busca e salvamento de pessoas no mar. São, essencialmente, medidas que devem ser adoptadas se for detectada uma embarcação e houver suspeitas de que existem pessoas a bordo a tentar iludir os controlos fronteiriços. Além disso, a busca e salvamento deve ser realizada com base em princípios específicos e as pessoas detidas ou resgatadas devem ser desembarcadas com base num plano operacional específico. É por isso que considero que esta iniciativa específica deve ser apoiada e que a aplicação das medidas previstas na proposta do Conselho deve ser acelerada.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Contrariamente à nossa posição (votei a favor), não foi alcançada a maioria qualificada, e assim a resolução para rejeitar a proposta da Comissão e seguir os conselhos dos serviços jurídicos do Parlamento Europeu caiu por terra. Isso significa que o Código das Fronteiras Schengen irá agora ser alterado, tal como proposto pela Comissão no âmbito do procedimento de comitologia, acrescentando à directiva o anexo com medidas de carácter não vinculativo sobre as obrigações durante a busca e salvamento no mar. Resta-nos apenas esperar que a Comissão utilize efectivamente essa alteração como uma oportunidade para acompanhar com mais rigor as operações coordenadas pela Frontex, para que possamos evitar o desespero e a tragédia humana no mar. No entanto, com este resultado existe um risco real de não conseguirmos insistir na necessidade da inclusão de medidas vinculativas no mandato da Frontex, que está neste momento a ser revisto, mas como é natural, não podemos desistir e temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para obter um resultado melhor em futuros trabalhos sobre esta questão.

**Relatório (A7-0033/2010) da deputada Sidonia Elżbieta Jędrzejewska**

**Richard Ashworth (ECR)**, *por escrito*. – (EN) Eu e os meus colegas de grupo ECR concordamos com a maior parte do presente relatório, nomeadamente com a melhoria da eficiência orçamental, com a simplificação dos procedimentos de aplicação dos fundos da UE, bem como com a necessidade de conceder prioridade à conclusão da estratégia para 2020.

No entanto, temos sérias dúvidas no que diz respeito às referências a um pilar social da UE, a uma agenda social ambiciosa, a uma política de imigração harmonizada e a restrições ao mercado agrícola único e frisamos que os domínios da educação e das forças armadas e defesa são um atributo exclusivo dos Estados-Membros.

**Liam Aylward (ALDE)**, *por escrito*. – (GA) Votei a favor deste relatório sobre as prioridades para o orçamento de 2011. Tal como é referido no documento, há que fornecer apoio específico ao empreendedorismo e às microempresas e estas questões devem ser colocadas no centro das políticas da União Europeia para a juventude e a inovação.

O relatório exige que seja prestada ajuda a todos os programas e instrumentos que promovam o empreendedorismo – especialmente nas zonas rurais – bem como durante a fase de arranque de novas empresas e incentivado o intercâmbio de informações entre os jovens empresários.

Devem ser apoiados os programas que ajudem os jovens que estão a criar uma nova empresa. Congratulo-me com a ênfase colocada por este relatório na política de juventude e no papel que os jovens têm a desempenhar num momento em que estamos a tentar sair da crise económica e financeira.

Apoio firmemente a exigência apresentada no relatório no sentido de um maior investimento nos jovens e na educação, tal como foi recomendado na “Estratégia da UE para a Juventude”. Importa reconhecer, incentivar e apoiar o papel e a importância dos jovens na UE e no futuro da União.

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. – A juventude, a ciência e a inovação estão no cerne das prioridades do próximo orçamento da União Europeia. Investir na juventude é investir no futuro. Este investimento deve ser feito de forma coordenada entre as várias políticas.

A educação, a formação profissional e a transição do sistema educativo para o mercado de trabalho estão no centro das preocupações deste orçamento. Os jovens licenciados e qualificados estão a ser cada vez mais atingidos pelo desemprego. Considero, por isso, que o programa de mobilidade *Erasmus Primeiro Emprego* é uma aposta estratégica no futuro ao estabelecer uma ligação clara entre o sistema de educação e o mercado de trabalho. Sublinho ainda, como outras prioridades deste orçamento, as áreas da Investigação, da Inovação e da Agenda Digital: são áreas fundamentais para um desenvolvimento sustentável na Europa.

Assinalo também a importância de programas já existentes que contribuem para este objectivo, tais como o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia. Este orçamento concentra ainda esforços no apoio ao desenvolvimento de tecnologias limpas e inovadoras, dando assim um contributo essencial para a retoma económica e para a dinamização das PME. A aposta na juventude, na inovação e na ciência é a chave para recolocar a Europa na liderança a nível mundial.

**Ole Christensen, Dan Jørgensen, Christel Schaldemose e Britta Thomsen (S&D)**, *por escrito*. – (DA) Os sociais-democratas dinamarqueses votaram hoje a favor das prioridades para o orçamento de 2011. Apoiamos as prioridades gerais e, em particular, os esforços para combater o desemprego dos jovens e promover a investigação, a inovação e as tecnologias ecológicas. Da mesma forma, os sociais-democratas dinamarqueses apoiam plenamente a dotação dos fundos necessários para a estratégia de crescimento e o emprego a “UE 2020”. Os sociais-democratas dinamarqueses gostariam de sublinhar, no entanto, que o objectivo da política agrícola comum da UE deve continuar a ser o de garantir a estabilização do mercado e que, portanto, não podemos apoiar a atribuição pela União de subsídios permanentes, por exemplo, ao sector do leite e produtos lácteos.

**Göran Färm, Anna Hedh, Olle Ludvigsson, Marita Ulvskog e Åsa Westlund (S&D)**, *por escrito*. – (SV) Nós, os sociais-democratas suecos votámos hoje a favor das prioridades para o orçamento de 2011. Concordamos, em grande medida, com as prioridades estabelecidas no relatório. Por exemplo, consideramos que é importante investir nos jovens, na investigação e inovação e nas tecnologias ecológicas. Entendemos também que para que a nova estratégia da UE para o crescimento e o emprego, a “UE 2020”, seja um êxito, é importante que lhe sejam atribuídos os recursos financeiros adequados.

No entanto, gostaríamos de ressaltar que não acreditamos que a principal tarefa da política agrícola comum da UE seja garantir a estabilidade do mercado e, portanto, não queremos que a UE forneça apoio permanente ao mercado no sector do leite e produtos lácteos.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Num quadro de crise generalizada e tendo como pano de fundo as ambiciosas exigências da Estratégia 2020 em termos de inovação, combate à pobreza e exclusão social, e crescimento económico e emprego, é fundamental colocar os desafios da Estratégia 2020 no coração das prioridades orçamentais.

Por isso, é com agrado que encontro, nas prioridades definidas pela Comissão para o Orçamento de 2011, uma clara aposta nas políticas de educação, investigação e inovação. É também fundamental ter presente a recuperação económica e a saída da crise, e por isso é também com agrado que vejo o apoio às PME como uma preocupação prioritária para o Orçamento de 2011. Recordo a necessidade de, no quadro da reforma da PAC, ser necessário reforçar as verbas orçamentais destinadas à Política Agrícola Comum, prioridade que deverá ser, de igual modo, assumida pela Comissão.

Saliento que este Orçamento para 2011 será o primeiro a ser aprovado ao abrigo das regras do Tratado de Lisboa, com o reforço de intervenção do Parlamento que isso acarreta.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – As prioridades propostas para o Orçamento de 2011, não obstante a retórica social, incontornável em tempos de crise, são razoavelmente claras quanto à intenção de manter, no essencial, as prioridades que têm orientado os orçamentos anteriores. Uma vez mais, aponta-se para um orçamento ao serviço do aprofundamento do mercado único, da precariedade laboral, vulgo *flexigurança*, das liberalizações, da mercantilização do ambiente e das esferas crescentes da vida social. Trata-se de orientações velhas, ainda que agora reunidas na dita nova "Estratégia 2020".

A prioridade anunciada à juventude não esconde que o que se pretende é antecipar, desde já, às novas gerações de trabalhadores, um futuro em que o desemprego é estrutural, encarado como uma variável estratégica para impor a desvalorização da sua força de trabalho, mesmo que qualificada, obrigando-os a saltar de trabalho precário em trabalho precário, alternando-os com o desemprego inevitável. Estas são prioridades que colocam também o Orçamento para 2011 ao serviço do intervencionismo externo da UE, da PESC e da PESD, do militarismo e da guerra, das políticas que criminalizam a imigração, do FRONTEX.

Assim sendo, o relatório não podia merecer senão o nosso voto contra. Mas este não é nem o único, nem um caminho inevitável. Isso mesmo procurámos demonstrar com as várias propostas que apresentámos durante o debate.

**Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D)**, *por escrito*. – (PL) A elaboração do orçamento da UE durante uma crise financeira, com uma margem orçamental muito estreita e novas áreas de trabalho associadas à entrada em vigor do Tratado de Lisboa, não é fácil. Assim, foi ainda com maior satisfação que apoiei, na votação, o relatório da senhora deputada Jędrzejewska sobre o orçamento para 2011 e a proposta de resolução do Parlamento Europeu, os quais prevêem prioridades orçamentais ambiciosas para o próximo ano.

Para além das prioridades tradicionais, como a política de coesão e o apoio às tecnologias inovadoras e ecológicas, o orçamento para 2011 deve centrar-se em garantir o pleno funcionamento das novas iniciativas da UE: o Serviço de Acção Externa da União Europeia, a estratégia económica "UE 2020" e as medidas que fazem parte da Parceria Oriental. Esta três iniciativas correm o risco de se tornarem um fiasco se os fundos que lhes forem afectados se revelarem demasiado "simbólicos".

Também digna de nota é a abordagem abrangente da questão dos jovens. Em face dos problemas demográficos, a UE não pode dar-se ao luxo de ter uma baixa percentagem de jovens qualificados, porque isso levaria a um aumento ainda maior do desemprego nessa faixa etária, algo que a UE não se pode permitir. Por conseguinte, o orçamento europeu tem de dispor de fundos reservados para apoiar a aprendizagem de línguas, o diálogo intercultural, aumentando a mobilidade dos jovens e integração dos licenciados no mercado de trabalho.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) Se bem entendi as palavras deste relatório, tudo ou quase tudo é uma prioridade, o que significa que não existem prioridades. O que se está a pedir é, simplesmente, um orçamento maior; por outras palavras, mais impostos para os europeus. É certamente louvável a preocupação do relator no sentido de velar por que as despesas financiadas pelo orçamento da UE não sejam apenas úteis, mas eficazes e por que acrescentem um verdadeiro valor europeu às políticas nacionais. No entanto, e a bem da verdade, isso deveria ter sido uma preocupação constante ao longo dos anos. Por um lado, lembro-me de que, nos últimos 14 ou 15 anos, não foi esse o caso, dado que o Tribunal de Contas Europeu não se sentiu

capaz de aprovar a execução dos orçamentos anuais. Por outro lado, ainda estou à procura neste relatório de propostas concretas que permitam a consecução desse objectivo. Procuro nomeadamente propostas para pôr fim a programas que são nada mais que puro populismo, à atribuição inútil de pequenos montantes de financiamento, à propaganda ideológica e às tentativas de intervir sobretudo em domínios em que a UE tem, felizmente, poucos poderes e, acima de tudo, é ineficaz.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Apesar de ter votado a favor do presente relatório, gostaria de sublinhar as reservas críticas que tenho relativamente às prioridades para o orçamento de 2011. É um facto que apoio de bom grado o compromisso da UE de proporcionar assistência aos jovens, à inovação, e ao voluntariado, assim como uma série de elementos estruturantes para a nossa sociedade. Ainda assim, o quadro financeiro não é de forma alguma adequado, em especial, num contexto de crise económica e de desemprego: não nos permite financiar qualquer ambição política que impulse uma verdadeira mudança. Nove milhões de euros, ou seja 0,07% do orçamento previsto para o emprego: trata-se realmente de um montante que não revela ambições substanciais de apoiar o emprego.

**Iosif Matula (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor do relatório sobre o orçamento da Comissão Europeia, porque considero que é importante a UE ter um orçamento equilibrado e realista, que responda eficazmente às expectativas dos cidadãos que desejam sair da actual crise económica, ter empregos bem remunerados e um futuro mais seguro. Entendo que o apoio financeiro às pequenas e médias empresas deve ser uma prioridade na Europa, porque as PME têm um papel decisivo ao assegurarem um enorme número de postos de trabalho e no desenvolvimento das regiões e das zonas rurais. Penso também que os jovens são extremamente importantes para o presente e para o futuro da UE. Estas realidades devem também reflectir-se nas prioridades orçamentais. Os jovens estão no centro das estratégias sociais e de inclusão europeias. A capacidade de inovação dos jovens é um recurso fundamental para o desenvolvimento e o crescimento económico da UE. Estou firmemente convicto de que investir nos jovens e na educação constitui um investimento no presente e no futuro, tal como é descrito na Estratégia da UE para a Juventude. Congratulo-me com o facto de a política da juventude dever também ter em conta a preparação nas escolas e universidades para o mercado de trabalho.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Vou votar contra o presente relatório sobre as prioridades para o orçamento de 2011. Este aplica as políticas dogmáticas e prejudiciais eurocráticas a que me oponho em toda a Europa e no mundo. Não posso sensatamente votar a favor de um orçamento que apoia tantas catástrofes em potência.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Após o falhanço da Estratégia de Lisboa, a UE tem uma nova oportunidade para ser o grande catalisador da economia mundial, com a Estratégia UE2020. Para que esse novo plano seja um sucesso, é necessário que os vários orçamentos que vão ser aprovados tenham como prioridade várias áreas primordiais para o sucesso da Estratégia UE2020.

Falamos da inovação, do apoio aos jovens para aumentar a mobilidade social e do apoio reforçado às PME, que são o verdadeiro motor económico dos países. É também essencial que se faça um investimento muito significativo no domínio das alterações climáticas, do ambiente e das políticas sociais. É, no entanto, crucial que se encontrem novas formas de financiamento e de angariação de Fundos para que a Estratégia UE2020 seja um sucesso, pois não podemos fazer como fizemos no passado com a reafecção de Fundos destinados a políticas estruturais, de coesão ou agrícola comum.

**Georgios Papastamkos (PPE)**, *por escrito*. – (EL) Votei a favor do relatório sobre as prioridades para o orçamento de 2011, nomeadamente pelas propostas relativas ao financiamento da PAC. Observa, em particular, que o financiamento das prioridades relativamente à futura estratégia “UE 2020” através de uma eventual reafecção dos fundos não deve funcionar em detrimento de políticas fundamentais da UE, como as políticas estruturais, de coesão ou agrícola comum. Reitera a preocupação manifestada durante a aprovação do orçamento da comunidade para o ano em curso relativamente à exiguidade da margem para as despesas agrícolas e apoia a criação de uma margem suficiente no orçamento para 2011. A previsão de uma margem satisfatória para as despesas agrícolas é especialmente importante para fazer face a necessidades imprevistas nos sectores agrícola, especialmente tendo em conta a volatilidade dos preços.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor da resolução do Parlamento Europeu sobre as prioridades para o orçamento de 2011 - Secção III - Comissão, confirmando assim que a prioridade dos dirigentes políticos da União Europeia e dos Estados-Membros deve ser preservar os postos de trabalho existentes e a criação de outros que permitam aos cidadãos europeus ter uma vida digna. A comunicação da Comissão intitulada “Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”

constitui a base para um amplo debate sobre a estratégia económica e social da UE para os próximos anos. Votei também a favor da alteração 5, tendo em conta que o desemprego é um tema fundamental nas discussões em curso e que, para resolvermos completamente a questão da já elevada e ainda crescente taxa de desemprego, a UE tem de aplicar uma agenda social ambiciosa. A União Europeia tem de investir, sobretudo, na investigação e nas infra-estruturas de transportes e energéticas, para conseguir manter a competitividade a nível mundial. Além disso, tanto os Estados-Membros como a UE devem investir na educação e no desenvolvimento dos jovens. É por isso que programas como o Erasmus, e especialmente o programa Erasmus para jovens empresários, deve constituir uma prioridade, algo que também é reflectido no orçamento para 2011.

**Artur Zasada (PPE)**, *por escrito*. – (PL) Fiquei satisfeito com o resultado da votação do relatório da senhora deputada Jędrzejewska sobre as prioridades do orçamento da União Europeia para 2011. Votei, evidentemente, a favor. A votação de hoje foi excepcional por dois motivos. Em primeiro lugar, é o primeiro orçamento aprovado ao abrigo das regras do Tratado de Lisboa. Segundo, foi o Parlamento Europeu, que apresentou as suas propostas para as prioridades em primeiro lugar, e não a Comissão.

A relatora referiu-se com toda a pertinência no seu documento à questão dos jovens e da educação. Durante uma crise, é particularmente importante apoiar os jovens, por exemplo, ajudando-os a encontrar o seu primeiro emprego ou a criar a sua própria empresa. A ausência de referências suficientes a esta matéria em anos anteriores é hoje particularmente evidente. Os especialistas em emprego salientam que não são apenas os licenciados que estão a encontrar dificuldades no mercado de trabalho, mas também as pessoas com mais de trinta anos que já estão no mercado de trabalho há vários anos.

#### **Relatório (A7-0036/2010) da deputada Helga Trüpel**

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Apoio o presente relatório porque as circunstâncias em que o orçamento de 2011 será adoptado será excepcional, devido à entrada em vigor do Tratado de Lisboa e à persistência da crise económica e financeira. O orçamento terá de ser cuidadosamente equilibrado para garantir a realização dos objectivos definidos no Tratado de Lisboa, como a criação, por exemplo, de um mercado interno comum da energia. Durante a planificação do orçamento, há que dedicar também uma atenção significativa às consequências da crise financeira, ainda sentida em muitos países, e aos esforços destinados a combatê-las de forma eficaz. A principal prioridade deve continuar a ser a manutenção e a criação de emprego, que estão intimamente associadas à necessidade de apoio financeiro para as pequenas e médias empresas que criam uma grande parcela dos postos de trabalho. Aquando da aprovação do orçamento do Parlamento Europeu para 2011, deve prestar-se especial atenção à avaliação da prioridade do Parlamento Europeu – a criação de processos legislativos de alto nível – e devem ser criadas todas as medidas necessárias para esse objectivo. Há que encontrar ainda uma solução adequada para a questão da organização eficaz do trabalho do PE, nomeadamente o estabelecimento de um único local de trabalho para os deputados.

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. – A entrada em vigor do Tratado de Lisboa representa poderes acrescidos para o Parlamento Europeu. Num mundo globalizado, os assuntos são cada vez mais complexos e as decisões necessitam de ser técnica e cientificamente fundamentadas. É fundamental que os decisores políticos tomem conhecimento dos recentes desenvolvimentos científicos que lhes permitam tomar as melhores opções. Este orçamento apresenta linhas de orientação a longo prazo para a política imobiliária, que poderão promover uma redução de custos no futuro.

Apelo ao aumento da capacitação e do suporte técnico aos Deputados, pois fornecem os meios necessários a este Parlamento para exercer as suas funções com excelência e com os fundamentos científicos e técnicos tão necessários no século XXI.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Atento o novo quadro institucional, com reforço das competências de muitas das Instituições, como é o caso do Parlamento Europeu, é essencial que o orçamento destinado às Instituições para o seu funcionamento, assegure todas as condições materiais e humanas para que estas possam cumprir, com rigor e excelência, as suas tarefas no quadro institucional.

Defendo um orçamento realista e exequível, mas que dê às várias Instituições as condições materiais à prossecução das suas tarefas. Estas considerações não devem, contudo, pôr em causa a sustentabilidade orçamental e o rigor das contas, necessário em qualquer instituição. Além disso, deve garantir-se o rigor e a transparência da gestão das verbas disponibilizadas às várias Instituições.

**Alan Kelly (S&D)**, *por escrito*. – (EN) A planificação do orçamento de 2011 é muito importante e concordo com a insistência do relatório na realização de uma discussão ponderada e transparente. Concorde também com a afirmação de que a questão do limite orçamental é delicada e que tem de ter em consideração os custos

globais. Congratulo-me com a abordagem cautelosa do relatório. Tratar o tema de outra forma seria um insulto para os meus conterrâneos e para todos os europeus que actualmente enfrentam as suas restrições orçamentais. Gostaria também de aproveitar a oportunidade para dizer que espero que a nossa prudência se traduza, por outro lado, em solidariedade e fraternidade para com os nossos colegas gregos e portugueses que estão actualmente a atravessar um período particularmente difícil.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – O Tratado de Lisboa veio trazer novas responsabilidades ao Parlamento Europeu. Tal situação leva a uma maior carga administrativa e à necessidade de os Deputados terem colaboradores qualificados para desempenharem as funções de assessoria. Esta nova realidade traz dois problemas: o aumento dos custos inerentes à necessidade de um maior número de assistentes e o espaço físico necessário para estes poderem desempenhar as suas funções em boas condições de trabalho. Tal situação leva a um aumento de custos, que nesta altura de crise é difícil de explicar, mas se o Parlamento Europeu quer fazer um trabalho de excelência tem que ter os meios humanos e financeiros necessários.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei a favor deste importante relatório. A definição de linhas de orientação, que dão indicações gerais ao Secretário-Geral e à Mesa do Parlamento Europeu para a fase seguinte, a elaboração do projecto de orçamento das receitas e das despesas, que já está a ser analisado pela Mesa, é o primeiro passo do processo orçamental.

**Nuno Teixeira (PPE)**, *por escrito*. – As circunstâncias de aprovação do Orçamento para 2011 são excepcionais e constituem, ao mesmo tempo, um desafio. A implementação bem sucedida do Tratado de Lisboa constitui uma prioridade maior enquanto os efeitos da crise económica, que se fazem sentir na União Europeia, tornam este objectivo mais exigente.

O Grupo do PPE, ao qual pertenço, continua, neste contexto, a defender um orçamento sustentável e rigoroso, em que cada despesa seja justificada e em que seja possível assegurar uma sustentabilidade de rigor e de eficiência. Defendo, por isso, que se passe para um orçamento de *base zero*, que permita eficiência e poupança. Para melhor atingir este objectivo, será urgente a definição de uma política imobiliária a longo prazo.

Concordo com a necessidade de promover uma maior cooperação e um diálogo forte a nível interinstitucional para uma melhor e mais eficiente utilização dos recursos em várias áreas, tais como a tradução, a política imobiliária, entre outras. Sublinho a importância da excelência legislativa do Parlamento Europeu enquanto prioridade e a necessidade de dotar a Instituição dos meios necessários e adequados para cumprir o seu papel legislativo com sucesso. Votei, assim, a favor das orientações do Orçamento para 2011 inscritas no presente relatório...

*(Declaração encurtada por força do artigo 170.º do Regimento)*

#### **Relatório: Giancarlo Scottà (A7-0029/2010)**

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório sobre a política de qualidade dos produtos agrícolas porque me parece extremamente relevante em duas áreas. Em primeiro lugar, sublinho a importância de a União Europeia proteger a qualidade dos produtos, fazendo disso uma das principais prioridades da estratégia agrícola europeia. Em segundo lugar, defende o princípio da identificação geográfica e das especialidades tradicionais, apresentando esses dois conceitos como factores que contribuem para a competitividade da agricultura europeia e para a preservação da herança cultural. Por último, este relatório apoia o cultivo dos produtos agrícolas de que tanto nos orgulhamos, defendendo, ao mesmo tempo, a necessária simplificação administrativa no que respeita à sua protecção.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório intitulado "a política de qualidade dos produtos agrícolas: qual a estratégia a adoptar?" porque a qualidade é um factor decisivo para a competitividade dos produtos europeus nos mercados internacionais.

Neste contexto, considero positiva a implementação da rotulagem obrigatória da origem dos produtos, o que permite fornecer aos consumidores informações relativas a normas de qualidade, mas também no que diz respeito à protecção do ambiente e do bem-estar dos animais.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – A Política Agrícola Comum terá necessariamente que apostar na elevada qualidade dos seus produtos agrícolas, uma inegável mais-valia para a competitividade europeia num quadro de mercado global. A política de qualidade não pode ser separada do resto da Política Agrícola Comum, nem ignorar os novos desafios, como a luta contra as alterações climáticas, a conservação da biodiversidade, o abastecimento energético e o desenvolvimento das bioenergias, o bem-estar dos animais e a gestão da água

na agricultura. Também as cada vez maiores exigências dos consumidores devem ser adequadamente tidas em conta pela futura política de qualidade dos produtos agrícolas, não esquecendo que, no momento da decisão, a qualidade pesa para um consumidor informado.

Relembro, contudo, que a política de qualidade dos produtos agrícolas não poderá ser de tal modo exigente que ponha em causa os pequenos e médios agricultores ou a existência de produtos tradicionais, próprios de algumas regiões que não podem ver a sua manufatura dependente de regras uniformes e cegas. A política de qualidade deve ter como propósito potenciar, no mercado global, a agricultura dos Estados-Membros e defender os produtos europeus, estando ao serviço dos produtores e dos consumidores.

**João Ferreira (GUE/NGL), por escrito.** – O relatório em discussão contém alguns aspectos positivos, como a defesa da aplicação de instrumentos que permitam a valorização e a promoção da pequena produção local, bem como das produções tradicionais e artesanais ligadas a determinadas regiões de origem e associadas a uma denominação geográfica, ao mesmo tempo que reconhece a morosidade, complexidade e o custo excessivo que os pequenos produtores enfrentam para aceder às certificações de qualidade.

Todavia, passa ao lado de questões essenciais para a salvaguarda da qualidade da produção agrícola e para a sustentabilidade da actividade agrícola nos países da UE, como sejam: as consequências da desregulação do comércio mundial e da liberalização desenfreada dos mercados, seja no quadro de acordos bilaterais seja no quadro da OMC; os perigos diversos inerentes à introdução de Organismos Geneticamente Modificados no ambiente, nos moldes em que esta tem vindo a ser conduzida; a necessidade de uma profunda reforma da PAC, que defenda a produção local, o direito a produzir e o direito à soberania alimentar.

**Jarosław Kalinowski (PPE), por escrito.** – (PL) Gostaria de felicitar o colega responsável pela elaboração do relatório e de dizer que concordo com o princípio de que a política de qualidade dos produtos agrícolas não deve ser tratada separadamente da política agrícola comum ou das questões centrais da política comunitária para os próximos anos, como o desenvolvimento sustentável, a biodiversidade ou o combate às alterações climáticas.

Os cidadãos da União Europeia esperam produtos saudáveis e de elevada qualidade fabricados com tecnologias inovadoras que tenham em consideração o impacto ambiental do processo produtivo. Também concordo com a opinião do relator quanto à necessidade de conduzir uma campanha informativa e educativa sobre a rotulagem de produtos agrícolas europeus que está a ser ou foi aprovada. A realização de uma campanha deste tipo é essencial pois o desconhecimento dos consumidores relativamente ao significado dos símbolos põe em causa a validade da política de qualidade na sua globalidade.

**Alan Kelly (S&D), por escrito.** – (EN) Gostaria de felicitar os meus colegas da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural por este relatório de iniciativa. A qualidade dos nossos produtos agrícolas é algo de que temos de tirar partido. Na União Europeia dedicamos muito tempo a velar pelo cumprimento das mais elevadas normas de qualidade na produção agrícola; o nosso gado é bem tratado e saudável; os nossos produtos são seguros; as nossas práticas agrícolas são éticas do ponto de vista do impacto ambiental. Todos os passos da cadeia de produção são regulados, pode dizer-se que desde o campo até ao prato dos consumidores. Como refere o relatório do senhor deputado Scottà, é necessária uma maior promoção para retirarmos o máximo proveito da vantagem única que a indústria oferece – a elevada qualidade da produção. É muito bom termos produtos rotulados de acordo com o seu local de produção ou com a classificação de especialidade tradicional, mas se o consumidor não estiver sensibilizado para o significado dessa informação, será, na verdade, como ler uma língua desconhecida. Por conseguinte, concordo que a recomendação do relatório de que a Comissão deverá sensibilizar o público em geral para essa informação será uma forma eficaz de promoção. Irá ajudar tanto os consumidores como as pequenas empresas. Poderá ser muito benéfica para o nosso sector agro-alimentar.

**Elisabeth Köstinger (PPE), por escrito.** – (DE) Apoio vivamente o relatório de iniciativa sobre a política de qualidade dos produtos agrícolas (A7-0029/2010) que foi objecto de votação em 25 de Março de 2010. Há uma relação clara entre a qualidade dos produtos e a origem das matérias-primas. O rótulo "local de produção" que foi proposto indicará a origem das matérias-primas. A meu ver isto representa uma oportunidade importante para o sector agrícola, cujos produtos apresentam elevados níveis de qualidade. Uma rotulagem clara sobre a origem dos produtos constitui uma garantia de qualidade para os consumidores e permite-lhes tomar decisões com base em critérios objectivos e transparentes. A qualidade é um factor-chave em toda a cadeia de produção de alimentos e um trunfo essencial da competitividade dos produtores agro-alimentares europeus. A produção de alimentos de elevada qualidade constitui, frequentemente, a única oportunidade de emprego em muitas zonas rurais com alternativas de produção limitadas. Sou, portanto, a favor das



classificações Indicação Geográfica Protegida e Denominação de Origem Protegida, bem como da reintrodução de uma denominação regulada e protegida para os produtos provenientes de regiões de montanha e de zonas livres de OGM. Os sistemas das Especialidades Tradicionais Garantidas e da Agricultura Biológica devem ser também mantidos.

**Petru Constantin Luhan (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor do relatório porque defendo uma melhor protecção para os produtos europeus no plano internacional. As indicações geográficas conferem maior credibilidade aos produtos agrícolas e chamam a atenção do consumidor, proporcionando, por outro lado, vantagens competitivas aos produtores. Ao mesmo tempo, garantem a protecção dos direitos de propriedade intelectual sobre os produtos. O sistema de indicação geográfica tem ampla implantação na União Europeia e em muitos países fora da UE, como os Estados Unidos, a Austrália e a Nova Zelândia. No entanto, a UE tem, infelizmente, parceiros comerciais que não possuem legislação nessa área. Por esse motivo, os produtos europeus não beneficiam de protecção satisfatória no quadro dos sistemas nacionais desses países, havendo o risco da contrafacção.

**Astrid Lulling (PPE)**, *por escrito*. – (DE) Embora seja da opinião de que devemos ter cuidado com o que solicitamos à Comissão em relatórios de iniciativa, sou favorável ao relatório sobre a política de qualidade dos produtos agrícolas.

Concordo, em particular, com a defesa de um controlo mais rigoroso e de uma maior coordenação entre a Comissão e os Estados-Membros de modo a assegurar que os produtos alimentares importados cumpram as normas europeias de qualidade e de segurança alimentar, bem como as normas ambientais e de natureza social.

No caso dos produtos frescos ou dos produtos transformados com um único ingrediente, o país de origem deverá ser indicado para que os consumidores possam tomar decisões conscientes e informadas sobre o que estão a comprar.

Sinto-me aliviada por a minha alteração contra a normalização das Denominações de Origem Protegidas e as Indicações Geográficas Protegidas ter sido aceite na sessão plenária. A combinação dessas informações teria tornado as denominações existentes supérfluas e teria sido bastante prejudicial para os produtores com Denominações de Origem Protegidas.

A questão da gestão quantitativa da produção foi deliberadamente ignorada na comunicação da Comissão. Estou convencida de que continuamos a necessitar de instrumentos de controlo da produção para garantir aos produtores preços estáveis e para lhes proporcionar a segurança de um planeamento antecipado de forma a poderem satisfazer as elevadas expectativas dos consumidores e dos legisladores. Isto aplica-se não só à produção de leite, mas também, e em particular, à produção vinícola.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Este relatório apresenta uma falha indiscutível: inscreve a política agrícola na lógica mercantilista da obtenção do máximo lucro, o que é contrário à noção que temos da política agrícola. Por conseguinte, não posso de modo algum votar a favor. No entanto, tendo em conta as melhorias que introduz, considero ser mais sensato abster-me. Na realidade, não quero contribuir para impedir a concretização de ideias tão "anti-productivistas" como o desejo de introduzir rotulagem relativa à "pegada ecológica" e a vontade de relocalizar parte da produção agrícola. Apercebi-me da intenção de afastamento da lógica do produtivismo. Receio que se trate apenas de possibilidades esboçadas no texto e que a sua real implantação num ambiente capitalista reduza significativamente o seu alcance. No entanto, não desejo menosprezar a importância da promoção de tais conceitos.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A qualidade dos produtos agrícolas europeus constitui um património reconhecido mundialmente, pelo que se sente a necessidade de proteger e distinguir estes produtos de outros de qualidade inferior, com menor segurança alimentar e por vezes até contrafeitos.

Para que tal não aconteça, é imperioso que se faça a rotulagem desses produtos, procurando que os consumidores obtenham uma informação fidedigna acerca dos mesmos. É ainda importante que se tenha a plena noção de que os produtos agrícolas importados satisfazem os mesmos requisitos que são impostos aos produtos agrícolas produzidos na UE, para que assim não haja distorções na concorrência. Por isso, voto a favor.

**Tiziano Motti (PPE)**, *por escrito*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, graças aos regulamentos europeus que estabeleceram regras inequívocas no que respeita à qualidade dos produtos

agrícolas, à saúde dos cidadãos, à sustentabilidade ambiental e às características específicas das culturas, podemos actualmente afirmar com orgulho que a agricultura europeia é um modelo sem igual no mundo.

Enquanto, por um lado, devemos agradecer aos agricultores que aplicaram as normas com louvável sentido de dever, por outro, temos de procurar saber por que razão a União Europeia tem, por vezes, tendência a deixar-se enredar numa teia burocrática que pode eclipsar esta excelência e produzir um profundo sentimento de desilusão entre os cidadãos.

É por essa razão que actualmente os nossos cidadãos começam o dia com um bom sumo de laranja sem laranjas e ao almoço bebem vinho rosé feito a partir da mistura de vinho tinto e branco fermentados com a adição de açúcar e comem uma pizza com mozzarella contendo caseína. E quando estão com carências afectivas podem sempre recorrer ao chocolate sem cacau.

Nem as crianças estão a salvo das consequências da destruição esquizofrénica dos nossos alimentos de qualidade: na Europa, corremos o risco de consumir produtos alterados cuja proveniência desconhecemos, como aconteceu com o leite contaminado com melamina da China.

Os cidadãos têm direito à protecção. Para que os consumidores possam fazer escolhas informadas, devemos insistir em que a rotulagem dos produtos seja completa e compreensível e em que os produtos de grande consumo, como o leite de vaca esterilizado de longa duração e produtos derivados exclusivamente do leite de vaca, tragam a indicação da origem do leite utilizado na produção, bem como outras informações obrigatórias por lei.

**Rareş-Lucian Niculescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor da alteração 3 porque está relacionada com um ponto da proposta de resolução que poderia ser interpretado como um encorajamento ao restabelecimento da normalização dos produtos agrícolas (forma e dimensões dos frutos e produtos hortícolas).

**Franz Obermayr (NI)**, *por escrito*. – (DE) Este relatório destaca o papel central que desempenham os produtos agrícolas de elevada qualidade na protecção dos consumidores. Sublinha igualmente a importância de apoiar a produção regional tradicional e as empresas agrícolas de pequena e média dimensão. Por essas razões, votei a favor do relatório.

**Georgios Papastamkos (PPE)**, *por escrito*. – (EL) Votei contra a alteração 3 porque defendo o restabelecimento das normas de comercialização no sector dos frutos. Considero que a decisão da Comissão de as abolir, apesar da oposição de uma grande maioria dos Estados-Membros e do sector de produção em causa, não tem justificação.

É verdade que os produtos agro-alimentares da UE cumprem os mais exigentes requisitos de qualidade, para benefício dos consumidores europeus. Por outro lado, a política de qualidade tem uma grande importância estratégica, pois é nela que reside essencialmente o valor acrescentado dos produtos agrícolas europeus para os mercados globais. No entanto, o controlo do cumprimento de especificações de qualidade equivalentes em produtos importados continua a ser um problema. É necessário listar e classificar todos os sistemas de certificação de qualidade privados e aprovar um quadro legislativo de princípios básicos ao nível da UE para assegurar a aplicação transparente desses sistemas.

Sou a favor da rotulagem de todos os produtos agrícolas primários com a indicação do local de produção. Quanto às indicações geográficas, penso que devemos manter inalterados os três sistemas da UE para produtos agro-alimentares, bebidas alcoólicas e vinho. Assegurar uma maior protecção das indicações geográficas no quadro de acordos comerciais bilaterais e da OMC é extremamente importante.

**Rovana Plumb (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor deste relatório porque acredito que o reforço da política de qualidade ao nível da União Europeia é um incentivo importante para que os produtores agrícolas europeus redobrem os seus esforços em matéria de qualidade, segurança alimentar e respeito pelo ambiente. Penso que esta política pode contribuir para aumentar significativamente o valor acrescentado dos produtos agro-alimentares europeus num mercado cada vez mais globalizado. No entanto, penso que simultaneamente se deverá informar melhor os cidadãos através de campanhas informativas adequadas e de campanhas de promoção da rotulagem facultativa de outros métodos de produção respeitadores do ambiente e dos animais, como é o caso da "produção integrada", da "pastagem" e da "agricultura de montanha".

**Britta Reimers (ALDE)**, *por escrito*. – (DE) Na votação do relatório do senhor deputado Scottà sobre a política de qualidade dos produtos agrícolas, foi aceite a alteração 5, que defendia a rotulagem obrigatória da origem dos alimentos produzidos apenas a partir de um ingrediente. Este requisito implica muito mais trabalho e

custos acrescidos para o sector agrícola e da transformação alimentar, sem proporcionar qualquer vantagem real aos consumidores. Por conseguinte, votei contra essa alteração.

**Robert Rochefort (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório sobre o futuro da política de qualidade dos produtos agro-alimentares. Permitam-me que saliente de imediato um ponto positivo do texto: a proposta de criação de um logótipo europeu para os produtos biológicos. Esta medida vai ao encontro das exigências dos consumidores e é uma condição essencial para o desenvolvimento do mercado interno.

Passo agora a comentar a importante questão das indicações geográficas e das especialidades tradicionais. Essenciais para a agricultura europeia devido à relação privilegiada que se tem estabelecido ao longo do tempo entre produtos e regiões, as indicações geográficas e as especialidades tradicionais estão intimamente ligadas à tradição e à história do gosto. É por isso que as devemos proteger. Estou, por conseguinte, muito satisfeito por nos opormos aqui no Parlamento à fusão dos dois conceitos de DOP (Denominação de Origem Protegida) e de IGP (Indicação Geográfica Protegida) que foi proposta pela Comissão Europeia. É verdade que a simplificação das normas pode, à primeira vista, parecer desejável em termos da redução da carga burocrática, mas não deverá resultar numa redução do grau de exigência das normas de qualidade a que corajosamente se têm comprometido os produtores europeus. Por último, não nos podemos esquecer do trabalho que temos ainda de realizar com vista a aumentar a protecção, a nível internacional, das indicações geográficas (em particular através da OMC).

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) No final, votei a favor da resolução, sobretudo porque a alteração 3 (relativa à oposição à normalização no sector das frutas e dos produtos hortícolas) e a alteração 5 (relativa à rotulagem obrigatória do local de produção) que propusemos foram aceites.

**Brian Simpson (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Embora os eurodeputados trabalhistas britânicos se congratulem por o bom senso ter prevalecido a propósito dos frutos e dos produtos hortícolas de dimensões inadequadas, ainda temos algumas reservas em relação ao relatório do senhor deputado Scottà, razão por que votámos contra. Opomos-nos à introdução de um logótipo de qualidade da União Europeia, somente aplicável aos produtos da UE, uma vez que isso constituiria uma forma de discriminação contra os agricultores de países terceiros e não estaria em linha com os nossos objectivos de desenvolvimento. O Partido Trabalhista no Parlamento Europeu (EPLP) é favorável à introdução de um rótulo biológico ao nível da União Europeia, mas a Comissão Europeia já tem conhecimento de que o Parlamento apoia essa medida, e há outras partes do relatório que justificam a rejeição do documento na totalidade.

**Alf Svensson (PPE)**, *por escrito*. – (SV) A UE deve ter uma protecção dos consumidores forte. Os consumidores têm direito a informação rigorosa e clara relativamente à composição e à origem dos produtos e sobre se foram ou não geneticamente modificados. O estabelecimento de regras comuns claras cria condições para a existência de um mercado funcional na União, assente na igualdade das condições de concorrência. Quando o mercado funciona correctamente, os consumidores informados podem, através das suas escolhas, impulsionar o desenvolvimento da produção de alimentos de qualidade ainda mais elevada. No entanto, votei contra o relatório sobre a política de qualidade dos produtos agrícolas: qual a estratégia a adoptar? (2009/2105(INI)). A principal razão foi o facto de o relatório violar o princípio da subsidiariedade. Por exemplo, não compete à UE criar um “banco europeu de conhecimentos sobre receitas antigas e métodos históricos de preparação de alimentos”. Na minha opinião, o relatório dá demasiado ênfase às indicações geográficas protegidas. Corremos também o risco de, ao favorecermos tanto os produtos produzidos na União Europeia, estarmos a levantar barreiras ao comércio com países de fora da União. A rotulagem com a indicação da origem do produto é importante, mas a origem, por si só, não é necessariamente garantia de que o produto é de elevada qualidade.

**Georgios Toussas (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EL) A produção de alimentos adequados, saudáveis e de qualidade é uma necessidade humana e uma exigência dos trabalhadores, que não está salvaguardada no contexto do método capitalista de produção e de comercialização de produtos agrícolas. O relatório expressa a filosofia da UE de produção de alimentos para aumentar os lucros da indústria alimentar, e não para satisfazer as necessidades alimentares das pessoas. Numa época em que mil milhões de pessoas são vítimas de fome e a pobreza afecta largas camadas do povo nos países capitalistas, a UE está a utilizar as normas de qualidade alimentar como pretexto para limitar a produção, concentrando a terra em grandes empresas capitalistas e forçando os agricultores pobres e as empresas agrícolas de pequena dimensão a abandonarem a terra e a produção agrícola. O problema dos escândalos alimentares que se têm multiplicado nos últimos anos, devido às condições capitalistas de produção de alimentos progressivamente impostas pela UE e pela OMC, nunca será efectivamente resolvido com medidas de controlo administrativo, e os OGM não podem coexistir com os alimentos biológicos e convencionais. Apenas a soberania e a segurança alimentares, a

salvaguarda da produção de alimentos seguros, saudáveis e de baixo custo, o apoio aos agricultores pobres e o estabelecimento de cooperativas de produção no quadro de um poder e uma economia populares podem satisfazer as necessidades modernas da população.

**Relatório: Enrique Guerrero Salom (A7-0034/2010).**

**Sophie Auconie (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Na votação do relatório sobre os efeitos da crise económica e financeira global nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento, votei a favor da alteração do n.º 31 que defende a introdução de um imposto internacional sobre as transacções financeiras. De facto, estou profundamente convencida de que um imposto, ainda que pequeno, sobre transacções que envolvem enormes quantias de dinheiro significaria um arrecadamento substancial de verbas. Deste modo, estaríamos em condições de canalizar mais fundos para o combate aos males que afectam o nosso planeta e teríamos os recursos financeiros necessários para concretizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Isto é mais do que uma questão de justiça, é uma questão de bom senso.

**Zigmantas Balčytis (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Apoio inteiramente este relatório. A crise financeira e económica mundial causou grandes perturbações nos países desenvolvidos, mas teve efeitos ainda mais profundos nos países emergentes e em desenvolvimento. A concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio está agora em risco porque os progressos que tinham sido feitos nesses países ao longo da última década estagnaram. A ajuda financeira não pode, por si só, assegurar o progresso económico dos países em desenvolvimento. Por essa razão, a Comissão deverá encorajar firmemente a reforma da cooperação para o desenvolvimento internacional. Além disso, penso que a assistência aos países em desenvolvimento deveria ser constantemente adaptada às circunstâncias desses países.

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Votei a favor deste relatório porque devemos ajudar os países em desenvolvimento, em particular durante este período económico difícil. Em muitos países em desenvolvimento e, sobretudo, nos países menos desenvolvidos, registou-se uma redução nas receitas das exportações, e verificou-se um abrandamento no crescimento e no desenvolvimento das regiões do Sul. É especialmente importante chegar a acordo sobre parcerias económicas para reforçar a compatibilidade da política da UE com os objectivos de desenvolvimento e, *inter alia*, a promoção de trabalho adequado, de segurança social e da criação de emprego e assegurar o cumprimento adequado de compromissos comerciais e a aplicação de um período de transição apropriado para esses compromissos. Os países em desenvolvimento necessitam de ajuda para reduzir a pobreza e o isolamento, de medidas que contribuam para o desenvolvimento e de medidas essenciais para sair da crise. Na implementação dessas acções, a União Europeia deve assumir um papel de liderança e actuar com determinação, o que requer um maior empenho de todas as instituições da UE. Não podemos deixar que a crise trave os progressos feitos por aqueles países ao longo da última década em termos de estabilidade do crescimento económico e, por conseguinte, entendo que a concessão de maior apoio ao desenvolvimento é essencial.

**Andrew Henry William Brons (NI)**, *por escrito*. – (EN) Opusemos-nos a esta proposta porque pressuponha a responsabilização dos países europeus pela difícil situação dos países não desenvolvidos do Terceiro Mundo, em vez de atribuir a responsabilidade a esses países. Além disso, antecipava com entusiasmo a criação de várias formas de governação política e económica mundial.

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. – Manifesto o meu voto favorável ao presente relatório, que introduz questões fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a integração progressiva dos países ACP na economia mundial.

Os países em desenvolvimento são os mais afectados pelo aquecimento global, sendo por isso fundamental intensificar todas as medidas de combate às alterações climáticas, como a transferência das tecnologias apropriadas. É igualmente importante que se chegue a um acordo quanto ao regime de comércio de licenças de emissão da UE, através do qual, pelo menos, 25 % das receitas geradas com a venda em leilão de licenças de emissão de dióxido de carbono serão consagrados à ajuda aos países em desenvolvimento.

Questões como o desenvolvimento sustentável e o crescimento verde deverão ser prioridades estratégicas de UE. Apelo a que sejam atribuídos fundos adicionais aos países em desenvolvimento e que estes sejam sustentáveis, a médio e longo prazo, com origem no sector privado, no mercado de carbono e no sector público dos países industrializados e dos países em desenvolvimento economicamente mais avançados.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – A crise económica e financeira que nos assola provocou efeitos desastrosos nos países em desenvolvimento que já vinham sendo vítimas de sucessivas crises (alimentar, energética,

climática e financeira). Urge ajudar aqueles que não provocaram esta crise, mas que são os mais afectados. A União Europeia e os países desenvolvidos têm que responder com rapidez, firmeza e eficácia.

Considero crucial que os Estados-Membros cumpram os seus compromissos em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento e que reforcem os compromissos para realizar os Objectivos do Milénio. Por outro lado, a Comissão e o Conselho devem encetar reformas na cooperação internacional para o desenvolvimento, que é uma das principais causas de falta de eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Considero também que é louvável a melhoria das facilidades de crédito concedidas pelas instituições financeiras aos países mais carenciados. Todavia não basta. Apoio os apelos feitos por este relatório a um maior apoio sustentado ao desenvolvimento.

**Harlem Désir (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Os países em desenvolvimento e, em particular, os países mais pobres que já tinham sido gravemente atingidos pela crise alimentar de 2007, estão actualmente a sofrer, em toda a sua força, as consequências económicas e sociais da crise financeira internacional que começou nos países desenvolvidos. Estes últimos, por outro lado, estão agora inclinados a reduzir a ajuda ao desenvolvimento disponibilizada, para fazer face às suas próprias dificuldades. Os países em desenvolvimento estão, portanto, a pagar em dobro o desastre causado pelo capitalismo global desregulado. Votei a favor do relatório do senhor deputado Guerrero Salom, o qual relembra à Europa as suas responsabilidades e exige o respeito dos compromissos assumidos em relação à Ajuda Pública ao Desenvolvimento, em particular, do objectivo de contribuir com 0,7 % do PIB para a APD até 2015. Ao aprovar o relatório, o Parlamento está também a solicitar a criação de um imposto internacional sobre transacções financeiras para financiar o desenvolvimento, o acesso aos bens públicos globais e a adaptação dos países pobres aos desafios levantados pelas alterações climáticas. O documento apoia igualmente o cancelamento da dívida dos países menos desenvolvidos. Todas essas recomendações são essenciais num momento em que se aproxima a revisão dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que terá lugar em Setembro, nas Nações Unidas. A União Europeia tem a obrigação moral de aplicar, sem demora, estes novos instrumentos de solidariedade internacional.

**Lena Ek, Marit Paulsen, Olle Schmidt e Cecilia Wikström (ALDE)**, *por escrito*. – (SV) Para nós, Liberais, o investimento nos países em desenvolvimento é importante. Somos receptivos a novas formas de obtenção de fundos para os países beneficiários da ajuda ao desenvolvimento, mas gostaríamos de deixar claro que não acreditamos que um imposto sobre as transacções financeiras internacionais seja a solução para atingirmos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio ou corrigirmos desequilíbrios globais. É importante também sublinhar que a introdução de um imposto desse tipo só será possível se for à escala global. Gostaríamos, antes, de destacar a importância do cumprimento pelos Estados-Membros da UE dos compromissos actuais em matéria dos níveis de ajuda fixados. Para gerar desenvolvimento e crescimento nos países em desenvolvimento, deveríamos promover o comércio livre e abolir os diversos entraves directos e indirectos da UE ao comércio.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento.

Importa sublinhar que os países em desenvolvimento, apesar de não terem estado na origem da crise internacional, são por ela afectados de forma desproporcionada. Enquanto principal dador de ajuda aos países em desenvolvimento, a União Europeia tem um papel fundamental em assegurar a liderança necessária, no sentido de adoptar medidas, a nível internacional, que permitam alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Quando falamos da crise financeira, económica e social que actualmente vivemos, referimos uma crise global em que deve ser dada especial atenção aos países em desenvolvimento que sofreram o impacto desta crise por via directa e indirecta. Os mecanismos já existentes de ajuda aos países menos favorecidos, bem como às suas populações que enfrentam condições de pobreza e miséria extrema deverão ser aplicados de maneira mais eficiente e focalizada, não levando a uma dependência que poderá ter efeitos negativos sobre o crescimento, os salários e o emprego.

Assim, deverá garantir-se que os instrumentos e as políticas da cooperação para o desenvolvimento permitam um efectivo desenvolvimento, sendo para tal necessária uma acção mais coordenada tanto a nível bilateral, como multilateral. Acções no âmbito da ajuda humanitária, cooperação e desenvolvimento deverão ser postas em prática e, neste campo, os Estados-Membros, a União Europeia e as organizações internacionais têm um papel fundamental. No entanto, oponho-me à adopção de um imposto sobre as transacções financeiras internacionais (taxa *Tobin*) para ajudar a financiar estes países, devido ao impacto que este teria na sociedade em geral.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – O relatório em discussão aborda questões muito importantes, defendendo posições correctas, de que são exemplo: o fim dos paraísos fiscais, o cancelamento da dívida externa de alguns países, a necessidade de incremento dos esforços em matéria de ajuda pública ao desenvolvimento e a taxação das transacções financeiras.

Não podemos, contudo, deixar de assinalar alguns aspectos negativos, e até contraditórios, no relatório, como seja a defesa da liberalização do comércio, nos moldes em que tem vindo a ser conduzida pela UE, nomeadamente através dos chamados Acordos de Parceria Económica, que esta tem procurado impor aos países ACP, não obstante as resistências e denúncias, quanto às suas consequências negativas, da parte de muitos deles, para além da ausência de uma abordagem mais abrangente do problema da dívida externa.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) Os textos deste Parlamento roçam, por vezes, o absurdo, mas devo dizer que no caso do seu relatório, Senhor Deputado Guerrero Salom, se ultrapassaram os limites. Basta referir a exigência inaceitável de uma governação económica e financeira global e a contradição fundamental que consiste em lamentar a dependência externa dos países pobres, aconselhando-os, ao mesmo tempo, a abrir ainda mais os seus mercados ao comércio internacional. Para não falar da condenação hipócrita da, passo a citar, “concepção da globalização que pugnava pela completa desregulamentação e pela rejeição de qualquer instrumento de governação pública”, um conceito que era e, no fundo, ainda é o seu, e que aqui tem defendido durante anos. Por último, a coroar tudo isto, temos o n.º 26, em que recomenda que se sigam os conselhos de George Soros! Ele que deve toda a sua fortuna à especulação. Ele que, juntamente com outros fundos de retorno absoluto, aposta no colapso do euro e especula sobre a dívida grega para o provocar. Ele que desdenha as consequências sociais e económicas dos seus actos para impor a sua própria ordem económica global. Mas é verdade que o senhor também partilha este desejo de um Bloco Euro-Atlântico unificado e de uma governação e moeda globais.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Apoiei o relatório do meu colega Guerrero Salom, porque penso que é importante relembrar os Estados-Membros das suas responsabilidades para com os países em desenvolvimento em face dos desafios globais suscitados pela crise económica e pelas alterações climáticas, de que estes não são responsáveis. A Europa deve empenhar-se mais na consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, por outras palavras, deve canalizar pelo menos 0,7 % do PIB para o combate à pobreza nos países em desenvolvimento até 2015. Com vista à concretização deste objectivo, dei também o meu apoio à criação de um imposto sobre transacções financeiras, bem como à consideração de possíveis opções de anulação da dívida dos países mais pobres. Por último, a promoção dos direitos de saúde sexual e reprodutiva continua a ser uma prioridade para o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, e foi com base nestas razões que votei a favor do relatório.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Este documento tem o mérito de recomendar a aplicação de uma moratória para o pagamento da dívida e a anulação da dívida no caso dos países mais pobres, de defender a soberania alimentar e de se comprometer a respeitar os princípios da OIT. No entanto, isso não compensa o facto de se inserir firmemente no quadro do mercado do carbono e do crescimento ecológico e de pregar o comércio livre e um aumento dos serviços financeiros. Este relatório defende a lógica implacável do dogmatismo liberal. Por essa razão é prejudicial. Votei contra.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Votei contra a presente resolução por diversas razões, das quais a votação expressa em plenário do que considereí votações-chave das alterações aos números 7, 31 e 34, bem como a decisão em matéria dos assim chamados direitos na saúde sexual e reprodutiva, e no caminho no sentido da consagração de futuros impostos europeus, com os quais discordo frontalmente, como várias vezes declarei, nomeadamente durante a campanha eleitoral para o Parlamento Europeu.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) A Europa foi seriamente atingida pela mais grave crise financeira e económica desde a década 30 do século passado. No entanto, os países em desenvolvimento estão também a sofrer seriamente os seus efeitos e, de uma maneira geral, são impotentes para lhe fazer face. A especulação irresponsável e a ganância de lucros rápidos, que não reflectem de modo algum a economia real dos países anglo-saxónicos, bem como um sistema financeiro em colapso, conduziram o mundo à iminência de uma crise financeira. Outra das causas da crise é uma concepção de globalização que pugna pela completa desregulamentação. Os países da Europa estão a enterrar-se cada vez mais no endividamento para porem as suas economias de novo em marcha. No entanto, em muitos casos, os países em desenvolvimento não podem fazê-lo devido à gravidade da sua situação financeira. Por essa razão, deve ser-lhes dada a oportunidade de protegerem as suas economias nacionais de forma mais eficaz contra produtos importados a preços de *dumping* e que destroem os mercados locais e os meios de subsistência dos seus cidadãos. Devemos dar a oportunidade aos países em desenvolvimento de emergirem da crise pelo seu próprio pé. A ajuda ao

desenvolvimento tradicional falhou, em grande medida, os seus objectivos. Em última análise, temos de atacar a raiz do problema e impor uma regulamentação rigorosa dos mercados financeiros, impedir práticas especulativas e introduzir rapidamente um imposto sobre transacções financeiras. O problema certamente nunca será resolvido através da forma de “governança mundial” proposta pelo relatório, que irá reduzir ainda mais o poder das pessoas e dos estados.

**Wojciech Michał Olejniczak (S&D)**, *por escrito*. – (PL) O relatório da Comissão do Desenvolvimento sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento nota, com razão, que nos últimos dois anos não houve apenas uma crise, mas toda uma série de crises relacionadas. Em vez de ter como consequência a redução da ajuda ao desenvolvimento aos países em desenvolvimento, esta situação deveria justificar um aumento.

O objectivo comum deveria ser afectar 0,56% do rendimento nacional bruto à ajuda ao desenvolvimento até 2010 e 0,7% até 2015. Para além da ajuda temporária, são necessárias outras medidas que irão mudar a arquitectura da governação económica mundial. Isto explica o meu apoio ao cumprimento imediato das obrigações assumidas na cimeira do G20 em Pittsburgh relacionadas com a transferência de, pelo menos, 5% das quotas do FMI para os países emergentes e em desenvolvimento e de, pelo menos, 3% dos direitos de voto no Banco Mundial para os países em desenvolvimento e em transição.

Estas iniciativas devem ser complementadas por medidas destinadas a acabar com os paraísos fiscais. A introdução da que é conhecida como taxa Tobin, que penso que merece ser ponderada, seria também uma medida importante para o sistema financeiro. Tendo em conta o facto de que o relatório da Comissão do Desenvolvimento contém todas as propostas que referi, decidi votar a favor da sua aprovação.

**Raúl Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Estou satisfeito por o relatório ter sido aprovado, ainda que por uma margem pequena (283 votos a favor, 278 contra e 15 abstenções), em especial porque as votações separadas solicitadas pelo PPE para desvalorizar o relatório com base em alguns dos seus números – a tributação do sistema bancário em prol da justiça social global, o imposto internacional sobre transacções financeiras, a execução de uma moratória para o pagamento da dívida e a anulação da dívida – não produziram resultados. Todos esses números foram aprovados por uma maioria confortável.

**Alf Svensson (PPE)**, *por escrito*. – (SV) Em 25 de Março, votei contra o relatório sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento (2009/2150(INI)), essencialmente devido ao n.º 31, que diz respeito à tributação do sistema bancário e à introdução de um imposto sobre as transacções internacionais. A introdução de uma “taxa Tobin” poderia produzir efeitos secundários indesejados que prejudicariam o mercado internacional, mercado em que, naturalmente, os países pobres necessitam de estar envolvidos para alcançarem o desenvolvimento económico em condições justas. Na minha opinião, não é claro como poderia a taxa Tobin contribuir para prevenir futuras crises financeiras sem o consenso e apoio globais.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor da Resolução do Parlamento Europeu sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento porque são aqueles países que mais estão a ser atingidos pela crise económica e financeira. Constatamos com grande preocupação que as previsões apontam para que os países em desenvolvimento enfrentem um défice financeiro de mais de 300 mil milhões de dólares em 2010 e que os crescentes problemas orçamentais nos países mais vulneráveis estão a pôr em risco o funcionamento e o desenvolvimento de sectores fundamentais como o da educação, da saúde, das infra-estruturas e da protecção social, prejudicados em mais de 11,5 mil milhões de dólares. Além disso, os países em desenvolvimento são também os mais atingidos pelos efeitos das alterações climáticas. Por conseguinte, instamos a Comissão e os Estados-Membros a apoiarem todas as iniciativas destinadas a combater as alterações climáticas e a acelerarem, neste contexto, a transferência de tecnologia adequada para os países em desenvolvimento. Votei também a favor de os Estados-Membros e de a Comissão dedicarem particular atenção à promoção e protecção do trabalho digno e à aplicação de medidas de combate à discriminação em razão do sexo e ao trabalho infantil, conforme as recomendações da Organização Mundial do Trabalho, cujo papel deve ser consolidado.

#### **Relatório: Edward Scicluna (A7-0010/2010)**

**Sebastian Valentin Bodu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A zona euro tem enfrentado uma crise económica de grande magnitude nos últimos dois anos. A coesão das políticas aplicadas pelo BCE e medidas coerentes e pertinentes têm assegurado a minimização do impacto da crise na zona euro. A Grécia, cuja situação resulta de erros sistémicos acumulados ao longo do tempo e mantidos em segredo, foi a excepção. O impacto da

crise económica tem-se feito sentir com muito mais força fora da zona euro. A Roménia, onde, apesar das medidas económicas adequadas que foram tomadas, se sente consideravelmente os efeitos da crise, é disso exemplo. O impacto teria sido muito menor se houvesse responsabilidade orçamental, e a Roménia não tivesse entrado no primeiro ano da crise, 2009, com um défice orçamental de 5,4%, quando, apenas um ano antes, tinha registado crescimento económico. Enquanto há países da zona euro que já anunciaram, nos últimos seis meses, a saída do vermelho das suas economias, na Roménia só agora são evidentes, ainda que muito modestos, os primeiros sinais de recuperação económica. No entanto, esta recuperação só poderá ser sustentada com uma redução drástica do défice orçamental, condição essencial para a Roménia não acabar como a Grécia. Os mecanismos de aplicação de sanções aos Estados-Membros em caso de incumprimento dos objectivos definidos para os indicadores macro-económicos fundamentais têm de ser accionados sem demora.

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL), por escrito.** – (EL) Votei contra o relatório do Banco Central Europeu de 2008. Desde 2008, o BCE tem disponibilizado liquidez aos bancos comerciais, sem, no entanto, fixar normas e critérios específicos e precisos quanto à utilização desta liquidez adicional. Consequentemente, registou-se uma diminuição dos empréstimos concedidos a pequenas e médias empresas e ao consumo, e a esperada redução das taxas de empréstimo ao consumidor não se concretizou. Simultaneamente, o BCE demonstrou mais uma vez ser incapaz de pôr cobro ao descaramento dos bancos comerciais, que contraem empréstimos junto do BCE à taxa de 1% e emprestam aos Estados a taxas de juro muito mais elevadas. Há que reconhecer que a concessão de independência aos bancos centrais não foi uma boa opção, tanto do ponto de vista do controlo democrático e político como da eficácia económica. Necessitamos agora não só de uma regulamentação rigorosa do sector financeiro, mas também de limitar a sua dimensão e a sua importância face à economia real.

**Diogo Feio (PPE), por escrito.** – No contexto da actual crise económica, financeira e social, o papel do BCE foi fundamental no modo como apresentou medidas de reacção àquela, sobretudo através das medidas que permitiram aos Estados-Membros manter a sua liquidez, conceder crédito a empresas e reduzir taxas de juro, entre outras.

Considero, no entanto, que as estratégias de saída deverão ter em conta uma real estabilidade dos mercados financeiros sob pena de os efeitos até agora sentidos, e por aquelas medidas atenuados, se tornarem ainda mais acentuados. Para mais, considero necessária alguma reflexão sobre a adaptação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, tendo como objectivo a sua maior flexibilidade e adequação a situações excepcionais como a actualmente vivida.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito.** – Como sabemos, as decisões do BCE são também co-responsáveis pela crise que estamos a viver. É interessante verificar que o próprio relatório não deixa de fazer algumas críticas à actuação do BCE. Desde logo, quando constata que as projecções económicas do BCE, a exemplo das projecções do FMI e de outras instituições internacionais, não conseguiram prever a gravidade da recessão em 2008. De igual modo o faz quando “constata que as reduções das taxas de juro operadas pelo BCE foram menos radicais do que as operadas por outros bancos centrais, como sejam a Reserva Federal norte-americana e o Banco de Inglaterra no Reino Unido, e do que as esperadas por muitos observadores económicos na altura”.

Mas o relatório continua a fazer a defesa do BCE e das suas orientações, entrando, inclusivamente, em grandes contradições, o que motivou o nosso voto contra. No entanto, há alguns outros aspectos que merecem reflexão, designadamente quando manifesta a “sua decepção pelo facto de a liquidez suplementar injectada pelo BCE não ter debelado de forma suficiente o colapso do crédito enfrentado pela indústria, nomeadamente pelas pequenas e médias empresas, e de alguns bancos terem aproveitado esta liquidez para melhorarem as suas margens e cobrirem as suas perdas”.

**Bruno Gollnisch (NI), por escrito.** – (FR) Felicitar o Banco Central Europeu pela sua actuação em 2008 é um exercício forçado a que recuso associar-me. O BCE não foi capaz de prever o desencadeamento de uma crise de grande dimensão, nem teve uma actuação brilhante no que respeita à regulação, que está longe de ser perfeita. Penso que não foram retiradas quaisquer lições desta crise: continuamos a confiar num punhado de agências de notação anglo-saxónicas que não são mais capazes de avaliar os Estados no presente do que foram, no passado, de avaliar os bancos e os maus produtos financeiros. Continuamos a querer “tranquilizar” mercados totalmente irracionais que promovem a especulação hostil contra um país, quando deveríamos pôr fim à especulação rejeitando a ortodoxia monetária. Estamos a preparar-nos para um rápido retorno às mesmas políticas que contribuíram para a crise, em nome da “viabilidade das finanças públicas”, mas em detrimento de uma potencial recuperação e do poder de compra das famílias. Sobretudo, não estamos a



fazer nada de concreto para mudar o sistema. A legislação que pretensamente consideram urgente para iludir a opinião pública foi adiada para depois do delicado período de eleições do Primeiro-Ministro Brown e da Chanceler Merkel. Isto é um erro: os seus eventuais substitutos serão tão “mundialo-compatíveis” como eles.

**Alan Kelly (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Não há muito a dizer sobre este relatório que não seja evidente. É claro que, mais do que nunca, se impõe a necessidade de as instituições financeiras fazerem uma pausa e reavaliarem a sua forma de actuação. Nas duas últimas semanas, dois antigos altos funcionários do maior banco irlandês foram detidos em operações de surpresa da polícia. É a confirmação dramática da necessidade de uma gestão financeira moral e responsável. Há um ponto em particular que gostaria de salientar, que é o da necessidade de haver mais transparência nas nossas instituições financeiras, seja a nível regional, nacional ou ao nível da UE. Este relatório pede mais transparência, exigência com que estou certo de que a maioria dos eurodeputados concordará.

**Arlene McCarthy (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Eu e os meus colegas do Partido Trabalhista apoiamos vivamente o trabalho do relator Edward Scicluna. Chamo a atenção, em particular, para o o destaque que o relatório dá à importância do crescimento económico como forma mais eficaz de combater défices excessivos. É um claro desafio aos que defendem que os esforços se concentrem essencialmente na redução das despesas a curto-prazo, o que pode, na realidade, pôr em risco o crescimento a longo prazo. Os défices têm de ser progressivamente reduzidos ao longo dos próximos anos, à medida que a economia recupere dos efeitos da crise financeira, mas ultrapassar a crise através do crescimento económico é a única opção eficaz para assegurar a sustentabilidade fiscal a longo prazo e proteger os cidadãos.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Irei votar contra este relatório, que promove cegamente a lógica neoliberal que é responsável pela crise económica, social e ambiental, de que estamos todos a sofrer as consequências. O texto proposto, para além de ser extremamente dogmático, revela desprezo pelos povos, em particular pelo povo grego. Como pode o Parlamento aprovar um texto lamentável ao ponto de pôr em causa a entrada da Grécia na zona euro à luz do défice orçamental criado pelas políticas que defende? Decididamente, esta Europa é mais um adversário com que os povos têm de contar.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A grave crise económica que atravessa transversalmente todo o mundo fez-se sentir de forma muito acentuada dentro da UE. A resposta do BCE à crise foi eficaz, embora por vezes tivesse pecado por ser tardia ou pouco assertiva, nomeadamente a política de redução de taxas de juro, que foi mais radical e eficaz no Reino Unido e na Reserva Federal Norte-Americana.

É necessário aprender com os erros para que, no futuro, os mesmos não voltem a acontecer. É de salientar que, com o Tratado de Lisboa, o BCE passa a ser uma instituição da UE, vindo assim aumentar a responsabilidade do Parlamento Europeu, pois este passa a ser a Instituição através da qual o BCE passa a ser responsável perante os cidadãos europeus.

**Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (ES) Tal como a grande maioria dos membros desta Casa, votei a favor deste relatório. O tema não era controverso e não houve alterações durante a sessão plenária susceptíveis de afectar o teor essencial do relatório.

**Czesław Adam Siekierski (PPE)**, *por escrito*. – (PL) O Relatório Anual do BCE de 2008 reflecte tanto as causas como as circunstâncias da crise. O ano de 2008, que marca o início da fase crítica da maior crise económica desde há várias décadas, definiu os contornos que assumirá o desenvolvimento das economias mundial e europeia durante muito tempo ainda.

Para o Banco Central Europeu, os dois últimos anos foram, sem dúvida, o período mais difícil da sua história. O Banco Central Europeu teve de fazer face a uma crise que atingiu severamente a economia europeia. O aumento dos défices públicos e o crescimento da dívida dos Estados-Membros são as principais consequências macro-económicas da crise. De acordo com o tratado, o BCE tem como principal responsabilidade a manutenção da “estabilidade dos preços”, o que significa uma inflação baixa. O BCE cumpriu o seu papel? É difícil afirmá-lo com segurança. É verdade que o nível de inflação actual está abaixo do tecto fixado pelo BCE, mas faço notar que nos primeiros meses da crise disparou para o nível mais alto de sempre da zona euro, para voltar mais tarde a cair repentinamente.

Penso, no entanto, que essa instabilidade se poderá explicar pela surpresa que a crise provocou. A partir de Outubro de 2008, a política monetária do BCE pode ser descrita como activa e flexível. O BCE adoptou uma estratégia para a crise diferente da seguida por outros importantes bancos centrais a nível mundial. Continuamos à espera dos resultados dessas acções. A Europa está a sair da crise, mas a situação ainda é

incerta. O BCE está preparado para a possibilidade de eclosão de uma outra crise, cenário admitido como possível por alguns economistas?

**Peter Skinner (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Congratulo-me com este relatório do meu colega Edward Scicluna, que apresentou uma visão ponderada e que, de facto, se empenhou para aprovar a resolução numa única votação. A este respeito, é necessário um grande compromisso, o que tende a contribuir para que ignoremos as divergências que também existem. Estou particularmente preocupado com o facto de, num momento em que se questiona seriamente o papel do Banco da Reserva Federal dos Estados Unidos da América, um semelhante exame estar ausente deste nosso debate sobre o BCE. Suscita especial preocupação a relevância da micro-supervisão e a questão de saber se o BCE, por força do seu papel na recente crise, está automaticamente qualificado para um envolvimento tão directo nesta empresa ou se isso não acarretará um risco significativo em termos de reputação.

## **12. Correções e intenções de voto: ver Acta**

## **13. Medidas de execução (artigo 88.º do Regimento): Ver Acta**

## **14. Decisões sobre determinados documentos: ver acta**

## **15. Declarações escritas inscritas no registo (artigo 123.º do Regimento): Ver Acta**

## **16. Seguimento dado às posições e resoluções do Parlamento: ver Acta**

## **17. Calendário das próximas sessões: ver Acta**

## **18. Interrupção da Sessão**

*(A sessão é suspensa às 12H55)*